



FÓRUM CIENTÍFICO DA FEMA - ANAIS

10 a 14 de outubro



ISSN: 2446-4708

SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2016

CIÊNCIA ALIMENTANDO O FUTURO



IX

FÓRUM CIENTÍFICO DA FEMA - ANAIS



SEMANA NACIONAL DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2016

CIÊNCIA ALIMENTANDO O FUTURO

COORDENAÇÃO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS - IMESA

OUTUBRO/2016

FICHA CATALOGRÁFICA

F745a Fórum Científico da Fema (IX: 2016: Assis, SP)
Anais [recurso eletrônico] / IX Fórum Científico da Fema, 10, 11, 13, 14, out em Assis, SP. - Assis, Fema, 2016.

ISSN: 2446-4708

146 p.

Evento participante da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: Ciência alimentando o futuro, 2016. Realização: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Disponível em: <http://www.fema.edu.br/forumcientifico/>

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. 3. PIC. 4. PIBIC/PIBITI. I. Título

CDD 001.4

Dirigentes

Presidente do Conselho Curador
Ulysses Telles Guariba Netto

Diretor Executivo
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Diretor do IMESA
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Vice Diretora do IMESA
Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Coordenadores de Curso

Ciências Gerenciais
Prof. Me. João Carlos da Silva

Comunicação Social
Profa. Dra. Ana Luisa Antunes Dias

Direito
Prof. Me. Gerson José Beneli

Enfermagem
Profa. Me. Rosângela Gonçalves
da Silva

Fotografia
Prof. Me. João Henrique do Santos
Prof. Me. Paulo Henrique de Barros
Miguel

Informática
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto

Medicina
Prof. Dr. Jairo César dos Reis

Química
Profa. Dra. Mary Leiva de Faria

Comissão Organizadora

Presidente
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto

Coordenação Geral
Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Setor de Eventos
Elisângela Aparecida Congiu

Cepein
Centro de Pesquisas em
Informática

Comissão do PIBIC/PIBITI

Membros Internos
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto
Profa. Dra. Elizete de Mello da
Silva

Membros Externos
Profa. Dra. Andrea Lúcia Dorini de
Oliveira Carvalho Rossi (Depto de
História/UNESP-Assis-SP)
Prof. Dr. Rodrigo de Souza Poletto
(Depto. de Biologia/UENP-Cornélio
Procópio-PR)

Artes Gráficas

Agência Geração
Propaganda/FEMA
Ministério da Ciência e
Tecnologia

Revisão Textual e Diagramação

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto
Prof. Me. Sidney de Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
<i>PIBIC/BIBITI</i>	
METODOLOGIAS ÁGEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	14
Rafael de SANTI; Luiz Ricardo BEGOSSO	
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DE BANCO DE DADOS NOSQL COMPARADO AOS BANCOS DE DADOS RELACIONAIS.....	15
Pedro Henrique Ravagnani PINTAR; Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO	
EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DAS PELÍCULAS ESCURAS NOS PARA-BRISA DE VEÍCULOS.....	16
Cristiane FREITAG SOARES; Luiz Carlos BEGOSSO	
O USO DE CONCEITOS DE INJEÇÃO DE CÓDIGO NO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES ADAPTATIVAS	17
Carlos Roberto ROSSINI JUNIOR; Almir Rogério CAMOLESI	
FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO OS PACTOS NA MODERNIDADE.....	18
Elizete Mello da SILVA; Loriesse Maria Siqueira Bueno SILVA	
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DAS NASCENTES URBANAS DE ASSIS/SP, POR MEIO DO IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS	19
Victoria Pais JOSELINO; Sérgio Augusto Moreira CORTES; Patrícia Cavani Martins de MELLO	
MÍDIA, VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: O LUGAR DO CRIME NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	20
Jéssica Lais Rodrigues LEITE; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
CUIDADOS DE ENFERMAGEM À CRIANÇA PORTADORA DA SINDROME DE DOWN	22
Débora de Oliveira GASPARINO; Regildo Marcio Gonçalves da SILVA; Luciana Pereira SILVA	
<i>CIÊNCIAS GERENCIAIS</i>	
VALORES ORGANIZACIONAIS: DA DEFINIÇÃO À REALIZAÇÃO, UM ESTUDO REALIZADO NO MAGAZINE LUIZA DE PARAGUAÇU PAULISTA	24
Thamyris Targino da SILVA; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA	
ROTAS ALTERNATIVAS DE ASCENÇÃO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA EM ENTIDADES SOCIAIS DE ASSIS	25
Ronaldo A. G. SILVA; João Carlos da SILVA	
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	27
Mariana Garcia da SILVA; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
O VALOR DE MERCADO DAS EMPRESAS COMO CRITÉRIO PARA TOMADA DE DECISÕES PARA INVESTIMENTOS.....	28
Rosemary Almeida Goulart LIMA; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA	
A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES	30
Sabrina Batista FERREIRA; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO	
CONSULTORIA INTERNA DE RECURSOS HUMANOS: NOVA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE RH	31
Mariana Minetto MALICIA; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO	
IMPLEMENTAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO EM PROCESSOS GERENCIAIS	32
Gisele Cristina Candeo ZANETTI; Osmar A. MACHADO	

COMO FALAR BEM EM PÚBLICO	33
Isabella dos Santos HENSCHER; Márcia Valéria Seródio CARBONE	

COMUNICAÇÃO

A VISUALIDADE EM VOGA: ANÁLISE SEMIÓTICA E O ASPECTO SUBLIMINAR NAS PEÇAS DA VIVARA VIA MÍDIA IMPRESSA	35
Eloize Ellen Silva de SOUZA; Tiago Ferrari VITORETI	
A LINGUAGEM VERBAL E OS SIGNOS CONTIDOS NOS TEXTOS PUBLICITÁRIOS INSTITUCIONAIS.....	36
Bruna Barbosa TAVARES; Tiago Ferrari VITORETI	
O CONCEITO DE IMERSÃO DENSA APLICADO A CIBERCULTURA E OS SHOWS MÚSICAIS AO VIVO NO YOUTUBE	37
Giovana Oliveira LOPES; Tiago Ferrari VITORETI	
O SÍMBOLO EM PEIRCE E O AGENDAMENTO SOCIAL NAS VISUALIDADES DA CIDADE	38
Letícia Samara Leite de MELO; Tiago Ferrari VITORETI	
AS MARCA VANS E O PÚBLICO JOVEM: O ESTATUTO DA COR E A IDENTIDADE VISUAL NOS CALÇADOS FEMININOS DA MARCA	39
Nathália ENTRINGER; Tiago Ferrari VITORETI	
O CARÁTER DAS IMAGENS: ANÁLISE DA PUBLICIDADE NOS BANNERS COMERCIAIS ESTÁTICOS DO FACEBOOK	40
Wilson Antônio AVELINO JÚNIOR; Tiago Ferrari VITORETI	
A ASSINATURA DAS CORES: AS REDES SOCIAIS E A ESTRUTURA VISUAL COMO SIGNO DE IDENTIFICAÇÃO	41
Isabella Rodrigues ROMEIRO; Tiago Ferrari VITORETI	
O CONSUMIDOR ONLINE E AS REDES SOCIAIS	42
Geizebel Aparecida de OLIVEIRA	
INÍCIO DE UMA MARCA	43
Janaína Neves SPIEWAKOWSKI; Tayz Alessandra SOARES; Victoria Raia FALCO; Maria Lídia de Maio BIGNOTTO	
A CRIANÇA NÃO-ALFABETIZADA E A IDENTIFICAÇÃO DAS MARCAS ATRAVÉS DAS PROPAGANDAS.....	44
Letícia Mirella Acorsi TAMIOZZO; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO	
OS CONTATOS PRECOSES COM AS PLATAFORMAS MÍDIÁTICAS.....	45
José Guilherme Rodrigues GAVA; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
O PODER DAS MARCAS NO MOMENTO DA COMPRA.....	46
Caroline De Souza SANTELA; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE CELEBRIDADES NA REPUTAÇÃO DE MARCAS: UM ESTUDO DE CASO DE MADONNA X PEPSI.....	47
Helder Antonio dos SANTOS; Lívia Maria Turra BASSETTO	
A EVOLUÇÃO DA FOTOGRAFIA DE CASAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL.....	48
Edson de Oliveira MARIA; Sidney de PAULO	
A FIGURA HUMANA COMO ELEMENTO CONTEXTUALIZADOR: ANÁLISE SEMIÓTICA DA PUBLICIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	49
Bruna Heloisa FERNANDES; Tiago Ferrari VITORETI	
A INFLUÊNCIA DA IMAGEM PUBLICITÁRIA QUANTO À SENSIBILIZAÇÃO ANTIFUMO NAS EMBALAGENS	50
Bruna FERREIRA; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA	

CELEBRIDADE ENQUANTO IMAGEM DA MARCA: ESTUDO DE CASO DE IVETE SANGALO	51
Luana França COSTA; Livia Maria Turra BASSETTO	
A RELAÇÃO DO CONSUMO INFLUENCIADO PELO NEUROMARKETING	52
Isabella Alves da SILVA; Paulo Sergio da SILVA	
CAMPANHA DE LANÇAMENTO DA MARCA DUE COSMETICS	53
Caroline Bianca da Silva COSTA; Daniel Contrera BOCHIO; Douglas Cosmo PEREIRA; Matheus Henrique AGUIAR; Matheus Barchi DINIZ; Paulo Sérgio da SILVA	
MERCHANDISING EDITORIAL/ PRODUCT PLACEMENT: UM ESTUDO DE CASO DO FILME BRASILEIRO “LOUCAS PRA CASAR”	54
Luciano AVANZI; Livia Maria Turra BASSETTO	
NOVEMBRO DE 63, DE STEPHEN KING: A FIDELIDADE NA ADAPTAÇÃO PARA MINISSÉRIE	55
Diego Oliveira da SILVA; Sidney de PAULO	
A MARCA CHANNEL NO FILME O DIABO VESTE PRADA	56
Giovanna Romero de SOUZA	
VOCEM: DA PARÓQUIA AO FUTEBOL PROFISSIONAL	57
Mayara Afonso da SILVA; Thiago Correia da SILVA	
CHEIA DE CHARME: UM LUXO PARA TODAS	58
Diúlia Gomes CERQUEIRA; Natalia Rodrigues de MELO; Tamy Natalia de BARROS; Maria Lídia de Maio BIGNOTTO	
A ALIENAÇÃO MIDIÁTICA COMO DOCTRINA DO PENSAMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO	59
José Guilherme Rodrigues GAVA; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
O SERTANEJO E SUAS RAÍZES: ANÁLISE DE SUAS TRANSFORMAÇÕES	60
Italo Luiz ANGELO; Ana Luisa Antunes DIAS	
 DIREITO	
MANDADO DE INJUNÇÃO: UM ESTUDO REFERENTE À TEORIA CONCRETISTA E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	62
Lucas Cavalcanti Dias PEREIRA	
“MENINAS DA NOITE”: UMA ANÁLISE JURÍDICO-DISCURSIVA SOBRE A PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO BRASIL	63
Simone Mantovani de CARVALHO; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
CRIMES DE GRANDE REPERCUSSÃO MIDIÁTICA: SENSACIONALISMO E LIBERDADE DE IMPRENSA	64
Jéssica Laís Rodrigues LEITE; Márcia Valéria Seródio CARBONE	
ECONOMIA E DIREITO, UMA INTERSECÇÃO NA BUSCA PELA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	66
Patricia Xavier ENDRIGO; Reynaldo CAMPANATTI	
A FIGURA DO AMICUS CURIAE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	67
Bruno Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI	
ANÁLISE CRÍTICA AO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 171/93 - REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL - SOLUÇÃO OU PROLIFERAÇÃO DE NOVOS PROBLEMAS?	68
Nathalia De PAIVA; Fernando Antônio Soares de SÁ JUNIOR	
PACIFICAÇÃO SOCIAL: MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	69
Elizete Mello da SILVA; Heloisa Flory da Motta de SIQUEIRA	

EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DE INTERNAÇÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DEPENDENTES QUÍMICOS	70
Gabriel Gomes DAGUANO	
O DIREITO NA SOCIOLOGIA CLÁSSICA: UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE MARX, WEBER E DURKHEIM	71
Cássio Yuzo SHIRAIISHI; Elizete Mello da SILVA	
OS DESAFIOS DO JUDICIÁRIO REFERENTE AOS CRIMES COMETIDOS POR PSICOPATA	73
Maíra PIREZ	
O CYBERBULLYING E UM PANORAMA ENTRE AS LEIS DO BRASIL COM AS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - DIREITO COMPARADO	74
Alecssandro Moreira LIMA	
A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NO DIREITO BRASILEIRO	75
Amanda Cristine de SOUZA; Fernando Antonio Soares de SÁ JUNIOR	
A RAZÃO NA PRÁTICA DA JUSTIÇA PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA BASEADA NA OBRA DE IMMANUEL KANT, ESPECIALMENTE QUANTO AO RITO DO JÚRI.	77
Gustavo Gomes SILVA	
REDES SOCIAIS: ASPECTOS JURÍDICOS.....	78
Kely Francelino SOARES; Leonardo de GÊNNOVA	
ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	79
Claudia Gonçalves Paredes ROSA	
DISCURSO DE ÓDIO NA INTERNET	80
Patrícia Helena Petri ARANTES	
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE ASSIS.....	81
Isaias José de CERQUEIRA JUNIOR	
O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	82
Luís Carlos GONÇALVES	
UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ASPECTO MORAL ACERCA DO NOVO MODELO DE ENTIDADE FAMILIAR	84
Deborah Costa Diniz AUGUSTO	
O USO DO MATERIAL GENÉTICO COMO PROVA LÍCITA NO PROCESSO PENAL: A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.654/12	85
Gabriella Zundt ALVES	
LINCHAMENTOS E A RESPONSABILIDADE DA MÍDIA SENSACIONALISTA: UMA ANÁLISE DO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2014, NO ESTADO DE SÃO PAULO	86
Maíra Domingos COSTA	
EUTANÁSIA	88
Fernanda BERNARDINO	
ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS HAITIANOS NO BRASIL: ENTRE A IMIGRAÇÃO E O REFÚGIO	89
Bárbara Paes MANFIO	
POSSIBILIDADE JURÍDICA DA APRECIÇÃO DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	90
Rogério Albino de SOUZA; Fernando Antonio Soares de SÁ JUNIOR; Maria Angélica Lacerda MARIN	

INFORMÁTICA

ADOÇÃO DE UNITY 3D ENGINE E PLATAFORMA ARTOOLKIT NO DESENVOLVIMENTO DE JOGOS COM REALIDADE AUMENTADA.....	92
Pedro Luiz FOGANHOLI; Guilherme de Cleva FARTO	
CRIAÇÃO DE AMBIENTES DINÂMICOS EM JOGOS 2D UTILIZANDO GERAÇÃO DE REGRAS.....	94
Addam Cauê Peres RAFACHO; Guilherme de Cleva FARTO	
UMA ALTERNATIVA PARA A RETENÇÃO DE ALUNOS EM CURSOS DE COMPUTAÇÃO.....	96
Gabriel Batistela BERTO; Luiz Carlos BEGOSSO	
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DE BANCO DE DADOS IN-MEMORY COMPARADO AOS BANCOS DE DADOS CONVENCIONAIS.....	97
Jonathan dos Santos MARTINS; Alex Sandro Romeo de Souza POLETO	
DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA GRÁFICA PARA ANÁLISE DO TRÁFEGO DE REDE E DETECÇÃO DE ANOMALIAS.....	99
Aleff Martins dos SANTOS; Wesley da Silva NOVAIS; Fábio Eder CARDOSO	
DESMISTIFICANDO O MUNDO DO BIG DATA.....	100
Matheus Batista FURLAN; Alex Sandro Romeo de Souza POLETO	
USO DO SERVIÇO SAMBA 4 EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	102
Amanda Nogueira MACIEL; Vinicius Nunes MACIEL; Fábio Eder CARDOSO	
DESENVOLVIMENTO DE JOGOS USANDO CONCEITOS DE TECNOLOGIAS ADAPTATIVAS.....	103
Leonardo Khenafes Zaccarelli JUBRAN; Almir Rogério CAMOLESI	
GAMIFICAÇÃO NA ENGENHARIA DE SOFTWARE.....	104
Sabrina Aparecida Gonçalves BALDO; Luiz Ricardo BEGOSSO	
OBJETO DE APRENDIZAGEM: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES PARA AUXÍLIO NO ENSINO DE TECNOLOGIA ADAPTATIVA.....	105
Leandro César da CRUZ; Dr. Almir Rogério CAMOLESI	

QUÍMICA

DETERMINAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE GORDURAS TOTAIS EM AMOSTRAS DE BISCOITOS RECHEADOS.....	108
Anna Beatriz Sabino FERRARI; Rosângela Aguiar da SILVA	
GOMA XANTANA COMO AGENTE COAGULANTE NO PROCESSO DE FLOCULAÇÃO EM TRATAMENTO DE ÁGUA.....	109
Fabiane FRANCO; Patrícia Cavani Martins de MELLO	
ATIVIDADE ANTIMICROBIANA E CARACTERIZAÇÃO DE FILMES DE AMIDO DE MANDIOCA/QUITOSANA, REFORÇADOS COM FIBRAS DE CANA-DE-AÇÚCAR.....	110
Paula C. I. FRANCO; Mary L. de FARIA; Ana P. BILCK; Elaine A. Soares MENEGON	
EXTRAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTOCIANINAS EM FRUTA, POLPA, RESÍDUO E EXTRATO GLICÓLICO DE AMORA-PRETA (<i>RUBUS SP</i>).....	112
Mayara Thereza Félix SILVA; Alexandre Vinicius Guedes MAZALLI	
CONTROLE DE ESPOROS BACTERIANOS NO PROCESSO DE CULTURA DE LEVEDURA INDUSTRIAL.....	113
Ismar Teodoro VAZ; Alexandre Vinicius Guedes MAZALLI	
COMPARAÇÃO DO PERFIL DE COMPOSTOS FENÓLICOS E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE CHÁS VERDE COMERCIAIS E <i>IN NATURA</i> COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE ASSIS-SP.....	114
Anna Beatriz Sabino FERRARI; Elaine Amorim Soares MENEGON	

DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA: METODOLOGIA E FORMAÇÃO DOCENTE	116
Israel Peres GOMES; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO	
DETERMINAÇÃO DO TEOR DE PROTEÍNA BRUTA DA BRACHIARIA BRIZANTHA SATRF E SUA VIABILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE RAÇÃO ANIMAL E SUPLEMENTO ALIMENTAR	117
Rafael Nardotto dos SANTOS; Flávia Augusta MARQUEZINI	
ANÁLISE DA ÁGUA DO RIO DAS CINZAS EM BANDEIRANTES-PR.....	118
Ane Caroline FREIRE; Patrícia Cavani Martins de MELLO	
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DOS BEBEDOUROS DE ALGUMAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR.....	119
Thais Idem MORETTI; Patrícia Cavani Martins de MELLO	
ANÁLISE DO TEOR DE PROTEÍNAS DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES	120
Lincoln Gozzi MORO; Elaine Amorin Soares MENEGON	
AVALIAÇÃO DO PODER CALORÍFICO DO RESÍDUO SÓLIDO PROVENIENTE DA MANDIOCA	121
Sabrina Ingrid Gomes de OLIVEIRA; Gilcelene BRUZON	

SAÚDE/ENFERMAGEM

GRADUANDOS DE ENFERMAGEM COM FUNÇÃO DE CUIDADOR: UMA CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SOBRECARGA FÍSICA, EMOCIONAL E SOCIAL	123
Sabrina Pereira Campos TOZO; Maria José Caetano F. DAMACENO; Fernanda Cenci QUEIROZ	
MUDANÇAS NO CALENDÁRIO VACINAL: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA	124
Sabrina Pereira Campos TOZO; Eduardo Raone Evangelista NEGRÃO; Priscila de Cássia Nunes FERREIRA; Rosilene Nunes CARDOZO; Sebastião Tavares de FREITAS; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA	
CONHECIMENTO DO HOMOSSEXUALISMO NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	125
Fernando Roger de SOUZA; Denise Pereira RODRIGUES; Karin Rodrigues da Silva VELOSO; Leslie Aparecida Bueno dos SANTOS; Mayara Rodrigues de MEDEIRAS; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA	
NOVAS DIRETRIZES DO SUPORTE AVANÇADO DE VIDA DA AMERICAN HEART ASSOCIATION 2015	126
Izabela Aparecida Moro da SILVA; Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI	
INVESTIGAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DE MULHERES IMUNIZADAS NO PERÍODO FÉRTIL, PRÉ-NATAL E PUERPERAL	127
Francielle Thays dos SANTOS; Luciana Pereira SILVA	
A VISÃO DOS ENFERMEIROS DOCENTES DIANTE DA EDUCAÇÃO CONTINUADA	128
Cinara B. VIEIRA; Kethilin T. P. ARAGÃO; Leonardo M. PLANTIER; Narayane A. dos SANTOS; Elizete Mello da SILVA	
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA CRIANÇA NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PERÍODO INTEGRAL	129
Narayane Alves dos SANTOS; Luciana Pereira SILVA	
CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM QUANTO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	130
Izabela Aparecida Moro da SILVA; Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI	
OBESIDADE INFANTIL	131
Amanda Lemes de ABREU; Alessandra Aparecida de Oliveira dos SANTOS; Ariane Greice SILVEIRA; Caroline Leite e SILVA; Flavia Barreiros Amorim SILVA; Nayara de Souza Santos de LIMA; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA	

ÚLCERA DE MEMBROS INFERIORES: LEVANTAMENTO DE CASOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP.....	132
Juliana Cristiane Bomfim HATOS; Rosângela Gonçalves da SILVA	
PROMOÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS	133
Amanda Lemes de ABREU; Daniel Augusto da SILVA	
A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO NO AMBIENTE FAMILIAR.....	134
Amanda Lemes de ABREU; Daniel Augusto da SILVA	
CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SOCORRISTAS DE UM SERVIÇO MÓVEL DE EMERGÊNCIA SOBRE A RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR	135
Priscila de Cassia Nunes FERREIRA; Caroline Lourenço Almeida PINCERATI	
HABILIDADE DE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL TERAPÊUTICA NA VISÃO DOS DOCENTES DE ESTÁGIO EM ENFERMAGEM DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP	136
Ana Paula Barbosa DAGUANO; Anne Caroline GUEDES; Ariete Cristina de SOUZA; Débora de Oliveira GASPARINO; Juliana Cristiane Bomfim HATOS; Rodrigo Aparecido da COSTA; Elizete Mello da SILVA	
UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A TERORIA DO DÉFICIT DO AUTOCUIDADO (DOROTHEA OREM)	137
Marcia Maria Santos Nunes de MELLO; Ronaldo José PEREIRA JUNIOR; Carla Verônica de Almeida BARBOSA; Fernando Ribeiro da SILVA; Selma de Lourdes FRANCELINO; Elizete Mello da SILVA	
DIFERENÇA ENTRE GRUPO E COMPORTAMENTO DE RISCO NA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV	138
Andrea FORCATO; Englismeire Carlos RODRIGUES; Gabrielza Pretel da SILVA; Gisele Porto de SOUZA; Regina Lucia da SILVA; Suelen Almeida de SOUZA; Thaysa Rafaela Squarso CRISTOVÃO; Elizete Mello da SILVA	
CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA ACOMPANHANTES HOSPITALARES	139
Amanda Carolina PAES; Ana Carolini Bernardo de OLIVEIRA; Carlos Fabiano Munir GOMES; Cintia Gasparino de CAMARGO; Josiane Viana da SILVA; Kiara Marceline de Assis FRANCO; Thatyane Natália Cruz MARQUÊS; Elizete Mello da SILVA	
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM E SUAS PECULIARIDADES ENTRE O AMBIENTE HOSPITALAR E EM ESF.....	140
Mariana Cordeiro DIAS; Cintia Domingues Neves TINEU; Debora Maiara de Azevedo CHAVES; Fernanda Leite TRINDADE; Terezinha Soares de Melo BARROS; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA	
CUIDADOS DE ENFERMAGEM À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SUA FAMÍLIA	141
Mariana Cordeiro DIAS; Viviane Lameu Ribeiro PACCINI	
IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS DE ENFERMAGEM UTILIZADAS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP	142
Lucio Henrique D'ávila MOREIRA; Rosângela Gonçalves da SILVA	
A SUPERLOTAÇÃO NO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: VISÃO DOS USUÁRIOS.....	143
Gabrielle Helloyse de Novaes MENDONÇA; Caroline L. de Almeida PINCERATI	
USO DA ESCALA DE BRADEN E SUA APLICAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO	144
Heloisa Helena de Almeida Sanches Pinheiro de BRITTO; Luiz Fernando de Andrade SILVA; Mariana Cordeiro DIAS; Adriana Avanzi Marques PINTO; Fernanda Cenci QUEIROZ	
CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL, HÁBITOS DE VIDA E CO-MORBIDADES RELACIONADAS À OBESIDADE	145
Guilbert Barcelo de OLIVEIRA; Daniel Augusto da SILVA	
A ENFERMAGEM E O ERRO DE MEDICAÇÃO: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA DO PACIENTE	146
Fernanda Leite TRINDADE; Daniel Augusto da SILVA	

APRESENTAÇÃO

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT - foi estabelecida pelo Decreto de 9 de Junho de 2004. Ela é realizada sempre no mês de outubro sob a coordenação do MCTIC, por meio do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia (DEPDI/SECIS) e conta com a colaboração de secretarias estaduais e municipais, agências de fomento, espaços científico-culturais, instituições de ensino e pesquisa, sociedades científicas, escolas, órgãos governamentais, empresas de base tecnológica e entidades da sociedade civil. Tem o objetivo de aproximar a Ciência e Tecnologia da população, promovendo eventos que congregam centenas de instituições a fim de realizarem atividades de divulgação científica em todo o País. A ideia é criar uma linguagem acessível à população, por meios inovadores que estimulem a curiosidade e motivem a população a discutir as implicações sociais da Ciência, além de aprofundarem seus conhecimentos sobre o tema.

Todas as pessoas interessadas podem participar das atividades da SNCT. Atualmente, colaboram com a realização deste grande evento as universidades e instituições de pesquisa; escolas públicas e privadas; institutos de ensino tecnológico, centros e museus de C&T; entidades científicas e tecnológicas; fundações de apoio à pesquisa; parques ambientais, unidades de conservação, jardins botânicos e zoológicos; secretarias estaduais e municipais de C&T e de educação; empresas públicas e privadas; meios de comunicação; órgãos governamentais; ONGs e outras entidades da sociedade civil.

O tema escolhido para a 13^ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) foi "Ciência Alimentando o Brasil". A motivação para a escolha baseia-se na decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclamou 2016 como o Ano Internacional da Leguminosas (AIL).

A FEMA participa, desde 2008, da SNCT por meio do "Fórum Científico FEMA". O evento proporciona a pesquisadores, estudantes e profissionais de Assis e região oportunidade para expor e discutir os problemas relacionados aos tópicos mais atuais da Ciência e da Tecnologia. Dessa forma, estimula-se a submissão de trabalhos relacionados a Programas de Iniciação Científica tais como PIC, PIBIC, PIBITI, bem como de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em fase de finalização.

Os anais do evento reúnem os resumos dos trabalhos apresentados oralmente durante a Semana. Eles estão divididos em áreas de concentração da Fema. Este ano, colocamos em uma seção à parte aquelas pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ: PIBIC e PIBITI.

Comissão organizadora

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PIBIC/PIBITI

METODOLOGIAS ÁGEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Rafael de SANTI¹; Luiz Ricardo BEGOSSO²

^(1, 2)Assis, FEMA

rdesanti@ymail.com¹, begosso@femanet.com.br²

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de estudar alguns processos e metodologias ágeis para o desenvolvimento de *software*. Foram apontadas características sobre cada processo, demonstrando as melhoras no desempenho do desenvolvimento de um projeto comparado com os processos tradicionais, utilizados nas empresas.

Introdução

A indústria de desenvolvimento de software tem demonstrado uma grande preocupação com seus processos de desenvolvimento, seus clientes demandam o retorno de uma aplicação funcional e com qualidade, dentro da melhor relação de custo e prazo.

As metodologias ágeis para desenvolvimento de *software* estabelecem seu foco em apresentar resultados baseados no fato de que cada interação da produção do *software* deve ter produtos finalizados, testados, integrados, com características de valor para o negócio do cliente e com resultados rápidos.

Com o estudo das metodologias ágeis, foi possível notar uma melhoria na execução das atividades com o uso de sistemáticas como Agile, Scrum e XP.

Para que essas estratégias sejam executadas da forma correta, os funcionários das empresas devem conhecer bem as metodologias, para que ocorra tudo da forma desejada. Logo, as empresas oferecem treinamentos para que seus funcionários ofereçam mais resultados positivos com o uso dessas metodologias.

Neste trabalho, foi possível obter maior conhecimento sobre a importância do Engenheiro de *Software* no levantamento de requisitos, agregando qualidade ao produto e como é primordial a atenção que se proporciona ao projeto, permitindo a aquisição de um amplo conhecimento em relação a orientação a objetos, Agile, Scrum e o Extreme Programming, que são métodos que têm como peculiaridades e objetivos tornar os processos de desenvolvimento mais ágeis.

REFERÊNCIAS

FILHO, Wilson de Pádua Paula. **Engenharia de software**: fundamentos, métodos e padrões. São Paulo: LTC, 2009.

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DE BANCO DE DADOS NOSQL COMPARADO AOS BANCOS DE DADOS RELACIONAIS

Pedro Henrique Ravagnani PINTAR¹; Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO²

^(1,2)Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil
whittleon@outlook.com¹, apoletto@femanet.com.br²

O objetivo deste trabalho consiste em realizar uma análise comparativa entre os bancos de dados relacionais, comumente utilizado atualmente, e o bancos de dados NoSQL, apresentando as principais características dessas tecnologias e realizando comparativas, tendo por finalidade o auxílio na tomada de decisão quanto à utilização das mesmas.

As características do banco de dados relacional fazem com que o mesmo tenha grande desempenho quanto à manipulação e armazenamento dos dados, sua forma consistente de funcionamento e a liberdade que proporciona ao usuário para que não se preocupe com a garantia e integridade dos dados, faz com que esse modelo seja comumente utilizado por grande parte das aplicações nos dias atuais.

O NoSQL é uma tecnologia de banco de dados que mostra uma abordagem diferente quanto à estruturação dos dados, utilizando-se do paradigma BASE (*Basically Available, Soft-State or Scalable, Eventually Consistency*), que surgiu com a finalidade de resolver a problemática quanto ao surgimento de grande quantidade de dados.

Conhecendo-se essas duas tecnologias e suas características, foi possível realizar uma análise quanto a sua performance com relação à grande quantidade de dados, realizando um comparativo entre suas finalidades, a fim de fornecer informações que possam auxiliar na tomada de decisão quanto à utilização das mesmas.

REFERÊNCIAS

- [1] CATTEL, R. **Scalable SQL and NoSQL Data Stores**. SIGMOD Record, 39(4):12-27, 2010.
- [2] POLITOWSKI, Cristiano; MARAN, Vinicius; 2014. **Comparação de Performance entre Postgre e MongoDB**. Departamento de Ciências Exatas e Engenharias - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa, Rio Grande do Sul, 2014.
- [3] KAUR, K; RANI, R. (2013). **Modeling and Querying Data in NoSql Databases**. IEEE. In: International Conference on Big Data, 2013. P.1-7.

EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DAS PELÍCULAS ESCURAS NOS PARA-BRISA DE VEÍCULOS

Cristiane Freitag SOARES¹; Luiz Carlos BEGOSSO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis - Imesa
cristiane_freitag@hotmail.com¹, begosso@gmail.com²

O presente trabalho está inserido na área de tecnologia veicular e considera aspectos da interação humana com os dispositivos embarcados nos automóveis. A tecnologia veicular pretende discutir conceitos que melhorem a experiência do motorista seu desempenho e comportamento, bem como entender as diferenças e necessidades de grupos de usuários específicos. O ser humano criou em seu imaginário que o fato de estar dentro de um carro lhe proporciona alguma segurança e, ao escurecer todos os vidros do veículo, lhe garantirá o anonimato. O uso das películas escurecedoras nos automóveis, na maioria das vezes, é motivado pela estética e também pela sensação de segurança. Porém, estudos relatam que o uso das películas prejudica a visão dos motoristas, principalmente dos motoristas idosos e que usam lentes de correção. No Brasil, a percepção de segurança e anonimato permeia toda a sociedade e para um olhar mais atento dessa situação, questiona-se sobre os riscos oriundos de tal percepção.

O presente trabalho apresenta a especificação do aplicativo AutoGames que simula diferentes graus de transparência das películas em situação diurna e noturna. Acredita-se que o AutoGames, ao simular os efeitos de diversas propriedades de transparência e cor de película escura em para-brisas de veículos, poderá contribuir com estudo de consequências importantes na área da tecnologia veicular. Neste contexto, torna-se imperioso o desenvolvimento do *software* simulador bem como atentar para o desempenho humano a partir das diversas características de transparência e cor instalados nos para-brisas e as possíveis consequências que tal situação pode acarretar.

REFERÊNCIAS

ARBESMAN, MARIAN; PELLERITO, JOSEPH M. JR. EVIDENCE. BASED PERSPECTIVE ON THE EFFECT OF AUTOMOBILE-RELATED MODIFICATIONS ON THE DRIVING ABILITY, PERFORMANCE, AND SAFETY OF OLDER ADULTS, 2008.

BOROWSKY, AVINOAM; SHINAR, DAVID; GILAD; TAL ORON. AGE, SKILL, AND HAZARD PERCEPTION IN DRIVING, 2010.

HORSWILL, Mark S.; MARRINGTON, Shelby A.; MCCULLOUGH, Cynthia M.; WOOD, Joanne; PACHANA, Nancy A.; MCWILLIAM, Jenna; RAIKOS, Maria k. The hazard perception ability of older drivers, 2008.

O USO DE CONCEITOS DE INJEÇÃO DE CÓDIGO NO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES ADAPTATIVAS

Carlos Roberto ROSSINI JUNIOR¹; Almir Rogério CAMOLESI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP
Junior_rossini9@hotmail.com¹, camolesi@femanet.com.br²

A aplicação adaptativa é aquela que possui a capacidade de realizar auto modificação em seus comportamentos ou estruturas. A tecnologia adaptativa possibilita que a aplicação consiga se autoanalisar conforme as novas necessidades.

Este conceito de auto modificação da Tecnologia Adaptativa torna a Inteligência Artificial (muito encontrada em jogos que exigem determinados tipos de respostas ao usuário), possa ser trabalhada de forma mais simples e eficiente desde que seja feito de forma correta o seu desenvolvimento, seguindo passos que por mais simples que pareçam, mostrem uma complexidade no que diz à atenção dispensada para não ter um sistema com falhas futuras.

O presente trabalho consistiu em utilizar os conceitos de injeção de código para realizar a implementação de tecnologia adaptativa em uma aplicação já existente, fazendo com que a implementação fosse feita de uma maneira mais fácil.

A injeção de código é um padrão de projeto também conhecido como injeção de dependência, o qual possibilita que seja inserido uma dependência dentro de uma classe da aplicação sem ferir a integridade do sistema, mantendo um baixo nível de acoplamento entre as classes do sistema. Isto faz com que ao se implementar a tecnologia adaptativa em uma aplicação, as únicas alterações em que o programador precisará se preocupar são as classes em que ele está realizando a implementação da tecnologia adaptativa.

Por fim, para ilustrar o estudo de caso foi desenvolvido um jogo, com base nas regras de um jogo de Dominó Adaptativo para demonstrar os conceitos estudados.

REFERÊNCIAS

CAMOLESI, A.R.; NETO, J.J. **Representação Intermediária para Dispositivos Adaptativos Dirigidos por Regras**. 3 ed. International Information and Telecommunication Technologies Symposium, UFSCar, São Carlos, Brasil, 2004.

FOWLER, Martin. **Inversion of Control Containers and the Dependency Injection pattern**. Disponível em: <<http://martinfowler.com/articles/injection.html>>. Acesso em 20 set. 2016.

FREEMAN Eric.; FREEMAN Elizabeth. **Use a Cabeça! Padrão de Projetos**. Rio de Janeiro: Alta Books. 496p.

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO OS PACTOS NA MODERNIDADE

Elizete Mello da SILVA¹; Loriesse Maria Siqueira Bueno SILVA²

dedemelo@femanet.com.br¹; loriesse.maria@gmail.com²

O presente trabalho tem o condão de proporcionar uma extensa discussão acerca do princípio da Função Social do Contrato, bem como sua aplicação em relação aos pactos privados desde o seu nascimento até a era atual. Por meio deste, se busca analisar a criação dos pactos e também dos princípios inerentes a ele, tendo em foco o uso social dos acordos em meio as relações negociais e comerciais. Trouxe, de maneira paralela, o debate acerca da interferência da Constituição do Brasil em meio às relações íntimas das pessoas quanto a suas ações negociais, haja vista, vive-se uma intensa aplicação desta em todos os ramos do direito através do chamado, neoconstitucionalismo. Assim, o contrato analisado sob o prisma da função social tende a ser algo além das vontades das partes e se transporta para as linhas sociais das relações individuais.

REFERÊNCIAS

CORREIO, Jussara Schimit Sandri. **Função social do contrato. Conceito. Natureza jurídica e fundamentos.** Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/8721/9062>> Acessado em: 30/06/2016.

DUARTE, Hugo Garcez. **Pós-positivismo jurídico: o que pretende afinal?** em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10050> Acessado em 21/06/2016.

GRANJA, Pedro Augusto Fatel da Silva. **Segurança Jurídica x Função Social do Contrato: O que prevalece na revisão de contratos bancários?** Disponível em: <<http://pedro200.jusbrasil.com.br/artigos/146506157/seguranca-juridica-x-funcao-social-do-contrato>> Acessado em: 30/06/2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos: Teoria geral.** São Paulo: Saraiva, 2005.

JÚNIOR, Eduardo Messias Gonçalves de Lyra. **Os princípios do direito contratual.** Em <<https://jus.com.br/artigos/3759/os-principios-do-direito-contratual>> Acessado em 04/06/2016.

JusBrasil. Disponível em: <[http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Exce%C3%A7%C3%A3o+de+contrato+n%C3%A3o+cu+mprido\(exception+non+adimpleti+contractus\)](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Exce%C3%A7%C3%A3o+de+contrato+n%C3%A3o+cu+mprido(exception+non+adimpleti+contractus))> acessado em 24/06/2016.

LÔBO, Paulo. Princípios sociais dos contratos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3750, 7 out. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25359>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

MENDONÇA, Fabrício Cortese. **O positivismo jurídico.** Disponível em <<http://www.lfg.com.br> - 27 maio de 2010> Acessado em 21/06/2016.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DAS NASCENTES URBANAS DE ASSIS/SP, POR MEIO DO IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS

Victoria Pais JOSELINO¹; Sérgio Augusto Morzira CORTES²; Patrícia Cavani Martins de MELLO³

vpais700@gmail.com¹, sergio_ronin@hotmail.com², patricia_cavani@hotmail.com³

A degradação das nascentes pode ter causas naturais ou antrópicas. O município de Assis/SP possui nascentes no seu perímetro urbano, que localizam-se em áreas frágeis e desempenham um papel imprescindível na água dos córregos, ribeirões e rios da região. Este trabalho teve o objetivo de estimar a qualidade das águas das nascentes urbanas de Assis/SP e correlacionar as alterações observadas com o seu entorno. Foram realizadas 6 coletas entre agosto de 2015 a julho de 2016 e analisados os parâmetros que compõem o Índice de Qualidade das Águas (IQA), como recomendam os métodos oficiais. Os valores determinados dos IQA's para as nascentes variaram de bom a péssimo, sendo as de pior qualidade localizadas em áreas onde há degradação do entorno e das áreas de recarga, assim como a presença de resíduos sólidos e a mistura de água pluvial nas áreas das nascentes. Embora, o IQA apresente limitações, entre elas a de considerar apenas a sua utilização para o abastecimento público ou de não contemplar outros parâmetros de efeito ecotoxicológicos e organolépticos, neste trabalho se apresentou como uma ferramenta importante no direcionamento da gestão dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS

[1] PINTO, L.V.A., ROMA, T.N., BALIEIRO, K.R.C. **Avaliação Qualitativa da Água de Nascentes com Diferentes Usos do Solo em seu Entorno**. *Cerne*, v. 18, n.º. 3, jul/set., 2012, p. 495-505.

[2] SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ASSIS. **Projeto de Recuperação de Áreas e Áreas de Preservação Permanente. Fundo Estadual de Interesses Difusos - FID**, 2015.

[3] BRASIL. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. **Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos**. 2 ed. São Paulo, 2011, 326p.

[4] AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION. **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 20. ed. Washington: American Public Health Association; AWWA; WPCF, 2005, 1569 p.

MÍDIA, VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: O LUGAR DO CRIME NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Jéssica Laís Rodrigues LEITE¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

jessica_lais1991@hotmail.com¹; marciacarbone20@gmail.com²

O presente artigo é o resultado do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “Mídia, violência e construção da cidadania: o lugar do crime nos meios de comunicação”. Tivemos por finalidade refletir sobre a forma como o crime tem sido apresentado ao público, de maneira a direcionar um pré-julgamento por parte deste último, tendo como enfoque principal os jovens.

Nesse sentido, pesquisamos o suporte contextual em que os fatos desse gênero foram veiculados, a partir de elementos da análise linguístico-discursiva. Considerados também os elementos midiáticos como perpetuadores de um *status quo*, isto é, a maneira como a mídia influencia e é influenciada pelas massas de forma a contribuir para que determinados comportamentos violentos se potencializem.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI SOBRINHO, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. – (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47) CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Elementos de análise do discurso. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2010. CDrom

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

¹Graduanda da 3ª série do Curso de Bacharelado em Direito, da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Desenvolveu Projeto de Pesquisa que resultou neste artigo na qualidade de bolsista do PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

²Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, na área de Filologia e Linguística Portuguesa. É professora da FEMA desde 2002, onde ministra aulas de Língua Portuguesa. Desde 2012 tem orientado Projetos PIBIC, nas áreas de mídia, violência, publicidade e propaganda, um dos quais culminou na elaboração deste artigo.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 de maio de 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 12 de agosto de 2013.

MORFINO, V. **Sintaxe da Violência entre Hegel e Marx**. (2008). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n2/02.pdf>. Acesso em: 05 de junho 2014.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM À CRIANÇA PORTADORA DA SÍNDROME DE DOWN

Débora de Oliveira GASPARINO¹; Regildo Marcio Gonçalves da SILVA²; Luciana Pereira SILVA³

¹Bolsista CNPq do Curso de enfermagem da FEMA - Assis - SP - Brasil

²Doutor em Genética e Bioquímica, professor da engenharia biotecnológica da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

³Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil

Gasparino_debora@yahoo.com¹, regildos@yahoo.com.br², sraregildo@yahoo.com.br³

No processo de cuidado da criança com deficiência, a comunicação e o relacionamento estabelecidos entre o profissional de saúde e a família são elementos fundamentais. O profissional de saúde deve compartilhar informações sobre a saúde e os cuidados da criança de forma aberta e franca com a família, que assim tem a oportunidade de participar do cuidado e das tomadas de decisão [1]. Para desenvolver todo seu potencial, a criança com Síndrome de Down necessita de um trabalho de estimulação desde seu nascimento. Ela faz parte do universo da diversidade humana e tem muito a contribuir com sua forma de ser e sentir para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva [2]. Este trabalho teve como objetivo a elaboração da cartilha como fonte de informações na base para o cuidado do paciente com síndrome de Down. O instrumento dessa pesquisa é qualitativa com a elaboração de uma cartilha informativa sobre os cuidados de enfermagem sobre a criança portadora da síndrome de Down para os profissionais da área da saúde, cuidadores e pais. Nessa cartilha, contém as relações como: cuidado de higiene, educação especial em nível de escola, cuidados comportamentais, e atividades que podem ser desenvolvidas a essa criança para aumentar seu nível cognitivo e atividades complementares. O convívio com a diferença ainda não chegou ao nível de naturalidade que muitos esperam, mas as últimas décadas trouxeram uma reviravolta na maneira de ver e compreender as deficiências, entre elas a Síndrome de Down. O preconceito e discriminação ainda existem, porém, percebe-se que a integração desta população se multiplica, assim como ocorrem surpresas positivas em cada geração de pessoas com Down.

Descritores: Cuidados de enfermagem, Síndrome de Down, Criança

REFERÊNCIAS

[1]. FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN. **Síndrome de Down**. 2003. Disponível em URL: www.fsdown.org. Acesso em 14 de dezembro de 2004.

[2]. BARBOSA MAM, BALIEIRO MMFG, PETTENGILL MAM. **Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva**. *Texto Contexto Enferm*, 21(1): p.194-9, 2012.

CIÊNCIAS GERENCIAIS

VALORES ORGANIZACIONAIS: DA DEFINIÇÃO À REALIZAÇÃO, UM ESTUDO REALIZADO NO MAGAZINE LUIZA DE PARAGUAÇU PAULISTA

Thamyris Targino da SILVA¹; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA²

*(1,2) Faculdades Cammon de Paraguaçu Paulista
thamy.targino@hotmail.com¹, danielle@psicorienta.com.br²*

Os valores organizacionais, elementos importantes da cultura das empresas, têm como função principal guiar as pessoas em como pensar e agir nas diversas situações enfrentadas. Para Chiavenato (2010), os valores definidos por uma organização muitas vezes podem não estar de acordo com aquilo que os seus dirigentes acreditam ou valorizam. Então, a partir dessa afirmação percebe-se que nem sempre os valores proclamados pelas organizações são os mesmos utilizados por seus dirigentes e colaboradores, podendo até ocorrer uma discordância com o que fazem e o que a empresa declara que devem fazer.

Deal e Kennedy (2000) defendem que os valores compartilhados formam uma cultura mais forte, pois quando os funcionários sabem o que a empresa representa e qual padrão deve sustentar, provavelmente tomarão decisões que estejam apoiadas nesses padrões, em razão de possuírem valores integrados aos objetivos organizacionais.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo identificar se os valores declarados pela empresa Magazine Luiza de Paraguaçu Paulista são os mesmos percebidos por seus gestores e colaboradores, enfatizando a real importância de ter valores organizacionais definidos dentro da organização para que haja satisfação de ambas as partes e que a alta gestão e o grupo de colaboradores sigam uma direção comum dentro da empresa.

O estudo foi realizado com 12 colaboradores e 1 gerente da empresa referida e os resultados mostraram que a empresa realiza os valores que declara. Confirmando a hipótese de como é importante que as empresas deixem claro constantemente aos colaboradores quais são os valores que devem ser seguidos, para que não haja contratempos e não se desviem do propósito organizacional; e de evidenciar os valores através não somente de documentos, mas sim com atitudes diárias a começar da gestão.

REFERÊNCIAS

DEAL, T. E.; KENNEDY, A. **Culturas Corporativas**: os ritos e rituais da vida corporativa. USA: Basic Books, 2000.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações, totalmente revista e atualizada. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROTAS ALTERNATIVAS DE ASCENÇÃO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA EM ENTIDADES SOCIAIS DE ASSIS

Ronaldo A. G. SILVA; Prof. João Carlos da SILVA

IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Assis - São Paulo - Brasil
ronaldo.vendas1@yahoo.com

O presente trabalho consiste em observar, analisar e discutir rotas alternativas de ascensão social tendo como foco a possibilidade de inserção profissional de jovens das classes menos favorecidas.

Portanto, o tema a ser discutido é de suma relevância, pois traz informações no tocante ao processo de inclusão do menor aprendiz no mercado de trabalho. Outrossim, essa nova possibilidade de gerar emprego e renda possibilita uma mudança no cenário econômico social do país. Analisaremos ainda esse enfoque na região de Assis, por meio das entidades sociais que buscam inserir jovens nas empresas privadas de nossa região com base na lei do aprendizado.

É por esta lei que o Estado criou o Aprendiz Legal: um programa de aprendizagem voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem. Nesta pesquisa, iremos buscar formas teórica e práticas para motivar e inserir estes jovens no mercado de trabalho, desenvolvendo ferramentas motivacionais para que os mesmos se espelhem e tenham motivação com pensamento fundamentado no seu crescimento profissional e pessoal.

Estamos seguros de que, com a teoria mais a prática é possível colocá-lo no mercado de trabalho de maneira profissional, tendo em vista, que a mudança de atitude e comportamento do jovem aprendiz vai gerar empregabilidade e melhores condições para ele e suas famílias.

Assim sendo, é possível construir um mundo melhor, mais justo e sustentável para as futuras gerações e desenvolver-se como uma sociedade inclusiva para todos os jovens de modo geral. Mesmo os projetos sociais sendo uma aposta futura, existem grandes possibilidades de alcançarmos resultados satisfatórios.

REFERÊNCIAS

[1] VALARELLI, L. L. **Indicadores de Resultados de Projetos Sociais**. Disponível em: <http://www.fcm.unicamp.br/cursos/indicadorescaps/textos/Valarelli_indicadores_de_resultados_de_projetos_sociais.pdf>. Acessado em 30/09/2016, às 11:45.

[2] UNESCO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-quality/youth-and-adult-education/>>
Acesso em: 11/12/15 às 19:50.

[3] MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em:

<<http://www.mte.gov.br/index.php/noticias-mte/emprego-e-renda/1030-mte-pretende-clair-1-7-milhao-de-aprendizes-ate-2019>> Acesso em: 11/12/15 às 21:00.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mariana Garcia da SILVA¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

^(1,2)FEMA

marianagarciasilva95@hotmail.com¹, marciacarbhone20@gmail.com²

O presente trabalho mostra a importância da aplicação do planejamento estratégico na administração pública como ferramenta essencial para alcançar os objetivos e metas desejadas. A utilização do planejamento estratégico é o ponto de partida de que a administração pública necessita para que as instituições sejam bem-sucedidas, tanto no que se refere às pessoas, quanto às tecnologias e resultados esperados pela sociedade [1].

As organizações públicas devem buscar o aprimoramento de suas instituições, sempre primando pela melhor prestação de serviço à população. O planejamento estratégico demonstra ser fator determinante na operacionalização de diretrizes para o melhoramento na prestação do serviço público [2].

REFERÊNCIAS

[1] ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E.J. **Implantando a administração estratégica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

[2] CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

O VALOR DE MERCADO DAS EMPRESAS COMO CRITÉRIO PARA TOMADA DE DECISÕES PARA INVESTIMENTOS

Rosemary Almeida Goulart LIMA¹; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA²

^(1,2)Faculdades Gammon de Paraguaçu Paulista
aglima.rose@gmail.com¹, danielle@psicorienta.com.br²

Atualmente as ferramentas tradicionais de contabilidade não são suficientes para avaliar o valor das empresas corretamente, pois focam na avaliação tradicional de valor. A economia recente tem mostrado que empresas como *Facebook* e *WhatsApp* estão sendo negociadas por valores extraordinários. Empresas desse tipo estão ligadas ao intangível, ao poder da mídia e dos seus usuários, portanto é preciso mensurar o valor desses empreendimentos corretamente para tomada de decisões para investimentos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é investigar como as empresas tomam decisões de investimento baseadas em estratégias de mercado.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica. Os resultados encontrados foram que sem a devida utilização dos métodos contábeis e financeiros as empresas tomam decisões arbitrárias e não consideram o valor de mercado nas decisões de investimento. Nesse sentido, se faz necessário conceituar primeiramente o que é valor de mercado. O valor de mercado é diferente do valor contábil, pois as avaliações contábeis são obtidas de critérios gerais de avaliação de ativos e passivos, fundamentadas em documentação existente e valores históricos. É possível fazer uma avaliação a preços de mercado de todos os ativos e passivos da empresa, cujos valores podem ser maiores ou menores que os valores constantes da contabilidade. Nesse critério de avaliação, cada ativo e cada passivo será individualizado para feitura das avaliações, no pressuposto de que podem ser vendidos separadamente (**Valor de mercado = Patrimônio Líquido a Preços de Mercado**).

Atualmente as empresas têm se apoiado nas vantagens de obter crédito nas bolsas de valores, isso propicia captação de recursos com menores custos e permite que as empresas atinjam valores de mercado superiores aos contábeis em função de suas receitas futuras ou suas estratégias comerciais. Para uma empresa participar do mercado de ações ela precisa ser uma empresa de capital aberto. Um exemplo de empresa de capital aberto é a sociedade anônima que desempenha relevantes fins em especial quanto à democratização de capital e possibilidade de realizar empreendimentos econômicos de grande porte, ela divide seu capital social em partes iguais, denominadas ações, que são então negociadas na bolsa de valores. Quando uma empresa quer apenas investir em ações ela adota práticas que estão relacionadas aos conceitos tradicionais de administração contábil e financeira: a avaliação de ações requer o uso de modelos que permitam juntar fluxos de caixa (resultados), datas e o retorno exigido (risco). Quando a operação é de aquisição de empresas a metodologia amplamente adotada é mais objetiva e não utiliza das ferramentas tradicionais como apoio para tomada de decisões: o valor é estimado pela capitalização de mercado: ou seja, o número de ações em que a empresa é dividida

multiplicado pelo valor de cada um dos papéis da companhia (**Valor de mercado = Valor da Ação x Total de Ações**).

Portanto, conclui-se que quando o mercado está propenso a influenciar o valor das empresas (com práticas de especulação, espionagem e obtenção de informações privilegiadas) os trabalhos de administrar e decidir tornam-se mais complexos, pois o administrador precisa separar fatos concretos de boatos, para tanto é preciso que ele pesquise profundamente as empresas que deseja investir ou adquirir, visto que o mercado atual tem apresentado empresas com valores extraordinários e carentes de dados contábeis e financeiros para análises mais rápidas e coerentes.

REFERÊNCIAS

- [1] ASSAF NETO, A. **Valuation: métricas de valor & avaliação de empresas**. São Paulo: Atlas, 2014.
- [2] ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- [3] CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.
- [4] FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. MARTINS, E. (Org.) 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- [5] GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- [6] PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2010.

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES

Sabrina Batista FERREIRA¹; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO²

^(1,2)FEMA, Assis, São Paulo
sabrina_batista_13@hotmail.com.br¹, bia@femanet.com.br²

Tendo em vista o cenário de competitividade, pressão e incompreensão do comportamento humano nas organizações, é importante salientar a influência das emoções no comportamento dos indivíduos. Nesse cenário, identifica-se a necessidade de novas abordagens como a Inteligência Emocional (IE), pois a partir dela é possível desenvolver atitudes que oferecem mudanças no ambiente organizacional, tais como, observação e compreensão do comportamento humano, facilidade nas relações interpessoais, motivação, trabalho em equipe, comunicação assertiva e controle emocional, favorecendo a criação de um espaço de trabalho produtivo, harmonioso, favorecendo a prática das habilidades pessoais. Diante dessas afirmações, as organizações estão atentas ao comportamento e desempenho dos indivíduos que apresentam domínio de suas habilidades, gerenciam suas emoções e têm facilidade em se relacionar com outras pessoas, manter o equilíbrio e a confiança. Esse estudo demonstra a importância da Inteligência Emocional nas organizações nos relacionamentos inter e intrapessoais, considerando o autocontrole e os benefícios que as empresas podem obter tendo colaboradores com habilidades que contribuem para estabelecer bons relacionamentos e conseqüentemente facilitar a comunicação e a resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Andreoni; SELAU, Alice Franciele; SILVA, Dieniffer. Santos da; SILVEIRA, Fernando. **Inteligência emocional nas organizações**. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/inteligencia-emocional-nas-organizacoes/3936/>>. Acessado em: 20 de dezembro de 2015.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 15^ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

SANTANA, Ana Lucia. **Quociente de Inteligência (QI)**. Disponível em <<http://www.infoescola.com/psicologia/quociente-de-inteligencia-qi/>>. Acessado em: 01 de janeiro de 2016.

CONSULTORIA INTERNA DE RECURSOS HUMANOS: NOVA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE RH

Mariana Minetto MALICIA¹; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO²

^(1,2)FEMA, Assis, São Paulo
marianamalicia@gmail.com¹, bia@femanet.com.br²

A Gestão de Pessoas e as novas técnicas de Recursos Humanos (RH) estão cada vez mais presentes em empresas de pequeno a grande porte. Porém, existem desafios e práticas pouco explorados que podem aprimorar esta área tornando-a efetivamente parte estratégica do contexto empresarial. A Consultoria Interna de Recursos Humanos (CIRH) é um processo que exige que cada profissional de RH dentro de uma estrutura organizacional atue de forma multidisciplinar, elevando habilidades e competências. Esses profissionais atuam diretamente em diversos setores de uma organização, facilitando a busca de soluções, sugestões, opiniões e críticas, de acordo com as necessidades organizacionais. Na CIRH, os clientes são os próprios colaboradores, dessa forma todo trabalho desenvolvido é para atender suas necessidades. Considerando tal tendência, essa prática é apresentada para que as empresas conheçam o modelo de atuação e suas vantagens, assim como o perfil do profissional e benefícios de se ter um consultor interno de RH nas organizações, seu objetivo é desburocratizar processos, normas e regulamentos, descentralizar informações perdidas ou ineficazes que geram desgaste dos profissionais envolvidos, falta de produtividade e qualidade, insatisfação, custos excessivos ou desnecessários e prejuízo econômico. Diante desse contexto, grande parte de empresas de sucesso, em nível globalizado, reconhecem a importância da qualidade da gestão de seus profissionais, onde o responsável tem papel fundamental no desenvolvimento de sua equipe e na conquista dos objetivos de seu departamento alinhados aos objetivos gerais da organização. Assim, cabe ao RH se posicionar e antecipar essas tendências, fazendo com que seus clientes internos se tornem aptos para a atuação como Gestores de Pessoas.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, D.de P.R. de. **Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atlas, 1996.

ORLICKAS, E. **Consultoria Interna de Recursos Humanos: conceitos, cases e estratégias**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1998.

IMPLEMENTAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO EM PROCESSOS GERENCIAIS

Gisele Cristina Candéo ZANETTI¹; Osmar A. MACHADO²

gizanetti@hotmail.com¹, osmar@femanet.com.br²

No Brasil existem poucos estudos que buscam explorar os impactos da qualidade da informação. Estudos desta natureza realizados em outros países demonstraram que a qualidade da informação é um problema que afeta a maioria das organizações. Paralelamente, a gestão por processos visa promover a melhoria da qualidade de produtos e serviços desenvolvidos e oferecidos pelas organizações aos seus clientes. Neste sentido, este estudo busca ampliar os conhecimentos sobre a aplicabilidade da gestão da qualidade da informação por meio de processos.

Para tanto, foi realizada ampla pesquisa bibliográfica a fim de compreender os conceitos em torno da qualidade da informação e das dimensões mais relevantes para a valorização das informações. A pesquisa buscou ainda investigar os conceitos de processos de negócios e analisar os problemas relacionados à qualidade das informações nestes processos.

Os resultados apontam que as dimensões mais relevantes para implementar a qualidade da informação, por meio de processos, são acuracidade, objetividade, credibilidade, reputação e acessibilidade, avaliadas na entrada da informação nos processos. De outro lado, sugere as dimensões relevância, valor agregado, temporalidade e interpretabilidade para avaliar as informações de saída dos processos. Conclui-se, assim, que os resultados do estudo podem orientar as organizações em relação a implementação da avaliação da qualidade da informação e esta, por sua vez, pode contribuir para a melhoria dos processos decisórios nas organizações que implementam tais modelos de gestão.

REFERÊNCIAS

[1] BARBARÁ, Saulo (Org). **Gestão por processos**: fundamentos, técnicas e modelos de implementação: foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9000:2000. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

[2] DE SORDI, José O. **Gestão por Processos**: uma abordagem da moderna administração. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

[3] MACHADO, O. A., ALMEIDA JUNIOR, J. R. **Dimensões da Qualidade da Informação**: Uma classificação baseada no contexto. ICECE 2013, VIII International Conference on Engineering and Computer Education. March 03-06, Luanda, Angola.

COMO FALAR BEM EM PÚBLICO

Isabella dos Santos HENSCHÉL¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

^(1,2)FEMA

isa_henschel@hotmail.com¹, marciacarbone20@gmail.com²

O presente trabalho, fruto de Pesquisa de Iniciação Científica – PIC, consiste em observar e analisar a capacidade de comunicação das pessoas e o quanto a competição e a exigência do mercado têm colaborado para que todos busquem um aprimoramento do seu desempenho perante um público. Atualmente, apresentar uma boa desenvoltura ao falar é papel fundamental para atingir objetivos pessoais e profissionais. Para que as outras pessoas possam compreender o que se fala, é necessário clareza, coesão e coerência; caso contrário, o público perde o interesse no que está sendo dito. Quando se fala em boa comunicação em público, deve-se considerar, também, a forma de se vestir e de se comportar, pois o comportamento é capaz de expressar pontos positivos ou negativos do interlocutor. [1]

O objetivo desta pesquisa tem sido observar e analisar o contexto do mercado atual e da necessidade de uma comunicação clara e segura. Tem-se, como foco principal, discutir métodos que possibilitem uma melhoria no desempenho do indivíduo perante o público, seja ele constituído de amigos, família ou até mesmos companheiros de trabalho.

A partir da busca por melhorias no conhecimento mais aprofundado do assunto abordado, o projeto mostrará a importância da boa comunicação e como é possível atingi-la. [2]

REFERÊNCIAS

[1] MICHELETTI, Camila. **Saber falar em público é competência necessária para todos os profissionais**. Disponível em: <http://carreiras.empregos.com.br/carreira/administracao/ge/sucesso/falar/1_90704-falar_publico.shtm>. Acesso em 13/05/20156.

[2] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

COMUNICAÇÃO

A VISUALIDADE EM VOGA: ANÁLISE SEMIÓTICA E O ASPECTO SUBLIMINAR NAS PEÇAS DA VIVARA VIA MÍDIA IMPRESSA

Eloize Ellen Silva de SOUZA¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 1º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
elosouzas2@gmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

A predominância da linguagem visual na atualidade em peças publicitárias já foi apontada por diversos autores da área como FIGUEIREDO (2005), onde o autor aponta uma tendência sobre um perceptível abandono por parte de algumas marcas da linguagem escrita. Este trabalho possibilita analisar peças publicitárias visuais da marca trazida pela luz da semiótica, no intuito de ver como requisito do entender, dissecando peças onde figuram a imagem parada, onde se inicia a desconstrução analítica embasada nos estudos de PENN (2004).

Os produtos da marca, sofisticada e com alto valor estético, ilustram sempre modelos com joias femininas em posições instintivamente incitando traços da marca e de sua logomarca nominativa. Coligando esses fatores, visa-se estudar nas peças encontradas na editoração da revista CARAS. Os produtos se encontram nas peças, bem como suas intenções. Nos elementos visuais por detrás das poses das modelos seria possível conjugar possíveis mensagens subliminares no entrecruze com lógicas de consumo calcados em LINDSTROM (2009).

Portanto, de um ponto de vista semiótico estudar-se-á a postura corporal das modelos e formas geométricas que remetem à marca. Noutro ponto, visa-se estudar o recurso de imagem parada e a sofisticação e tendência em que algumas marcas já reconhecem e aplicam significação na visualidade em relação aos textos verbais escritos, o que coliga o estudo a um cunho semiótico evidente. Dado que as coisas existentes no mundo, têm um traço próprio, peculiar (SANTAELLA, 1992).

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Celso. **Redação Publicitária. Sedução pela palavra**. São Paulo: Cenage Learning Edições Ltda., 2005.

LINDSTROM, Martin. **A lógica do consumo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, Martin W.; GASKELL (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **A assinatura das coisas. Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

A LINGUAGEM VERBAL E OS SIGNOS CONTIDOS NOS TEXTOS PUBLICITÁRIOS INSTITUCIONAIS

Bruna Barbosa TAVARES¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 3º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
brunabtavares@outlook.com¹, tiagofv11@gmail.com²

Os textos publicitários escritos vêm sendo discutidos em relação as visualidades e seu espaço na diagramação geral de uma peça publicitária. O estudo versa sobre a importância dos textos institucionais para marcas e empresas dos setores bancário e de empresas que extraem recursos não renováveis, onde primordial se faz a presença de um texto institucional para justificativas. Para PINHO (1990), preencher as legitimidades da empresa, isso se dá de modo diferente de apresentar um bem vendável tal como um produto ou serviço. O trabalho segue alinhado ao texto publicitário escrito. Neste elo, FIGUEIREDO (2005) preconiza que todo texto deve ser elaborado por meio de técnicas de redação e sedução pela palavra. A palavra é estudada pela lexicologia que ampara a ideia de um texto tecnicamente verbal, já que estuda palavras no entendimento de BASÍLIO (1987), que classifica o léxico e o conjunto de palavras acusadas numa língua.

Nesta esteira, um exame semiótico recobre a análise do texto escrito e os signos anexados às palavras por meio de um exame da linguagem verbal e suas diretrizes enquanto matriz de linguagem em concatenação com SANTAELLA (2005). Desta forma, coloca-se a intenção do texto institucional sempre se antever ou sanar um conjectural problema pelo recurso da peça institucional. Por fim, PEIRCE (2010) contribui com seu viés semiótico para análise textual, pois sua teoria semiótica é geral. Prima-se neste recorte pelo texto escrito e os signos contidos nas palavras.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

FIGUEIREDO, Celso. **Redação Publicitária. Sedução pela palavra**. São Paulo: Cenage Learning Edições Ltda, 2005.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto; 4º ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PINHO, J. B. **Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas**. São Paulo: Summus, 1990.

SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem e do pensamento: sonora, visual, verbal**. 1º Ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

O CONCEITO DE IMERSÃO DENSA APLICADO À CIBERCULTURA E OS SHOWS MUSICAIS AO VIVO NO YOUTUBE

Giovana Oliveira LOPES¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 2º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
giovana.olopes@hotmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

No estudo das culturas e dos povos, quiçá a Antropologia forneça sólidos instrumentos teóricos para sua compreensão. Neste elo, GEERTZ (2008) defende a ideia de que para entender uma cultura, deve-se imergir de forma livre na comunidade objeto de estudo. Sabe-se que não se molda a cultura das pessoas e sim adequa-se ao aspecto cultural da comunidade estudada em vistas de uma interpretação.

O conceito de cibercultura tem proveniência nos estudos de LÉVY (1999), cruzados com apontamentos de CASTELLS (1999) sobre a sociedade irrevogavelmente conectada. Tais referenciais versam sobre o ambiente onde a imersão da compreensão do outro se dará. No ambiente dado virtual, escolheu-se optar por uma rede social operante no compartilhamento de áudio e vídeo, o canal *Youtube*.

A mídia elencada foi propositalmente escolhida para que um apontamento sobre o conceito de *Aura* estudado em BENJAMIN (1994), sutilmente entrelaçasse o trabalho sendo que o ambiente é o virtual, portanto obra e reprodução no canal circulam. O que é obra, e o que é reprodução no ambiente estudado? As obras artísticas circulam por detrás da tela, em momentos que neste período da história, a obra original se revela pela rede e por meio dela também se reproduz. O estudo verte-se em seu cerne a um exame da cultura dessa comunidade no ambiente virtual pelo viés da interpretação ancorada em GEERTZ (2008).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura*. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed., 15. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo. Ed. 34. 1999.

O SÍMBOLO EM PEIRCE E O AGENDAMENTO SOCIAL NAS VISUALIDADES DA CIDADE

Letícia Samara Leite de MELO¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 1º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
lety.samara13@gmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

A cidade, rica fonte de visualidades em todas suas esferas, traz-nos à problemática de uma orientação visual onde os habitantes de um local reconhecem e orientam-se mediante artefatos presentes em pontos específicos da cidade. Para LYNCH (1960), toda cidade ou lugar possui o que o autor chama de *genius loci* (espírito do lugar) onde uma sensação só é sentida num local, validando a ideia de gerar significação. Tal orientação via imagem, advém do símbolo, que para PEIRCE (2010), é um elemento substituto, sendo vicário em relação ao objeto ao qual designa-se. O *corpus* imagético constitui-se pelo recurso maquínico da fotografia enalçado em KOSSOY (1999).

Nestas relações instauradas na urbanidade, cria-se pelos marcos ou monumentos, um vínculo visual que interfere na vida cotidiana das pessoas da cidade no fator tempo. A visualidade em suma orientaria a população pelo reconhecimento de seus traços imagéticos SANTAELLA (2005). O exame semiótico trazido para intelecção toca em dois aspectos: num lado, analisa-se o símbolo e seu valor histórico, sua desconstrução semiótica primeira, noutra via, a segunda pretensão de análise, reflete sobre o caráter segundo dos pontos visuais trazidos, ou seja, o impacto da visualidade sem o cidadão refletir o grau de historicidade atrelado ao símbolo.

Nesta visão semiótica segunda, o símbolo passa a ser regulador da vida cotidiana pela exposição e contato visual com públicos que se deslocam nos limítrofes da cidade, não se exige uma análise do símbolo e suas origens por parte do cidadão, mas sim o que aquele símbolo representa em sua segunda ordem, ser mediador da vida social sem que os utentes da cidade percebam tal orientação imagética.

REFERÊNCIAS

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto; 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem e do pensamento**: sonora, visual, verbal. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

AS MARCA VANS E O PÚBLICO JOVEM: O ESTATUTO DA COR E A IDENTIDADE VISUAL NOS CALÇADOS FEMININOS DA MARCA

Nathália ENTRINGER¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 1º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
nathy820.938@hotmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

A marca estadunidense VANS é convencional principalmente entre jovens que praticam esportes tais como: *skate*, *surfe*, *snowboard* e *motocross*. Todavia, a marca se estende ao uso cotidiano de seus produtos fora de atividades esportivas como no caso dos calçados femininos para públicos jovens. Na esteira do *Marketing*, as marcas se lançam e nela realizam o processo de troca, produto/serviço ou ideologia por moeda corrente segundo KOTLER; e ARMSTRONG (2007).

Estuda-se neste recorte, identificar relações entre a cor e a hibridação no processo da configuração das cores estampadas nos calçados, e o que hipoteticamente converge à ideia de que a cor quando definida pela marca, pondera traços de uma ambiência de pluralidade e fragmentos de cor presentes no ciclo de vida de quem usa a marca, o que gera um pensamento em torno do reconhecimento da marca pela cor, este efeito é amparado por FARINA; PEREZ; e BASTOS, (2006), onde são estudados efeitos psicológicos das cores e sua influência no desenvolvimento desta hipotética.

Não há regras ou receitas prontas para combinação de cores no *design* gráfico, o que se verte neste trabalho ao *design* do produto, pois cada situação possui um objetivo e uma ocasião diferente, de acordo com MATSUSHITA (2011). Dado a estas relações, busca-se pontualmente iniciar uma discussão sobre como as cores híbridadas, fruto da fusão, elemento artificial na confecção da cor do produto, são fragmentos da marca, e são reconhecíveis pelo universo a ela associado identificando deste modo, o poder das cores em comunicação, (mídia e produto) quando está nos pés dos consumidores pelos traços de marca que lhes são próprios.

REFERÊNCIAS

FARINA, M.; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

KOTLER I, Philip & ARMSTRONG II, Gary. **Princípios de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MATSUSHITA, Raquel. **Fundamentos gráficos para um design consciente**. São Paulo: Musa Editora, 2011.

O CARÁTER DAS IMAGENS: ANÁLISE DA PUBLICIDADE NOS BANNERS COMERCIAIS ESTÁTICOS DO FACEBOOK

Wilson Antônio AVELINO JÚNIOR¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluno do 1º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
wilson_avelino@hotmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

Busca-se ampliar a percepção do olhar acerca de obras publicitárias predominantemente imagéticas. Neste entrelace, os exemplos emanam da ação publicitária nas redes sociais, pontualmente no Facebook. As marcas elencadas são: Asics, e Colombo Camisaria. Os conceitos base centralizam-se em PANOFSKY (1976), onde são aplicados os conceitos iconografia e iconologia. A iconografia é descritiva, será tratada em imagens paradas, a iconologia aplicar-se-á a imagens em movimento, pois acusa elementos na diagramação que apontam para fora da imagem, além do que está visível, gerando reflexões e significações. Os signos são apontados pela semiótica enviesada por SANTAELLA (2007) de cunho peirciano.

Na mídia eletrônica, existem *banners* em vídeo ou animados. Prima-se aqui pelo recorte exposto, diagramações paradas, aliada as diagramações de peças paradas ou em movimento. Para reforço semiótico via imagem, traz-se PENN (2004). As relações de suporte de imagem se dariam por meio de banners parados, todavia, imagens paradas ou em movimento neste trabalho são tratadas em suportes parados, pois debate-se teorias da imagem. Neste viés o movimento ou o fator estático das peças voltam-se aos "manequins" ou figuras humanas dentro de um suporte de imagem (*banner*). A iconografia é a descrição do que se vê sem nada apontar, a iconologia seria o olhar pela descrição que aponta para fora da imagem ou moldura. O debate necessário enquanto o que estas teorias trazem para o campo da Publicidade. Recursos parados ou em movimentação na moldura de *banner* digital e da exposição e compreensão da mensagem. O cerne do trabalho é desenvolver a linguagem visual no âmbito de redes sociais e analisar seus rumos na diagramação publicitária.

REFERÊNCIAS

PANOFSKY, Erwin. *Iconografia e iconologia uma introdução ao estudo da arte da renascença. O significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, Martin W.; GASKELL (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

A ASSINATURA DAS CORES: AS REDES SOCIAIS E A ESTRUTURA VISUAL COMO SIGNO DE IDENTIFICAÇÃO

Izabella Rodrigues ROMEIRO¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 1º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
izardr@hotmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

A cor é elemento imprescindível para marcas diferenciarem-se de seus concorrentes na publicidade na era das redes sociais. Traços dessas redes nos chegam através de estruturas na tela onde a cor determina a ambiência de rede virtual situando o usuário em redes específicas. Um movimento de comunicação de acordo com nosso período de dependência de meios eletrônicos cada vez maior de acordo com CASTTELS (1999).

As redes elencadas para o estudo são respectivamente: *Facebook, Twitter e Skype*, que decantam do tom azul. Noutra cor estudada nas redes, o vermelho, é o recurso de identidade das redes: *Youtube, Google Plus e Pinterest*. Busca-se investigar a natureza das cores nessas plataformas e classificar como a cor age num receptor que capta a mensagem visual e a faz significar numa ambiência de rede. É fato que a cor comunica valor e diferenciação. Para FARINA; PEREZ; e BASTOS, (2006), primariamente a cor é incidência de luz sobre uma plataforma, num desdobramento que age sob pilares e filtros psicológicos, o que valida a ideia de que a cor age como orientação e reconhecimento dos traços de rede social pela visualidade.

A semiótica é recursada ao trabalho no momento em que a cor passa a significar na rede em si promovendo correlações no mundo. Identificar um recurso de marca pelo argumento da cor no ambiente descrito e entender como as cores tomam para si uma identidade guiando-se pelo referencial teórico de SANTAELLA (1992), onde no mundo as coisas possuem uma marca, uma assinatura.

REFERÊNCIAS

FARINA, M.; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5º ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. **A assinatura das coisas. Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

O CONSUMIDOR ONLINE E AS REDES SOCIAIS

Geizebel Aparecida de OLIVEIRA

FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Geizebel.ap@hotmail.com

A internet, até o momento, é um dos meios de comunicação mais utilizados no mundo e vem tendo um crescimento acelerado em desenvolvimento tecnológico e investimentos. Além de aproximar pessoas e tornar variadas ações mais interativas através de sites e mídias sociais, ela também trouxe uma grande mudança para o mundo dos negócios, facilitando o acesso do consumidor a informações de produtos e serviços.

Com a evolução da internet, é necessário que seus usuários também se aprimorem na forma de utilizá-la. Sendo assim, junto com o grande sucesso das redes sociais online, as empresas viram a necessidade de se adequar a esse meio, para que possam divulgar ainda mais seus produtos/serviços e obter um contato mais rápido e direto com o cliente.

Atualmente, as empresas têm investido altos valores em publicidade, principalmente no marketing digital, utilizando de redes sociais como facebook, instagram e outros não só como meios de entretenimento mais como fortes meios de divulgação.

REFERÊNCIAS

MÍDIAS SOCIAIS: PERSPECTIVAS, TENDÊNCIAS E REFLEXÕES. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/paperclia/ebook-midias-sociais-perspectivas-tendencias-reflexoes>>. Acesso em: 29/02/2016.

PORTAL G1 - TECNOLOGIA E GAMES. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/05/mundo-tem-32-bilhoes-de-pessoas-conectadas-internet-diz-uit.html>>. Acesso em: 31/03/2016.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RevistaUSP, nº92 Redes sociais. São Paulo: USP 2011/2012.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital**. São Paulo: NOVATEC, 2009.

INÍCIO DE UMA MARCA

Janaína Neves SPIEWAKOWSKI¹; Tayz Alessandra SOARES²; Victoria Raia FALCO³;
Maria Lídia de Maio BIGNOTTO⁴

^(1,2,3,4)FEMA

janaina.nevesspiewakowski@gmail.com¹, tayzsoares.92@hotmail.com², victoriaraia@outlook.com³,
dantibig@femanet.com.br⁴

Este trabalho tem como objetivo a realização de uma campanha publicitária de lançamento de uma nova marca em Assis. Será feito um estudo de mercado para sabermos o posicionamento da loja na cidade, buscando informações com clientes e possíveis clientes em forma de pesquisa, solucionando os problemas encontrados, trabalhar o fortalecimento da loja, já existente para que o nome World Style seja lembrado e associada à futura marca. Assim, norteador a campanha para seguir a estratégia de lançamento, nós da agência Tetris iremos fazer o plano de comunicação ser adotado para World Style.

REFERÊNCIAS

LAVIER, James. **A Roupas e o Estilo. Uma História Concisa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

MARTINS, José. **A Natureza Emocional da Marca**. 4ª Edição. São Paulo, Negócio Editora, 1999.

PALOMINO, Erika. **A Estilo**. São Paulo: Publifolha, 2003.

FORTES, Waldyr; SILVA, Mariângela. **Eventos: Estratégias de Planejamento e Execução**. São Paulo. Summus, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**. São Paulo, Companhia de Letras, 1987.

A CRIANÇA NÃO-ALFABETIZADA E A IDENTIFICAÇÃO DAS MARCAS ATRAVÉS DAS PROPAGANDAS

Leticia Mirella Acorsi TAMIOZZO¹; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO²

^(1,2)FEMA - ASSIS/SP
lmtamiozzo@gmail.com¹, bia@femanet.com.br²

Este trabalho descreve a importância da área de comunicação social, diretamente a Publicidade e Propaganda em dever de entender o processo de como um comercial e ou propagandas veiculadas afetam o desenvolvimento das crianças que ainda não se encontram alfabetizadas, podendo apresentar ou serem identificadas com o hábito de comportamento consumista.

Embora o CONAR tenha feito regulamentos e regras novas para a publicação e veiculação dos produtos e comerciais, ainda assim é possível que as propagandas que não são direcionadas a esse público, consigam despertar o desejo pelo consumo e a facilidade de identificação da marcas como objeto de memorização.

Para isso, será analisado segundo a Teoria do Desenvolvimento de Piaget, embasando em uma pesquisa prática direta com as crianças cuja faixa etária é de dois a quatro anos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Felipe. **Influência da publicidade no desenvolvimento da criança**. São Paulo: IG, Infoescola. 2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/comunicacao/influenciadapublicidadenodesenvolvimentodacrianca/>>.

CONAR, Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária. São Paulo: CONAR, 2016. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/>>.

MACEDO, Lino de. **A perspectiva de Jean Piaget**. Série Ideias n. 2. São Paulo: FDE, 1994. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_02_p047051_c.pdf >.

OS CONTATOS PRECOSES COM AS PLATAFORMAS MUDIÁTICAS

José Guilherme Rodrigues GAVA¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

^(1,2)FEMA - ASSIS/SP

joseguilhermegava@gmail.com¹, marciacarbone20@gmail.com²

O objetivo deste trabalho tem sido analisar, por meio de peças publicitárias e campanhas destinadas ao público infantil, a forma como a criança interage com as plataformas digitais veiculadoras de mensagem e intenção de venda de grandes corporações. No decorrer desta pesquisa, pudemos discutir a forma como o conteúdo destinado a este público é reproduzido por estes meios, nos quais confrontam-se os aspectos positivos e negativos dessa interação.

Discute-se o papel que a internet e suas vias de acesso têm na vida das crianças e no seu desenvolvimento social. A televisão que até pouco tempo era vista por pensadores como a babá eletrônica, agora divide espaço com a interatividade dos novos meios. Desta forma, o que antes era preocupante, agora se estende a múltiplos meios, nos quais há a troca de informações e interações entre seus usuários.

O resultado desta análise é a conclusão de que a criança, desde muito cedo, fica exposta às articulações dos meios digitais, das quais grandes corporações se utilizam para a propagação de um ideal voltado ao consumo. Assim, instrui-se, precocemente, o indivíduo a uma cultura materialista, que pode resultar em uma catástrofe social a longo prazo.

Palavras-chave: Infância. Mídia. Desenvolvimento. Consumo

REFERÊNCIAS

BUCKINGHAM, D. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. Edições Loyola: São Paulo, 2007.

CONAR. *Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária*. Disponível em <<http://www.conar.org.br/>>. Acesso em: 28 de novembro de 2015.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. São Paulo: Graphia, 2002.

O PODER DAS MARCAS NO MOMENTO DA COMPRA

Caroline De Souza SANTELA¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

^(1,2)FEMA

carolinesantela@hotmail.com¹, marciacarbone20@gmail.com²

Este estudo consiste em analisar o comportamento do consumidor frente à grande influência que a marca exerce sobre sua decisão de compra. A marca, desde a antiguidade, vem ganhando seu espaço no mercado e hoje traz consigo o significado de qualidade e preço justo [1].

Procurou-se elaborar um trabalho mediante as teorias de grandes autores para que assim pudéssemos analisar dados e informações que realmente comprovem e justifiquem de onde vem a necessidade dos consumidores, ou seja, como é afetada a decisão na hora do indivíduo realizar a compra; o que ele leva em consideração; e como busca a satisfação de suas necessidades [2]. Contudo, deve-se também analisar que cada indivíduo possui uma personalidade, tem uma opinião, um estilo de vida e uma cultura, assim como está sujeito a mudanças de humor. Tudo isso acaba influenciando em sua decisão final.

Foi possível analisar se o ser humano, enquanto consumidor, é facilmente influenciável e como seria esse processo [3]. Para se obter resultados mais claros, realizou-se uma pesquisa, numa pequena amostra populacional. De fato, foi possível comprovar que a marca é algo de suma importância e que, sim, faz toda a diferença, se bem trabalhada [4].

REFERÊNCIAS

[1] BATEY, M. **O significado da marca**: como as marcas ganham vida na mente dos consumidores. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

[2] CROCCO L; TELLES R; GIOIA M. R; ROCHA T; STREHLAU I. V. **Decisões de marketing**: os quatro Ps. São Paulo: Saraiva, s/d.

[3] JONES P. J; **A publicidade na construção de grandes marcas**. São Paulo: Nobel, 2004.

[4] KOTLER P; **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE CELEBRIDADES NA REPUTAÇÃO DE MARCAS: UM ESTUDO DE CASO DE MADONNA X PEPSI

Helder Antonio dos SANTOS¹; Livia Maria Turra BASSETTO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
hdrhelder@live.com¹, liviamtb@hotmail.com²

A contratação de artistas para representação de um produto e/ou serviço por parte de uma determinada marca pode resultar no sucesso de uma campanha e na obtenção de lucros, que é a finalidade principal da mesma. Em contrapartida, atitudes e deslizes que esses artistas estão sujeitos a cometer podem causar vários problemas não previstos em planejamentos estratégicos e contratuais, que se arriscam a promover uma controvérsia pública que pode afetar a marca representada por tal artista. Diante disso, este trabalho pretende analisar a influência de artistas e celebridades na reputação de marcas, principalmente aquelas que representam contratualmente, apontando riscos e imprevistos que essa estratégia pode oferecer, tendo como exemplo de destaque o caso Madonna x Pepsi, ocorrido e bastante salientado no cenário jornalístico e publicitário mundial durante o final dos anos 1980.

REFERÊNCIAS

COBRA, M. **Marketing Básico**: Uma perspectiva brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

ELIAS, J. J. **Marketing**: o modelo dos 4ps. In: Curso de Administração da FACECAP. [S.l.]. [2000]. Disponível em: <http://adm.cneccapivari.br/?q=node/20> Acesso em: 30 jul. 2016.

MCCRACKEN, G. Who Is the Celebrity Endorser? Cultural Foundations of the Endorsement Process, **Journal of Consumer Research**, 1989.

MARTINS, J.R. **Branding**: Um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas. Global Brands, 2006.

SONWALKER, J., KAPSE, M., & PATHAK, A. Celebrity Impact: A Model of Celebrity Endorsement. **Journal of Marketing & Communication**, 2011.

A EVOLUÇÃO DA FOTOGRAFIA DE CASAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL

Edson de Oliveira MARIA¹; Sidney de PAULO²

^(1,2)FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
edsontucks@hotmail.com¹, sidneydepaulo@femanet.com.br²

A busca pela reprodução da realidade e o isolamento da abstração do artista, leva a evolução da captura de imagem, criando assim, uma forma instantânea de representação da realidade: fotografia. Por outro lado, a subjetividade do artista não deixa de transparecer o ponto de vista do retratista sobre o acontecimento, deixando-o assim livre para poder reproduzir a realidade a partir de seu ponto de vista e seu conhecimento técnico, cultural e social. Logo, poderíamos nos perguntar até que ponto uma fotografia de casamento é apenas uma simples reprodução mecânica da realidade ou objeto artístico, com traços de autoria de quem a produz. De fato, quando se retoma o tema, ainda existem muitas polêmicas quanto à qualidade artística desse objeto cultural, uma vez em que sua inserção no cotidiano social das massas identifica-o como mero produto mercadológico. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise de conteúdo das fotografias de casamento dos autores Lucas Lemen e André Mansson, a fim de evidenciar a qualidade artística do trabalho, bem como a subjetividade presente na reconstrução do momento registrado. Não obstante, a pesquisa se justifica como parte integrante de uma gama de discussões sobre os limites da arte.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Segunda edição. Michel Lahud E Yara Frateschi Vieira, São Paulo, Editora Hucitec, 1981.

BAZIN ANDRE BAZIN: **O Cinema Ensaios**. Tradução Eloisa de Araújo Ribeiro, editora brasiliense, primeira edição 1991.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**: Por uma Teoria da Comunicação Praxiologica. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

A FIGURA HUMANA COMO ELEMENTO CONTEXTUALIZADOR: ANÁLISE SEMIÓTICA DA PUBLICIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Bruna Heloisa FERNANDES¹; Tiago Ferrari VITORETI²

¹Aluna do 1º ano do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.

²Docente na Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA.
bruna.heloisafernandes@hotmail.com¹, tiagofv11@gmail.com²

As peças publicitárias do segmento automobilístico são corriqueiras em diversificadas mídias, assim como outros bens vendáveis, entretanto, neste estudo elencou-se a mídia impressa, que também desdobrou-se para versões eletrônicas como tantas outras mídias convergiram ao digital. Reitera-se que o exame se dá na obra publicitária nas revistas impressas: Quatro Rodas, e Auto Esporte.

A semiótica é a teoria geral dos signos para C. S. Peirce, usa-se para ler uma música, uma dança, dentre outras formas de expressão em consonância com SANTAELLA (2007) estudiosa da obra de Peirce. Nestes meandros, de uma análise semiótica de peças publicitárias de carros, o contexto trazido para o roteiro, pois toda peça é um roteiro de uma história, e o roteirista que aspira a diagramação, deve saber conta-la, organiza-la, segundo HOWARD; e MABLEY (1996).

O elemento nuclear que pontua o estudo está em vistas de conceber o produto como um item dentro da peça publicitária. Analisar-se-á como os adornos da peça a priori, a figura humana e seu estatuto pela indumentária age como signo do produto mostrado juntamente na peça, sendo que a ideia que aqui busca-se, situa-se em torno da análise da figura humana como norteadora do entendimento e do estatuto de quem o produto aprecia, para posterior aquisição e entendimento da importância do contexto pela figura humana, apoiando-se também na linha semiótica de PENN (2004), que estatiza a imagem e a dissecar para entendê-la.

REFERÊNCIAS

HOWARD, David & Edward MABLEY. **Teoria e Prática do Roteiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, Martin W.; GASKELL (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

A INFLUÊNCIA DA IMAGEM PUBLICITÁRIA QUANTO À SENSIBILIZAÇÃO ANTIFUMO NAS EMBALAGENS

Bruna FERREIRA¹; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
brub1sferreira@outlook.com¹, danielle@psicorienta.com.br²

O trabalho busca identificar se as imagens publicitárias obrigatórias das embalagens de cigarro promovem a sensibilização antitabaco.

A partir do momento em que as doenças decorridas do tabagismo se tornaram preocupações políticas, o governo se ocupou destes temas, alertando a população por meio de campanhas antitabagistas, como a inserção de imagens sanitárias nas embalagens de cigarro, que tem como objetivo prevenir doenças causadas pelo uso do tabaco e, conseqüentemente, diminuir gastos com a saúde pública. Assim, o ato de fumar deixou de ser um símbolo de status e poder e se tornou um risco à saúde do fumante.

Com isso, tendo como objetivos específicos do trabalho a identificação do comportamento do consumidor de cigarros, levantar os aspectos jurídico-legais para a criação das embalagens e identificar os fatores socioculturais e psicológicos do consumidor de cigarros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde** (CID-10 - 1997).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSEMBERG, José. **Nicotina: droga universal**. Monografia. Produção Independente. São Paulo: 2004.)

RUAS, Ester Cristina Machado. **Imagens de advertências impressas nos maços de cigarros brasileiros: um estudo de caso**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

ZANOTTE, R., GOVEIA, F. Análise das imagens antitabagistas em embalagens de cigarros no Brasil. In: **IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba, PR, 4 a 7 setembro de 2009.

CELEBRIDADE ENQUANTO IMAGEM DA MARCA: ESTUDO DE CASO DE IVETE SANGALO

Luana França COSTA¹; Livia Maria Turra BASSETTO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
lu4z@hotmail.com¹, liviamtb@hotmail.com²

O trabalho visa discutir o consumo a partir de questões que facilitam o poder de persuasão por meio dos anunciantes, sendo os mesmos responsáveis por escolherem, como forma de divulgação, uma celebridade para endossar a marca em questão. As “celebridades” vêm cada vez mais ilustrando propagandas ao nosso redor, com isso a marca traz mais visibilidade ao seu favor. Assim, vemos uma grande disputa estratégica dentro do marketing devido a grandes mudanças de consumo. Com isso, associar uma marca a uma determinada celebridade pode dar o resultado de aproximação ao público-alvo da marca, já que isso pode gerar uma identificação por parte do público, em especial, se essas celebridades forem pessoas famosas, prestigiadas e bastante populares. Ivete Sangalo nos dá a ideia de que o *marketing* de relacionamento desenvolvido por ela para a sua carreira também a associa ao sucesso em propagandas de que ela participa. A construção de sua imagem ligada a sinônimos de confiabilidade fazem com que seu nome em uma campanha tenha grande destaque. Por isso, considerando a importância do papel das celebridades para muitas campanhas, este trabalho terá como foco a construção da imagem de Ivete Sangalo e a análise de sua imagem, por meio de questionário aplicado a alguns fãs-clubes, questionando se ela é capaz de aumentar o número de vendas de produtos por meio de sua fama e carisma.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____; REIN, Irving J.; STOLLER, Martin. **Marketing de Alta Visibilidade**. Makron, 1^ª edição, 1999

_____; ARMSTRONG, Gary. **Introdução ao Marketing**. LTC, 4^ª edição, 2000.

PINHO, J. B. **O Poder das Marcas**. São Paulo: Summus editorial, 1996.

REVISTA FRANQUIAS & NEGÓCIOS. São Paulo: Ed. ABF. N 49, Junho/Julho 2013. Disponível em: <http://www.abf.com.br/o-valor-da-marca-ivete-sangalo/> Acesso em 02 de Abril de 2016

A RELAÇÃO DO CONSUMO INFLUENCIADO PELO NEUROMARKETING

Isabella Alves da SILVA¹; Paulo Sergio da SILVA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis "Fema - Imesa"

²Professor Fundação Educacional do Município de Assis "Fema - Imesa"
publicidadeisabella@gmail.com¹, professorpaulopp@gmail.com²

Este trabalho tem como objetivo mostrar como o *neuromarketing*, utilizando-se da Neurociência, pode ser aliado das empresas para aumentar o consumo de determinados produtos e serviços. Vivemos praticamente no piloto automático, principalmente quando decidimos por algum produto. Por isso, é necessário entender quem é, e como funciona a cabeça de seu consumidor potencial, e neste caso entra o trabalho do *neuromarketing*. Essa nova forma de pesquisa dentro da neurociência nos permite conhecer e desmistificar a mente do consumidor, a fim de mostrar ou indicar o caminho para desenvolver uma campanha publicitária, o lançamento ou até mesmo o relançamento de alguns produtos e serviços. Na sociedade atual, o consumidor é como um rei e as empresas são seus súditos, elas competem o tempo todo para ter sua preferência. Por isso, a busca incessante para compreender o que leva as pessoas a consumirem determinados produtos e serviços, como e porque costumam frequentar determinados lugares. Muitos são os fatores que influenciam o que e como os consumidores compram: fatores culturais, sociais, biológicos, pessoais e situacionais, no entanto, os fatores pessoais e psicológicos são os que afetam diretamente o comportamento do consumidor, sendo o maior influenciador na tomada de decisão. O uso de técnicas através da neurociência aplicadas ao marketing para entender todo esse processo de tomada de decisão da compra, está se tornando cada vez mais comum entre as empresas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Pedro de. **Eu Compro, Sim! Mas A Culpa É Dos Hormônios**. Ed. Novo Conceito, 2013

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Consumistas - do Consumismo À Compulsão Por Compras**. Ed. Principium Editorial, 2014.

CAMPANHA DE LANÇAMENTO DA MARCA DUE COSMETICS

Caroline Bianca da Silva COSTA¹; Daniel Contrera BOCHIO²; Douglas Cosmo PEREIRA³; Matheus Henrique AGUIAR⁴; Matheus Barchi DINIZ⁵; Paulo Sérgio da SILVA⁶

^(1,2,3,4,5,6)FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
caroline.bianca@hotmail.com.br¹, dcontrera86@gmail.com², douglascosmo15@hotmail.com³,
matheus_aguiar4@hotmail.com⁴, mbarchidiniz@gmail.com⁵, professorpaulopp@gmail.com⁶

Este trabalho de conclusão de curso tem como principal objetivo estruturar o planejamento inicial de comunicação e campanha de lançamento da linha de produtos Due Cosmetics, da empresa Riduce Gestão e Desenvolvimento, visando à necessidade do desenvolvimento dentro do setor de cosméticos profissionais, seguindo o mercado *business-to-business*, (“de empresa para empresa”), expressão identificada pela sigla B2B.

Sessenta por cento de todos os problemas administrativos resultam de ineficiência na comunicação (MAURÍCIO TAVARES, 2010, p.1). Com base nesta referência, a Agência Central estruturou a teoria do plano de marketing e comunicação para que fosse possível otimizar e visualizar de maneira real a efetividade do projeto. Todo o processo foi baseado em pesquisas teóricas e bibliográficas para obtermos um maior percentual assertivo.

Obtendo como principal objetivo tornar a marca Due Cosmetics mais conhecida no mercado, a Agência Central propôs uma estratégia de marketing com base nos estudos sobre o target da empresa, que são mulheres e homens profissionais na área da beleza de 25 a 65 anos, (por se tratar de um perfil B2B), e mulheres que frequentam salões de beleza de serviços voltados à área capilar. Com isso, a campanha de lançamento será veiculada na internet, revistas especializadas, eventos impressos junto com a distribuição e redes sociais.

REFERÊNCIAS

LUPETTI, Marcélia. **Planejamento de Comunicação**. São Paulo: Futura, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. São Paulo: Campus, 2004.

MERCHANDISING EDITORIAL/ PRODUCT PLACEMENT: UM ESTUDO DE CASO DO FILME BRASILEIRO “LOUCAS PRA CASAR”

Luciano AVANZI¹; Lívia Maria Turra BASSETTO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis
luciano_ev3@hotmail.com¹, liviamtb@hotmail.com²

O cinema inicia-se no século XIV, com a finalidade de fins de estudo e pesquisa científica e, com o decorrer dos anos, o cinema se inovou e se tornou mundialmente conhecido. Em decorrência disso, começou a despertar olhares de outras mídias, e a publicidade por sua vez tem investido anualmente milhões de reais no mundo cinematográfico, pois, através do cinema, a publicidade vem inserindo a técnica do *Merchandising Editorial* ou mundialmente conhecido como *Product Placement* que nada mais é a inserção de produtos, marcas ou serviços em um longa-metragem. Essa ferramenta publicitária mostra-se como uma nova alternativa de financiamento dos filmes, além de que *product placement* também oferece vantagens para os anunciantes, que conseguem atingir o consumidor de uma maneira diferente dos comerciais tradicionais. Considerando tais informações, este trabalho visa a analisar o filme brasileiro *Loucas pra Casar*, destacando como o filme se vale do recurso do *product placement* ou *merchandising*. Percebemos que, no cinema brasileiro, há espaço para o *product placement* sem que este atrapalhe o andamento dos filmes, atraindo anunciantes. Com isso, é mais provável que exista um maior planejamento ainda nos roteiros e que sejam feitas mais inserções integradas ou pelo menos contextualizadas à narrativa, de modo que o telespectador sinta a naturalidade dessas inserções. Acreditamos que, esse tipo de inserção publicitária, se bem trabalhado, pode trazer benefícios tanto para o meio cinematográfico quanto para os anunciantes.

REFERÊNCIAS

BLESSA, R. **Merchandising no ponto de venda**. São Paulo: Atlas, 2008.

Loucas pra Casar é o filme brasileiro mais visto de 2015, Disponível em: <<http://www.otvfoco.com.br/loucas-pra-casar-e-o-filme-brasileiro-mais-visto-de-2015/#ixzz4HF7MiLd5/>>

História do Cinema Brasileiro, Disponível em: <<https://salaseteartes.wordpress.com/cinema/historia-do-cinema-brasileiro/>>. Acesso em 24 de Agosto de 2016.

NOVEMBRO DE 63, DE STEPHEN KING: A FIDELIDADE NA ADAPTAÇÃO PARA MINISSÉRIE

Diego Oliveira da SILVA¹; Sidney de PAULO²

^(1,2)FEMA-ASSIS/SP

diegold@outlook.com¹, sidneydepaulo@femanet.com.br²

O cinema e a literatura se relacionam desde que o cinema percebeu que tinha um grande potencial para contar histórias. Essa relação se estende com os mais diversos propósitos, seja produzir filmes a partir de uma obra ou utilizá-la como inspiração para novas narrativas, um influenciando o outro. Para analisar esse fenômeno, são usados vários termos que, invariavelmente, causam divergências. Adaptação, transcrição, transposição, intertextualidade, hipertextualização, entre outros.

Este trabalho tem por objetivo ver outras obras que foram para a tv ou cinema e analisar a adaptação em minissérie do livro Novembro de 63, de Stephen King, dirigida por J.J Abrams. Nesta análise, parte-se do pressuposto de que a produção cinematográfica envolve opções estéticas, culturais e pessoais, relacionadas a certas tendências dominantes na linguagem audiovisual. Pretende-se neste trabalho discutir sobre fidelidade e o termo “adaptação”, e se ela acarretou ou não em perda da riqueza de detalhes da obra.

REFERÊNCIAS

- [1] COSTA, Antonio. **Compreender o Cinema**. 2 ed. São Paulo: Globo, 1989.
- [2] FIELD, Syd. **Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- [3] KING, Stephen. **Novembro de 63**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- [4] MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- [5] ROGAK, Lisa. **Stephen King, a biografia - Coração Assombrado**. 1 ed. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2013.
- [6] STAM, Robert. **Teoria e Prática da adaptação: Da fidelidade à intertextualidade**. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2006n51p19/9004>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

A MARCA CHANNEL NO FILME O DIABO VESTE PRADA

Giovanna Romero de SOUZA

FEMA-ASSIS/SP
giih.romero@hotmail.com

O assunto “Moda” sempre esteve em evidência, devido ao crescente interesse das pessoas, principalmente das mulheres, nas tendências desenvolvidas por marcas como a Chanel. Em constante crescimento, a indústria da Moda se utiliza de estratégias de marketing ousadas e caras para que suas marcas se tornem conhecidas mundialmente. Este trabalho, então, tem como proposta verificar como o merchandising da marca Chanel se posiciona e como aparece do filme *O Diabo Veste Prada*, a fim de evidenciar como a moda e o cinema podem se aliar na conquista e crescimento de popularidade junto ao seu público-alvo.

O conceito de imagem utilizado no *marketing* teve início a partir de 1955, quando se constatou que seus consumidores levavam em consideração não apenas atributos, mas significados que estes representavam, isto é, os consumidores precisam ter o conceito da marca em sua vida pessoal, e a marca ter o mesmo conceito que seus consumidores (Tavares, 1998).

“Uma marca é, portanto um produto ou serviço que agrega dimensões que, de alguma forma, o diferenciam de outros produtos ou serviços desenvolvidos para satisfazer a mesma necessidade”, como mostra Kotler (2006, p. 269).

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12^o ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2006.

TAVARES, Mauro Calixta. **A força da marca. Como construir e manter marcas fortes**. São Paulo: Harbra, 1998.

VOCEM: DA PARÓQUIA AO FUTEBOL PROFISSIONAL

Mayara Afonso da SILVA¹; Thiago Correia da SILVA²

^(1,2)FEMA/ASSIS-SP

*mah.afonso@hotmail.com*¹, *thcorreia@yahoo.com.br*²

Este documentário não-fictício tem como principal objetivo abordar a história e passagens relacionadas ao tradicional **Vila Operária Clube Esporte Mariano** (VOCEM), buscando resgatar a memória do time reportando momentos importantes de seu passado. Abordaremos então, a história do clube, que em determinado momento foi tão importante para a cidade de Assis, tanto em reconhecimento quanto em crescimento. Traremos à discussão também, os problemas que levaram o clube à não prosseguir com sua evolução profissional, e a paixão dos "vocemistas" que, até o momento, não tiveram acesso à um material videográfico que conte a história de seu clube de coração.

REFERÊNCIAS

BRAZIL, Circe Navarro Vital. **O Jogo e a Constituição do sujeito na dialética social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. - (Ensaio & Teoria).

DIEGUEZ, Gilda Korff. **Esporte e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MURAD, Mauricio. **Dos Pés à Cabeça - Elementos básicos de Sociologia do Futebol**. Cidade: Editora, ano de publicação. Irradiação Cultural.

NOGUEIRA, Armando. **O Homem e a Bola**. Rio de Janeiro: Mitavaí, 1986.

PINTO, Virgílio Noya. **Comunicação e Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **Futebol e Palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

CHEIA DE CHARME: UM LUXO PARA TODAS

Diúlia Gomes CERQUEIRA¹; Natalia Rodrigues de MELO²; Tamy Natalia de BARROS³;
Maria Lídia de Maio BIGNOTTO⁴

^(1,2,3,4)FEMA - ASSIS/SP

*Diuliacerqueira@gmail.com¹, nathirodriguesm@gmail.com², tamy_natalia12@hotmail.com³,
dantibig@femanet.com.br⁴*

Este trabalho tem como objetivo a realização de uma campanha publicitária para a loja Cheia de Charme se tornar referência na cidade de Assis-SP e região. Será realizado um estudo com base nas mídias investidas, com foco no seu público; a fim da marca se promover, estar mais presente no mercado. A agência Dama Comunicação dará todo o atendimento, estudo e base do que a loja precisa realizar para alcançar o objetivo a partir da Comunicação e meios.

REFERÊNCIAS

CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER, J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2.ed. São Paulo: Saraiva 2000.

PALOMINO, Erika. **A moda**. Publifolha, 2003.

SISSORS, Jack Z., BUMBA, Lincoln J. **Planejamento de Mídia**. São Paulo, Nobel, 2003.

A ALIENAÇÃO MIDIÁTICA COMO DOCTRINA DO PENSAMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO

José Guilherme Rodrigues GAVA¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

^(1,2)FEMA - ASSIS/SP

joseguilhermegava@gmail.com¹, marciacarbone20@gmail.com²

O objetivo deste trabalho tem sido comparar as formas de comunicação em massa e sua doutrinação durante a história. Dessa forma, destacar o modo como tais meios influenciam de maneira direta e indireta o pensamento e o comportamento humano. A partir de fatos históricos e períodos nos quais a comunicação era utilizada como forma de doutrinação, pode-se destacar a forma como a linguagem imperava e como isto foi utilizado como manobra política por governos autoritários.

Durante este trabalho, destacou-se a forma utilização do cinema como plataforma de manipulação e doutrinação durante a segunda guerra mundial. A importância que o rádio exerce em toda a população global até os dias de hoje e principalmente a forma como se comunica de forma imediata com a grande massa. Outro principal meio estudado é a televisão, e sua importância em todo o século XX para o controle ideológico das massas, sobretudo no Brasil, desde sua implantação e durante a toda a ditadura militar. E por fim, analisamos a forma como a internet e as redes sociais tratam a informação, sua devida veracidade na rede e seu uso na doutrinação política e manifestações a partir de discursos de ódio e na troca de informação e comunicação.

O resultado deste trabalho é a análise no destaque dado por lideranças autoritárias às plataformas midiáticas como forma de solidificação de seus ideais. Muitos destes, na busca por aceitação da população revolucionaram a forma de se fazer comunicação no mundo todo, inclusive no Brasil desde a chamada Era Vargas.

Palavras-chave: Mídia. Alienação. Comportamento. Imprensa.

REFERÊNCIAS

ORTRIWANO, G. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PEREIRA, W. *O poder das imagens: cinema e política nos governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt*. São Paulo: Alameda, 2012.

ROCCO, M.T.F. *Linguagem Autoritária - Televisão e Persuasão*. São Paulo, Brasiliense. 1989.

O SERTANEJO E SUAS RAÍZES: ANÁLISE DE SUAS TRANSFORMAÇÕES

Italo Luiz ANGELO¹; Ana Luisa Antunes DIAS²

^(1,2)FEMA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
italo@femanet.com.br¹, antunesdias@hotmail.com²

O presente trabalho pretende analisar as transformações da música sertaneja no Brasil por meio da análise das letras de canções e por meio da coleta de informações de músicos que estão inseridos nesse meio e também a estudos bibliografia de historiadores sobre essas transformações. Até chegarmos aos dias atuais muitas letras foram modificadas, o sentido foi trocado, a indústria cultural se transformou e se tornou um mercado vantajoso. As maiores discussões desse meio é acerca dos mais antigos que carregam uma tradição do que se chama de sertanejo diferente dos dias atuais. As novas nomenclaturas como "Sertanejo Universitário", "Funknejo", "Sertanejo Balada"; são também enfoque da análise.

REFERÊNCIAS

MUGNAINI JR. Ayrton. **Enciclopédia das Músicas Sertanejas**. São Paulo, 2001.

CALDAS, Waldenyr. **Revista USP**. n. 64. Editora USP. São Paulo, 2005.

DIREITO

MANDADO DE INJUNÇÃO: UM ESTUDO REFERENTE À TEORIA CONCRETISTA E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Lucas Cavalcanti Dias PEREIRA

*Assis – FEMSA/IMESA
lucasdcavalcantip@gmail.com*

A Constituição Cidadã de 1988, fitando atender aos reclamos do Estado Constitucional de Direito, trouxe eminentes inovações ao ordenamento jurídico brasileiro, de maneira a expandir o rol de direitos e garantias individuais, bem como criar instrumentos constitucionais aptos a defenderem a aplicabilidade e eficácia de suas normas.

Nesse sentido, a par de preservar o seu núcleo essencial – dimensão da regra estrutural do Estado, normas estruturantes da Administração Pública, princípios diretores e normas asseguradoras da unidade política e rol de direitos e garantias fundamentais – verifica-se inserções no texto constitucional de instrumentos que visam tornar suas normas efetivas ou que tendem a conferir proteção aos cidadãos em caso de usurpação de direitos pelo Estado.

Dentre estes instrumentos encontra-se o Mandado de Injunção, que foi idealizado para assegurar o exercício de direitos fundamentais sempre que ausente norma regulamentadora, sem a qual é inviável o exercício de direito fundamental.

Consoante está previsto no art. 5º, inciso LXXI, da CF, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos fundamentais. Há de se notar, pois, que o legislador deixou explícita a hipótese de cabimento do referido instrumento, sem, todavia, elucidar o alcance de seus efeitos, quando apreciado pelo Poder Judiciário.

Nesse diapasão, cabe ressaltar neste trabalho, não só a importância desta ação constitucional, mas, notadamente, a postura do Supremo Tribunal Federal dirigida à concretizar normas constitucionais, conferindo a elas efeitos concretos e práticos para suprir as omissões legislativas inconstitucionais.

REFERÊNCIAS

[1] CANOTILHO, J. J. Gomes. **As garantias do cidadão na justiça**. São Paulo: Saraiva, 1993.

[2] FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **Processos Informais de Mudança da Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 1986

[3] SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. p. 89-91.

“MENINAS DA NOITE”: UMA ANÁLISE JURÍDICO-DISCURSIVA SOBRE A PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Simone Mantovani de CARVALHO; Prof.^o Dr.^o Márcia Valéria Seródio CARBONE

Desde os primórdios de nossa evolução, é notório que a prostituição infantil é fato existente na sociedade. Para a maioria das pessoas, a prostituição infantil não é vista como uma forma de sobrevivência e/ou sustento: afinal nem todos sentem, na pele, a discriminação racial, social, a fome. Por outro lado, tais elementos sequer justificam o fato de que uma criança chegue ao ponto de se prostituir.

É importante levar ao conhecimento da sociedade de quem são essas crianças, o que as leva a tal atitude (venderem seus corpos) e os fatores que contribuem – ou não – para isso, como as ações da sociedade e do governo relativamente à situação em que tais crianças se encontram.

Há algum tempo, a ONU produziu um estudo sobre a prostituição no mundo. Depois disso, o tema acabou sendo esquecido, sobretudo na grande mídia. Mais recentemente, contudo, veio a público no episódio em que o prefeito Adail Pinheiro da cidade de Coari no Amazonas aparece envolvido num esquema de prostituição infantil, utilizando o dinheiro público e o avião da Prefeitura para organizar festas com menores de idade.

Alguns dos mais recentes casos de prostituição infantil foram divulgados pelo Fantástico, no dia 29/11/2015, cujos envolvidos são da alta sociedade brasileira.

O repórter Gilberto Dimenstein, também, escreveu o livro “As meninas da Noite” publicado em 1992, que mostra como foi conhecida a prostituição infantil, a vida que as meninas levam, as doenças adquiridas sexualmente e sonhos que as garotas deixam morrer.

No contexto da prostituição infantil, estão implicados, ainda, outros crimes e/ou situações-problema, tais como a pedofilia, aborto, tráfico de pessoas, agressão física e moral, abuso sexual, estupro.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990**. São Paulo: Saraiva, 2001 LIMA, Cristiane. Brasil é o 1º em exploração sexual infanto-juvenil. Disponível em <A <http://elo.com.br/portal/colunistas/ver/226256/brasil-e-o-1-em-exploracao-sexual-infanto-juvenil.html>> Acesso em 23 de novembro de 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**. São Paulo, Editora Ática, 1992.

CRIMES DE GRANDE REPERCUSSÃO MIDIÁTICA: SENSACIONALISMO E LIBERDADE DE IMPRENSA

Jéssica Laís Rodrigues LEITE¹; Márcia Valéria Seródio CARBONE²

jessica_lais1991@hotmail.com¹, marciacarbone20@gmail.com²

A formação da opinião das pessoas tem sido grandemente influenciada pelos meios de comunicação. Não restam dúvidas de que os fatos e/ou as imagens podem ser manipulados para que a “massa” tome partido daquilo que a mídia deseja. A mídia é considerada o quarto poder instituído, inclusive. Noutros termos, além do Legislativo, Judiciário e Executivo, há a Mídia, tamanha a sua força em fazer com que as coisas aconteçam (ou pareçam acontecer).

Ocorre que o papel que se espera dos veículos de comunicação, em geral, é que não se limitem a denunciar os fatos, mas que assumam a dianteira na promoção de um consistente debate público sobre as questões de interesse da população. Ora, esse almejado desempenho da mídia é algo que merece séria reflexão, haja vista os desdobramentos que pode gerar, sobretudo se o que é veiculado for tomado como verdade absoluta e não como opinião sobre os fatos.

A questão central para a qual buscamos respostas, nesta pesquisa, é o paradoxo existente entre liberdade de expressão e sensacionalismo midiático, no que tange à divulgação de crimes, os quais, por essa mesma razão, acabam ficando inesquecíveis, isto é, imortalizados.

Em busca de respostas para indagações dessa natureza, há um debate intenso, sobretudo nas instâncias acadêmicas, seguido por uma crescente inquietação da sociedade, o que significa um inconformismo, uma consciência de que se pode e se deve fazer algo em favor de melhores condições de vida para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI SOBRINHO, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. – (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47)

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Elementos de análise do discurso**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. **Para entender o texto**: leitura e redação. 7 ed.. São Paulo: Ática, 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2010. CDrom

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 2 ed.. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 de maio de 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 12 de agosto de 2013.

MORFINO, V. **Sintaxe da Violência entre Hegel e Marx**. (2008). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n2/02.pdf>. Acesso em: 05 de junho 2014.

ECONOMIA E DIREITO, UMA INTERSECÇÃO NA BUSCA PELA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Patricia Xavier ENDRIGO¹; Reynaldo CAMPANATTI²

^(1,2)IMESA / FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis - Assis - SP
xavier_patricia@uol.com.br¹, campanatti@femanet.com.br²

Economia e meio ambiente, dois temas que parecem distintos, mas que na verdade caminham lado a lado na sociedade global. O ponto em questão é como desenvolver uma economia equilibrada sem prejudicar o meio ambiente, para que o mesmo continue presente nas gerações futuras, e ainda tenham “frutos” para que a economia continue também preservada [1]. As sociedades globais precisam encontrar um meio termo entre as duas questões, afinal sabe-se que uma degradação em massa do ecossistema mundial pode acarretar inúmeros problemas, que desencadearia uma desestrutura econômica preocupante. Com base nesse pressuposto, a intenção é desenvolver uma consciência sustentável na sociedade, começando por aqueles que são nosso futuro, as crianças, uma vez que a base de uma sociedade sólida e ativa para questões importantes está na educação, na preparação de cada indivíduo, capaz de discernir o que realmente importa para sua vida e para a vida dos demais que o cercam. Por isso, precisamos nos centrar nas reais necessidades e deixar o consumo impulsivo exacerbado de lado para pontuarmos melhor as atividades e o estilo de vida que ajude a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da economia, sem que ambos colidam em suas expectativas [2]. A palavra de ordem é criar uma vida sustentável, deixando de lado as práticas negativas de consumo, para evitarmos o exagero de lixo produzido, criando novos produtos ou até mesmo buscando os princípios do passado, de uma vida mais simples, mas que conseguia conviver entre economia e ambiente de forma saudável [3]. Hoje, mais do que reciclar, precisamos ainda parar de produzir tanto lixo.

REFERÊNCIAS

[1] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. 6^o ed. Tradução de Christiane de Brito Andrei. New York: AMGH Editora Ltda, 2014.

[3] KOLBERT, Elizabeth. **Planeta Terra em Perigo**. 1^o ed. Tradução de Beatriz Velloso. São Paulo: Editora Globo, 2008.

[2] LEFF, Enriquez. **Saber Ambiental**. 1^o ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.

A FIGURA DO AMICUS CURIAE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Bruno Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI

Assis/SP
bruno_dorini@hotmail.com

O presente projeto tem como finalidade esclarecer a inovadora regulamentação do instituto Amicus Curiae, amigo da corte ou tribunal, prevista no Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/15. Além disso, serão levantados e analisados casos fáticos em que já se deu este tipo de intervenção no sistema jurisdicional brasileiro, a fim de verificar a importância desta interferência para o julgamento de processos judiciais.

Primeiramente, é necessário a realização de uma breve explanação a respeito da figura Amicus Curiae, bem como descrever, em síntese, a sua evolução histórica na legislação brasileira.

O principal problema do presente projeto consiste em verificar como está sendo evocado esse instituto pelo sistema jurisdicional pátrio e como a inovação da sua regulamentação vai reforçar a busca por esse instrumento na análise e julgamento de casos demandados pelo sistema judiciário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BECKER, Rodrigo Frantz. **Amicus Curiae no Novo CPC**. JOTA, 6 mar. 2015. Disponível em: <<http://jota.info/amicus-curiae-novo-cpc>>. Acesso em 15 dez. 2015.

JUNIOR, Freddie Didier. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 12ª Edição, Editora JusPodium. Salvador, 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 Distrito Federal**, 30 de abril de 2012.

MIGLIAVACCA, Carolina Moraes e MACEDO, Elaine Harzheim. **Novo código de processo civil anotado**. OAB-Porto Alegre: OAB RS, 2015.

ANÁLISE CRÍTICA AO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 171/93 - REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL - SOLUÇÃO OU PROLIFERAÇÃO DE NOVOS PROBLEMAS?

Nathalia De PAIVA¹; Prof. Me. Fernando Antônio Soares de SÁ JUNIOR²

¹Aluna do Curso de Direito - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis(imesa) - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - e Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica(PIC) - Assis,SP - Brasil

²Professor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis(imesa) - e Orientador do Projeto de Pesquisa. Assis, SP - Brasil.
nathalia.p@hotmail.com¹, fassj@aasp.org.br²

Esta pesquisa tem como finalidade a reabertura dos debates legislativos a respeito da constitucionalidade e possível e até provável aprovação do projeto de Emenda Constitucional - PEC 171/93 que tem por escopo alterar o artigo 228 da Constituição Federal Brasileira de modo a permitir a responsabilização na seara penal de jovens e adolescentes menores de 18 anos, a fim de que se possa tomar de forma sã uma decisão, minimamente amparada pela legislação atualmente em vigor. Lado outro é questionado se o contexto valorativo da sociedade, o cenário político, e mesmo, os aspectos econômicos desta medida, se tomada, são ou não conveniente no momento atual.

Foi feito uma análise interdisciplinar com os aspectos sociológicos, políticos e econômicos, buscando soluções a partir da análise da proposta de emenda tratando de objetivos específicos como avaliação da questão da imputabilidade e impunidade, compreensão da mudança proposta ao artigo 228 feita pelo projeto da emenda e sua inconstitucionalidade, verificação da ineficácia do projeto perante a Carta Magna e a sociedade e averiguação de outros recursos para o índice de criminalidade infantil que não atinja de forma negativa a constituição e se adeque aos parâmetros sociais brasileiros, sempre propondo alternativas com espírito de contribuir com o objetivo fundamental do projeto de Emenda Constitucional, qual seja, reduzir o índice de criminalidade que infelizmente, nos dias atuais só faz crescer em nosso país.

REFERÊNCIAS

KEHDI, Andre Pires De Andrade. **Inconstitucionalidade da PEC 171/93 (redução da maioria penal)**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/noticia/14107-Nota-tnica-inconstitucionalidade-da-PEC-17193-reduo-da-maioridade-penal>> Acesso em: 22 de novembro de 2001.

TOLEDO, Francisco De Assis. **Princípio Básico De Direito Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19ª edição revista e atualizada nos termos da reforma constitucional. São Paulo: Malheiros, 2001.

PACIFICAÇÃO SOCIAL: MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Elizete Mello da SILVA¹; Heloisa Flory da Motta de SIQUEIRA²

Dizer o direito, promover Justiça e pacificação social são alguns dos objetivos do Poder Judiciário. Entretanto, inúmeros percalços estão presentes em seu cotidiano, o que acarreta em lentidão na prestação da tutela jurisdicional. O acesso à justiça ampliou a participação popular nas demandas, porém contribuiu para a morosidade e o número avolumado de processos. A cultura de litígio existente em nossa sociedade também estimula o crescimento do número de feitos, contrariando os princípios constitucionais do acesso à justiça e da razoável duração do processo.

Os mecanismos de solução pacífica de conflitos surgem então como uma das possibilidades de amenizar o problema. É o que se denomina autocomposição das partes, apresentando diversas formas: negociação, transação, mediação, conciliação.

Atento à realidade do sistema brasileiro, o legislador do Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2016, elevou o status da Conciliação e da Mediação a métodos adequados de tratamento do conflito. Antes alternativos, agora são prerrogativas do desenvolvimento processual. O artigo 334 do código supracitado preceitua:

Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

O presente trabalho visa explorar a temática da autocomposição, por meio da mediação e da conciliação no âmbito do Poder Judiciário, perfazendo um histórico até os dias atuais, evidenciando a evolução da sociedade brasileira no que concerne à solução de conflitos.

REFERÊNCIAS

QUADROS, Daniela Germano Moura de. **A instituição da conciliação e o poder judiciário**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos>>. Acesso em 01/12/2015.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Civil**. São Paulo: Método, 2008.

WATANABE, Kazuo. **Conciliação e Mediação**: Estrutura da Política Judiciária Nacional. Rio de Janeiro: Forense. 2011.

EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DE INTERNAÇÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DEPENDENTES QUÍMICOS

Gabriel Gomes DAGUANO

ASSIS

gabrieldaguano@gmail.com

A lei de psiquiatria publicada em 2001 (10.216/01) trata das normas relacionadas as instituições de internação como dos direitos de seus pacientes.

Os destinatários da referida lei estão dispostos em seu artigo 1º, incluso os usuários e dependentes químicos. Os usuários são indivíduos que possuem a devida consciência de seus atos, enquanto que os dependentes não.

As instituições de internação se dividem em voluntária, involuntária e compulsória. Aquela decorre da vontade do próprio paciente, essa decorre da vontade de seus familiares, enquanto aquela de sanção judicial civil ou penal.

É importante ressaltar que os pacientes tem seus direitos resguardados pelo princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, devendo ser tratados com a devida dignidade que merecem.

Segundo o portal de notícias diariodaregião.com.br, o hospital psiquiátrico "Adolfo de Bezerra de Menezes", Rio Preto, registrou a fuga de 263 pacientes em dois anos e meio, sendo 3,5 por dia. Para assegurar o resultado da pesquisa foi feita um estudo de caso com um paciente que foi submetido a internação para averiguar o reflexo desta notícia. Em entrevista com sua família pode-se constatar a ineficácia das instituições, já que o paciente voltou a usar drogas, além de ingressar na vida criminosa. Foi levantado os antecedentes criminais por meio de Boletins de Ocorrência para evidenciar os crimes cometidos pelo paciente após a internação.

Em conclusão da pesquisa nota-se a falta de amparo do Estado para o tratamento dos usuários e dependentes químicos. O caso investigado reflete uma realidade que tem abrangência nacional. A finalidade do Estado tende mais para o lado de exclusão destes indivíduos do que para sua recuperação.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**

GOMES, Luiz Flávio. **Lei de drogas comentada artigo por artigo: Lei 11.343/06**. São Paulo: RT, 2007

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

O DIREITO NA SOCIOLOGIA CLÁSSICA: UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE MARX, WEBER E DURKHEIM

Autor: Cássio Yuzo SHIRAISHI¹; Elizete Mello da SILVA²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)
cassio_shiraishi@yahoo.com.br¹, dedemelo@femanet.com.br²

O presente trabalho pretende analisar a obra dos autores clássicos da sociologia, quais sejam, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, na tentativa de compreender o papel do direito nas sociedades contemporâneas. Cada um destes autores lança, no limiar do século XX, uma interpretação acerca da sociedade e do direito. Assim, suas visões influenciaram os principais juristas do presente. Pretende-se, com o trabalho, demonstrar o fato de que o direito não é apenas um conjunto de normas jurídicas. Ele está intrinsecamente ligado a outras ferramentas e conhecimento. Pensar o fenômeno jurídico tão somente como norma é uma postura reducionista. Mostra que o jurista desconhece e não compreende a realidade das relações sociais. Portanto, entender os clássicos é fundamental para compreensão de toda a teoria construída nas ciências humanas, posto que são a partir destes que os demais autores contemporâneos formulam suas teorias. Conhecer o direito não é apenas decorar legislações; trata-se de entender sua importância nas relações sociais das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Coleções Tópicos).
- BOBBIO, Norberto. Marx e a teoria do direito. In: **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: UNESP, 2006.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Freitas; Maria Inês Mansinho. 2ª ed. Editora Presença, 1977.
- _____. **As regras do Método Sociológico**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F.A. **ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2002
- _____. **O Manifesto Comunista**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. Volume 1. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)
- MASCARO, Alysso Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- NAVES, Marcio Bilharino. **A Questão do Direito em Marx**. 1.Ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos e Fronteiras da Sociologia Jurídica (Os Clássicos)**. Ed. Juarez de Oliveira.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 2000.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais. Parte 2**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

OS DESAFIOS DO JUDICIÁRIO REFERENTE AOS CRIMES COMETIDOS POR PSICOPATA

Maiara PIRES

ASSIS-SP
maiarampc@hotmail.com

A sociedade encontra-se com constantes mudanças. Por conta disso, o ser humano inserido nesse contexto de transformações, acaba refletindo sobre novas questões. O crime é algo complexo desse fato, pois a partir de uma análise dos elementos que cercam os problemas do Judiciário referente aos crimes cometidos por psicopatas, podemos visualizar tais modificações realizadas dentro do sistema prisional.

Sendo mais críticos e observadores percebemos que há fatores externos que ligam a prática criminosa, que cada vez vem se mostrando determinante para a sua realização. Há vários aspectos no âmbito social, psicológico, bem como as experiências que os indivíduos vivenciaram ao longo de sua existência, na qual refletem em suas atitudes, que por vezes, são fundamentais para a compreensão do crime cometido.

No sentido psicológico, notamos que vários distúrbios têm sido listados, bem como as consequências que implica na atitude e personalidade do indivíduo portador. Dentre estes há os crimes cometidos por psicopatas, que causa interesse peculiar para o desenvolvimento desse projeto, por ter sido demonstrados nos Tribunais, na mídia, em diversos meios de comunicação, um número crescente de casos nos últimos anos, e pela maneira tendenciosa que os psicopatas têm de cometerem os crimes violentos, os quais impressionam a sociedade, o judiciário, a polícia, e também pelo legislador a não aplicabilidade de uma punição eficaz aos mesmos.

REFERÊNCIAS

[1] BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 9ed.São Paulo: Saraiva, 2004

[2] COSTA, Chirstian. **Curso de Psicologia Criminal**. Belém: PlanejaRH, 2008

[3] FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 5 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1998.

O CYBERBULLYING E UM PANORAMA ENTRE AS LEIS DO BRASIL COM AS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - DIREITO COMPARADO

Alecssandro Morzira LIMA

Assis, São Paulo
alecslima15@hotmail.com

Desde que surgiu e com o avanço da tecnologia, a internet modificou as relações entre os seres humanos e o lapso temporal fez com que esta se tornasse mais acessível à população. Logo, existir um ambiente onde milhares de pessoas utilizam diariamente, seja para estudar, trabalho ou lazer, é de grande importância. Porém, é necessária a existência de leis que regulamentem de forma adequada este espaço, principalmente no tocante de crimes.

Por um lado, a legislação brasileira não possui tipos penais específicos acerca da criminalidade na internet e, conseqüentemente, quando se depara com um delito virtual faz uso de seu Código Penal, datado de 1940, para aplicar algum tipo de sanção ao agente, com base na premissa de que um crime do mundo concreto incidu no digital. É o que acontece com o *cyberbullying*, sem lei que o faz um crime propriamente dito, mas que se socorre a demais delitos para sua adequação.

Por outro lado, nos Estados Unidos, a realidade para crimes digitais é outra, uma vez que o sistema jurídico do país permite a seus estados a possibilidade de legislar penalmente e em sua grande maioria estes possuem a ciência em considerar de forma distinta o meio do delito e o *cyberbullying* como crime.

Este é o objetivo deste estudo: realizar um comparativo, através de um panorama sobre as leis de nosso país com as dos EUA no tocante dos delitos virtuais e demonstrar que o cenário virtual brasileiro carece de tipos penais específicos para tal criminalidade, com ênfase no *bullying* digital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral, 1 - 17. ed. rev. - São Paulo: Saraiva, 2012.

JORGE, Higor Vinicius Nogueira Jorge. WENDT, Emerson. **Crimes Cibernéticos**: Ameaças e procedimentos de investigação. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NO DIREITO BRASILEIRO

Amanda Cristine de SOUZA; Fernando Antonio Soares de SÁ JUNIOR

Assis
amandasouza.direito@hotmail.com

Diante do crescimento de crimes cometidos contra animais especificamente no Brasil, há um clamor social por um em enrijecimento das penas brasileiras para este tipo de crime, que hoje são consideradas muito brandas.

De acordo com a pena prevista para maus tratos na legislação, é possível, quase sempre, a transação penal, o que dá a certeza para o autor do crime de que a punição ou a chance de prisão é mínima. Além disso, existe o desconhecimento e muitas vezes o não cumprimento da Lei que protege os animais.

Por isso, vemos casos de brutalidade explícitos em redes sociais, até mesmo nas ruas, empresas, laboratórios e eventos.

Isso é devido, pois para muitos, os animais não são considerados sujeitos de direitos e sim meros facilitadores da vida humana.

O presente trabalho busca implantar a ideia de que a preocupação ecológica e a proteção aos animais incidem fortemente no equilíbrio da sociedade.

É inegável a importância de tal proteção animal, se considerar que a espécie humana não deixa de ser também um animal, embora racional, político, mas com todas outras características dos outros animais. A diferença está no fato de que a espécie animal não é capaz de criar leis que as protegem como os humanos fazem, eis outra evidência de que é necessária a proteção animal.

Ademais, estudos Científicos concluem que a pessoa que maltrata animais é cinco vezes mais propensa a maltratar e cometer crimes contra humanos, o que nos permite afirmar que proteger animais não é apenas uma questão humanitária, mas também de segurança pública.

Para isso, busca-se a implementação de uma dignidade da vida como sendo princípio reflexo do princípio da dignidade da pessoa humana, com efeitos para além da vida humana, ou seja, também para os animais.

Entende-se que o tema é de grande relevância não só no meio dos defensores da causa animal, mas também no meio social e jurídico.

REFERÊNCIAS

DE MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura. **Direito dos Animais**. Livraria do Advogado Editora, 2013.

NOGUEIRA, Vânia Marcia Damasceno. **Direitos Fundamentais dos Animais**: A construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos. Belo Horizonte. Arraes Editores, 2012.

RODRIGUES, Danielle T. **O Direito e os animais**: Uma abordagem ética, filosófica e normativa. Curitiba. Juruá Editora, 2008.

A RAZÃO NA PRÁTICA DA JUSTIÇA PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA BASEADA NA OBRA DE IMMANUEL KANT, ESPECIALMENTE QUANTO AO RITO DO JÚRI

Gustavo Gomes SILVA

*Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA
gomesgustavo.adv@gmail.com*

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a relação razão pura e prática com a justiça, especialmente no âmbito penal e no que diz respeito à valoração das provas e prolação de um julgamento.

A escolha do tema se prende ao fato que experiências extraídas de recorrentes julgados, de rito especial do nosso ordenamento jurídico penal, podem sofrer dos vícios, quando mal usada a razão, como já investigados por Kant. Importante destacar, que o autor referido figura o vértice do pensamento moderno, tido por muitos, como o mais sensato quando define a justiça.

E - com o auxílio da bibliografia de Norberto Bobbio, catedrático italiano, especialista no pensamento kantiano - esta pesquisa tomará os mesmos rumos acerca da razão, entretanto, aplicá-la-á na prática da justiça penal brasileira, em especial ao estudo dos crimes dolosos contra a vida. [1]

Em tônica, o fundamentar racionalmente de uma decisão, tomando provas e conclusões que podem ser deturpadas por deficiência cognitiva, emocional ou social, permite ao juiz atribuir o 'justo' ao acusado? É capaz o profissional de Direito de discernir, e dar melhor destinação do uso de suas faculdades qualitativas e lógico-justificativas ao fato lhe posto a julgamento para aplicar justiça tão somente pelas provas sensíveis trazidas aos autos? [2]

Tais questionamentos deverão ocupar lugar na pauta/roteiro deste trabalho e deverão ser concluídos nele, e, caso não o sejam, em uma possível dissertação de mestrado. [3]

REFERÊNCIAS

[1] BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Tradução de Alfredo Fait. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

[2] FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal** / Luigi Ferrajoli; prefácio da 1. Ed. Italiana, Norberto Bobbio - 4. Ed. Rev.. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

[3] KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974.

REDES SOCIAIS: ASPECTOS JURÍDICOS

Kely Francelino SOARES¹; Leonardo de GÊNOVA²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis - Assis/SP

kelyfrancelino@hotmail.com¹, leonardodegenova@gmail.com²

O presente artigo analisa com base em estudos sociológicos as primeiras formas de agrupamentos sociais, acompanhando brevemente o caminho realizado por estes até a atual era digital. Não obstante, o enfoque principal está na análise dos aspectos jurídicos das novas tecnologias, assim como da Internet e das redes sociais propriamente ditas, que são cada vez mais utilizadas pelos indivíduos como forma de inclusão e relação social.

Desde os primórdios os grupos sociais nascem com objetivos e finalidades em comum entre seus integrantes, que podem ser facilmente alcançados quando experimentados com outros indivíduos. Com a inclusão digital, as redes sociais demonstram ter um papel fundamental na criação de grupos por pessoas com interesses em comum, podendo assim, ser seu uso considerado uma extensão da identidade física ao mundo digital.

Cabe ao Estado a proteção do indivíduo face as novas tecnologias por meio de legislações eficazes, e diante desta premissa, pontuamos as leis em vigência em nosso país que tem por finalidade regulamentar o uso da Internet no Brasil, como a Lei 12.965/14, conhecida como "Marco Civil da Internet", incluindo claramente na análise as regulamentações atinentes ao uso das redes sociais.

REFERÊNCIAS

CHINOY, Ely. **Sociedade**: Uma Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos Jurídicos da Internet**. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FORTES, Wanessa Mota Freitas. **Sociedade, direito e controle social**. Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8675> Acesso em jun. 2016.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Claudia Gonçalves Paredes ROSA

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) -
Assis - SP - Brasil
claudia.gpr@hotmail.com*

Este trabalho tem por finalidade externar um tema antigo, mas pouco discutido no âmbito jurídico, o assédio moral no ambiente de trabalho.

Considerado como um modo de coação, que estabelece em qualquer relacionamento que provem na desigualdade social ou do poder autoritário e, que possui maior incidência nas relações de trabalho.

É um assunto novo na Justiça do Trabalho e um dos casos mais delicados enfrentados no ambiente de trabalho, que traz sérias consequências psicológicas, de autoestima e até mesmo de doenças à vítima.

Dentre as causas e efeitos ocasionados por esta conduta abusiva, a dignidade é uma garantia individual e também universal, que tem como fundamento jurídico a sua valorização e os direitos do trabalhador protegidos pelo Princípio da Dignidade Humana vigente na Constituição Federal, conforme artigo 1º, inciso III.

Embora não exista lei específica que trata o tema, na CLT no artigo 483 é possível enquadrar tal prática em várias de suas alíneas, visto que, já se discute projetos de lei no âmbito municipal, que visa criar base legal para julgar este tipo de conduta.

REFERÊNCIAS

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. **Assédio Moral no Emprego**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2013.

XEREZ, Lena Marcílio. **Tutela Jurídica do empregado em face do Assédio Moral**. São Paulo: LTr, 2015.

DISCURSO DE ÓDIO NA INTERNET

Patrícia Helena Petri ARANTES

Assis
patty_arantes@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho é discutir a presença cada vez mais crescente das ideias odiosas nas redes sociais brasileiras, assim como analisar o discurso utilizado pelos usuários e aventar meios de combate e punição. É inegável que as ideias odiosas sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, no entanto o desenvolvimento da tecnologia elevou a capacidade de disseminação do discurso de ódio, tanto na intensidade das agressões quanto na proporção de pessoas que são atingidas, uma vez que o meio cibernético proporciona uma sensação de anonimato e, em último grau, impunidade. Utilizando a Constituição Federal e a Lei 7.716/89, analisamos casos concretos de discriminação, como foco na discussão dos limites entre a liberdade de expressão e o ataque à dignidade da pessoa humana e demais direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

CARCARA, Thiago Anastácio. **Discurso de ódio no Brasil: elementos de ódio na sociedade e sua compreensão jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CHEQUER, Claudio. **A liberdade expressão como direito fundamental preferencial prima face (análise crítica e proposta de revisão ao padrão jurisprudencial brasileiro)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CONRADO, Rômulo Moreira. **A vedação ao discurso do ódio na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24047/a-vedacao-ao-discurso-do-odio-na-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em 03/05/2016.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3ª edição – São Paulo: Atlas, 2011.

MEYER- PFLUG, Samantha Ribeiro; CARCARA, Thiago Anastácio. **Discurso do ódio e Democracia: participação das minorias na busca pela tolerância**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e04c14a66e1b2746>>. Acesso em 28/04/2016.

NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OMMATI, José Emilio Medauar. **Liberdade de expressão e discurso do ódio na Constituição de 1988**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SILVA, Alexandre Assunção e. **Liberdade de expressão e crimes de opinião**. São Paulo: Atlas, 2012.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE ASSIS

Isaias José de CERQUEIRA JUNIOR

Assis - SP

isaiasjuniorcerqueira@hotmail.com

A pesquisa em questão visa entender e confrontar as políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes do Município de Assis, através de seus respectivos Institutos, com dados e análises de campo, assim como embasamento bibliográfico e senso crítico de sua atual realidade e conseqüente ineficácia de suas ações voltadas para esse público. Pretendendo também através disso, obter um parâmetro entre teoria e prática dessas ações, como também visualizar e apontar possíveis soluções e iniciativas a serem tomadas para a melhora desse quadro degradante, ainda repleto de preconceitos, desigualdades, falta de oportunidades, discriminação e violência de forma geral [1].

A pesquisa também visa como base, confrontar o nosso ordenamento jurídico, através da CF/88, da lei 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [2], como também da Declaração Universal dos Direitos Humanos, verificando se está sendo cumprida sua função institucional de elevado valor, a fim de defender as condições ideais para a Infância e a Juventude de nossa cidade. Fazendo uma abordagem nos seus diferentes campos temáticos que o engloba, verificando a Garantia do Direito à vida e à saúde; à liberdade; ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação; à cultura; ao esporte e ao lazer; o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, numa relação ainda mais ampla de preceitos [3].

Os dados e propostas que serão expostos tem o caráter absolutamente científico, sem a menor pretensão de oferecer denúncia e sim de tentar pontuar iniciativas e possíveis soluções a serem tomadas pelos governantes, iniciativa pública e seus respectivos órgãos, através de seus servidores e funcionários, agindo verdadeiramente em prol desses indivíduos, familiares e comunidade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

[1] FOULCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

[2] **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

[3] BRASIL. **(Constituição, 1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 27. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Luís Carlos GONÇALVES

Assis/SP
liderseguros.assis@gmail.com

O aumento de jovens em conflito com a lei é fato e isso se caracteriza pela falta de uma rede socioassistencial de políticas públicas efetivas para o enfrentamento das causas que envolvem a infância e juventude, desde as ações de prevenção até a qualidade na atuação.

Ao longo da história o atendimento aos adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas tem apresentado características de um trabalho intramuros, afastado do convívio comunitário e fragmentado, não compondo um projeto comum que permitisse o alcance de uma maior eficácia em relação à inserção dos mesmos na comunidade. Por outro lado, a própria sociedade não tem acolhido esses adolescentes, não assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento de um trabalho integrado que possibilite a efetiva inclusão nessa comunidade.

À medida que foram se expressando as prerrogativas da Doutrina da Proteção Integral e a aplicação do ECA, fica claro que o projeto de execução e acompanhamento a estes adolescentes prevê um atendimento integrado em rede socioassistencial tendo como proposta abranger as diversas necessidades e direitos dos adolescentes e equacionar em conjunto com os demais serviços os desafios considerados essenciais na atenção a esta demanda.

REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasil. 1988.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Socioeducação, Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

ECA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei 8069/90, Brasil. 1990.

INALUD; ABMP; SEDH; UNFPA. **Justiça, Adolescente a Ato Infracional: socioeducação e responsabilização**, São Paulo. 2006.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, MaurílioC.; LEAL, Maria C. **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, José Roberto de Oliveira. **O adolescente em conflito com a lei na cidade de Assis**. São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis UNESP. 2008.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ASPECTO MORAL ACERCA DO NOVO MODELO DE ENTIDADE FAMILIAR

Deborah Costa Diniz AUGUSTO

Assis-SP
deborah.c.diniz@hotmail.com

O presente trabalho tem a importância de mostrar a sociedade que a pluralidade de entidades familiares, independentemente de sua formação deve ter seu amparo pelo Estado, e conseqüentemente pelo direito, obtendo respeito da sociedade em suas escolhas, bem como as demais entidades já existentes. A união poliafetiva é mais uma entidade familiar constituída pelo afeto, e não será a última a ser formada pelo elo do companheirismo e lealdade.

Trata-se de uma relação de homem para homem, bem como o indivíduo e a comunidade, surgindo assim uma série de normas, mandamentos ou prescrições não escritas.

Nesse âmbito mais extensivo da discussão jurídica e sociológica dos novos modelos de família que pretendemos analisar uma pesquisa entre os indivíduos que enfrentam a moralidade social desse novo modelo familiar.

REFERÊNCIAS

Carta Forense. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/escritura-de-uniao-poliafetiva-possibilidade/9753>>.

JusBrasil. Disponível em: <<http://karenelisabethgoes.jusbrasil.com.br/artigos/145251612/conceitos-de-etica-e-moral-com-base-filosofica>>.

Regina Beatriz. Disponível em: <<http://www.reginabeatriz.com.br/academico/artigos/artigo.aspx?id=327>>.

Última Instância. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/artigos/58182/o+poliamorismo+e+a+possibilidade+de+uniao+poliafetiva.shtml>>.

REALE Miguel. **Filosofia do Direito.** 17 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

REALE. Miguel. **Lições Preliminares de Direito.** 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VASQUEZ Adolfo Sánchez. **Ética.** 24 ed. Rio de Janeiro, 2003.

O USO DO MATERIAL GENÉTICO COMO PROVA LÍCITA NO PROCESSO PENAL: A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.654/12

Gabriella Zundt ALVES

Assis, São Paulo.
alvesgz@outlook.com

Este artigo tem por objetivo analisar a Lei 12.654/12, que estabelece uso do material genético para identificação criminal do acusado; o uso do mesmo como prova lícita no processo penal; e sua eficácia no sentido de proporcionar instrumentos mais eficazes na instrução probatória e investigação criminal no Processo Penal. O uso do material genético já é definido por lei, porém algumas correntes ainda o tratam como inconstitucional, por este entrar em conflito com princípios constitucionais.

O artigo é relevante para proporcionar a discussão acadêmica sobre a importância do material genético e do banco de dados, pois com o uso destas tecnologias muitos casos poderiam ser resolvidos de forma mais rápida e eficiente.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto. **Processo penal esquematizado**. 6.ª ed. São Paulo: MÉTODO, 2014.

BONACCORSO, Norma Suzeli. **Aplicação do Exame de DNA na elucidação de crimes**. São Paulo, 2005, 156 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

_____. **Aspectos técnicos, éticos e Jurídicos relacionados com a criação de banco de dados criminais de DNA no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Direito Penal) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Curso de Direito Penal, Parte Geral**. 3ª Ed., Saraiva, 2001.

MELO, J. HERMONT. O DNA Forense e suas Implicações Jurídico-penais. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, v. 4, p. 2, 2003. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D3-01.pdf>>

Ministério da Justiça e Cidadania- Governo Federal: **III Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (Novembro/2015) e IV Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (Maio/2016)**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/ribpg/relatorio>>.

LINCHAMENTOS E A RESPONSABILIDADE DA MÍDIA SENSACIONALISTA: UMA ANÁLISE DO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2014, NO ESTADO DE SÃO PAULO

Maíra Domingos COSTA

Assis/SP

mairadomingoscosta@gmail.com

O objetivo da pesquisa em tela é descobrir de que modo se dá a contribuição midiática sensacionalista aos linchamentos ocorridos na atualidade, com ênfase no Estado de São Paulo, no primeiro semestre do ano de 2014.

Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, buscando reunir e cotejar informações.

Ao analisarmos o público-alvo dos jornais sensacionalistas, percebeu-se que este é composto pela camada mais popular da sociedade. Ainda, que a maior parte dos casos de justiça popular ocorreu em áreas periféricas, relegadas pela Justiça a segundo plano.

No curso do trabalho, pode-se concluir que, por meio da propagação do discurso de ódio, da exploração e do estímulo ao “medo derivado”, bem como do apelo às emoções humanas, a imprensa marrom contribuiu expressivamente para que ocorressem linchamentos em São Paulo, no ano de 2014.

Estima-se que no Brasil, a cada dia, um ser humano seja alvo de linchamento.

REFERÊNCIAS

ADORNO et al. **Teoria da Cultura de Massa. Introdução e Comentários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. 1ª ed. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENEVIDES, M. V. **Linchamentos**: violência e justiça popular. Espaço & Debates, v. 11, p. 55-90, 1981.

MARTINS, José de Souza. As Condições do Estudo Sociológico dos Linchamentos No Brasil. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 9, n. 25, p. 295-310, 1995.

MARTINS, José de Souza. **LINCHAMENTOS - A justiça popular no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2015. v. 1. 208 p.

NATAL, Ariadne Lima. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo - 1980-2009**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SINHORETTO, Jacqueline. *Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

EUTANÁSIA

Fernanda BERNARDINO

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) -
Assis - SP - Brasil
Fernandabernardino_@hotmail.com*

O objetivo deste trabalho, longe de ter a pretensão de esgotar o tema, é relevante frisar que toda a argumentação e questionamento se darão sob a luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, visto que é ele um dos fundamentos no qual a Constituição Federal de 1988.

Eutanásia, e com efeito da verdadeira compaixão vendo a dor de outro, elimina a pessoa cujo sofrimento não pode suportar em sentido amplo implica uma morte suave e indolor, morrer de uma forma pouco dolorosa é significado de morte digna. O Estado tem como objetivo a preservação da vida dos seus cidadãos, enquanto os doentes que estão a sofrer devido ao seu estado de saúde, desejam pôr fim à sua vida, e simultaneamente, ao seu sofrimento.

A lei penal brasileira prevê a eutanásia como homicídio privilegiado, ou seja, é quando ocorre um crime impelido por motivo de relevante valor, moral ou sentimento de compaixão diante do sofrimento da vítima, caso se consiga provar a relevante valor moral, leva o magistrado a reduzir a pena expressa (Artigo 121, § 2º, I, CP).

Esse homicídio, mesmo privilegiado, não leva em conta, se houve ou não consentimento da vítima para descaracterizar o crime, a única forma que a legislação atual brasileira não pune, é quando o doente, absolutamente sozinho se mata, por iniciativa e vontade própria; ortotanásia não é punida.

Objetivo final é mostrar que a eutanásia, seja ela passiva ou ativa, deva ser resultado de um processo livre e informado e, por isso, deva ser compreendida como um direito fundamental amparado nos princípios éticos da autonomia e da dignidade.

REFERÊNCIAS

FARIA, Osmar Andrade. **Eutanásia**: A morte com dignidade depoimento. EDUFSC, 1997.

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, Paulo Daher. **Eutanásia**. ed. Inédita Editora de Arte.1993.

ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS HAITIANOS NO BRASIL: ENTRE A IMIGRAÇÃO E O REFÚGIO

Bárbara Paes MANFIO

*Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) -
Assis -
SP - Brasil
barbaramanio@hotmail.com*

Em janeiro de 2010 ocorreu no Haiti, um histórico terremoto de 7.2 de magnitude, devastando grande parte do país. A partir de então, registra-se que pelo menos 30 mil haitianos[1], cruzaram as fronteiras brasileiras. Devido à complexidade da questão, em 2012 criou-se no Brasil a resolução normativa n. 97/2012, a qual autoriza a concessão de vistos humanitários aos haitianos, sendo esta resolução, prorrogada pela última vez através da RN n. 117/2015, até 30 de outubro de 2016[2]. Neste seguimento, frente a catástrofe natural do Haiti e seus efeitos na população, denota-se tratar de imigração forçada, trazendo à baila, a ideia de que os haitianos possuem, em plano internacional status maior do que o de meros estrangeiros imigrantes. Diante desta problemática, e sob o viés da proteção aos direitos humanos e fundamentais, analisa-se a recepção jurídica dos haitianos na sociedade brasileira, com enfoque nas leis n.º 9.474/97 e n.º 6.815/80 que se referem respectivamente ao sistema de entrada de refugiados e imigrantes no Brasil, verificando-se, que possuem os refugiados, maior amparo normativo, tendo em vista que estes carregam em seu conceito o aspecto da violação de direitos humanos. Nesta perspectiva, denota-se que apesar de ser o Haiti um dos cinco países que mais solicitam refúgio no Brasil[3], os efeitos do já citado terremoto, não se enquadram na definição de refugiado adotada atualmente. Desta forma, apresenta-se neste estudo, os refugiados ambientais, nova categoria de refúgio, ainda não reconhecida normativamente, de modo a analisar o caso dos imigrantes haitianos no Brasil, sob os aspectos desta nova conceituação de refugiado.

REFERÊNCIAS

[1] UNIDAS, Nações. **Cinco anos depois do terremoto que destruiu o Haiti, ONU continua apoiando reconstrução do país**. 2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/exclusivo-cinco-anos-depois-do-terremoto-que-destruiu-o-haitiu-continua-apoiando-reconstrucao-do-pais/> > Acesso em: 01/03/2016.

[2] MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Resolução Normativa 97/2012**. Disponível: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4CD725BD014CE13452222F85/Acoes_do_Co_nselho_Nacional_de_Imigracao_2014.pdf>. Acesso em 01/06/2016.

[3] ACNUR, Brasil. **Sistema de refúgio brasileiro**. <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016>. Acesso em: 24/09/2016.

POSSIBILIDADE JURÍDICA DA APRECIÇÃO DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE

Rogério Albino de SOUZA¹; Fernando Antonio Soares de SÁ JUNIOR²; Maria Angélica Lacerda MARIN³

^(1,2,3)FEMA

rogerioalbino_souza@hotmail.com¹, fassj@aasp.org.br², adoromeusalunos@hotmail.com³

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo principal verificar a possibilidade jurídica da apreciação das excludentes de ilicitude no auto de prisão em flagrante. A liberdade de ir e vir, contemplada no Art. 5º, XV, da Constituição Federal de 1988, é um bem jurídico precioso e deve ser preservado. Não há dúvida de que o juiz, à luz do parágrafo único do art. 310 do Código de Processo Penal (Decreto-lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), caso constate, por meio do auto de prisão em flagrante, que o agente agiu amparado por qualquer uma das causas excludentes de ilicitude, poderá beneficiá-lo com liberdade provisória, a qual deverá ser devidamente fundamentada. Destarte, indaga-se se existe a possibilidade jurídica de apreciação das causas excludentes de ilicitude previstas no artigo 23 do Código Penal pela Autoridade Policial durante o procedimento do Auto de Prisão em Flagrante. Como há a previsão dessa apreciação pelo juiz, acredita-se que também possa ser válida ao delegado de polícia, uma vez que não haverá crime na ausência da antijuridicidade. Seria descabido, portanto, privar uma pessoa de liberdade, por um minuto que seja, se esta agiu amparada por qualquer uma das excludentes de ilicitude. Isso iria de encontro aos direitos previstos no artigo 5º da Carta Magna, ferindo a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania. Nesse caso, o juiz apenas ratificaria a decisão do delegado de polícia. Com isso, o infrator não seria conduzido ao cárcere, preservando sua integridade física e psíquica.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto Cláudio Pêncaro. **Processo Penal**: esquematizado. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Curso de Processo Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

INFORMÁTICA



ADOÇÃO DE UNITY 3D ENGINE E PLATAFORMA ARTOOLKIT NO DESENVOLVIMENTO DE JOGOS COM REALIDADE AUMENTADA

Pedro Luiz FOGANHOLI¹; Guilherme de Cleva FARTO²

^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis/SP (Brasil)
pedro.foganholi3@hotmail.com¹, guilherme.farto@gmail.com²

Segundo Zorzal et al. (2006), uma definição bastante difundida de Realidade Aumentada é de que ela é a sobreposição de objetos virtuais gerados por computador num ambiente real, utilizando para isso algum dispositivo tecnológico.

Um sistema de realidade aumentada é definido como uma aplicação que combina o mundo real com o virtual, onde a interação é em tempo real e a cena gerada é tridimensional. O objetivo da realidade aumentada é o de criar um software que gere cenas aumentadas de forma que não se possa distinguir o objeto real do virtual.

Os marcadores consistem em figuras geométricas quadradas, normalmente com bordas pretas e centro branco com símbolos, para que possam ser indentificadas (SANTIN; KIRNER, 2008).

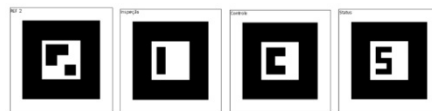


Figura 1 - Exemplos de Marcadores (SANTIN; KIRNER, 2008)

O objeto virtual será projetado sobre o marcador acompanha o movimento realizado no mundo real, mantendo as mesmas proporções (TORI, 2006).

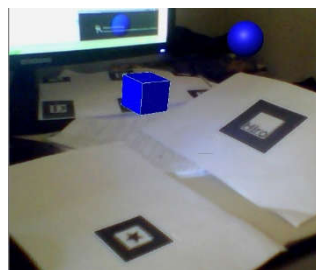


Figura 2 - Exemplos de marcadores e objetos reconhecidos (Elaborado pelo autor, 2016)

REFERÊNCIAS

SANTIN, R.; KIRNER, C. **Realidade Virtual e Aumentada: Uma Abordagem Tecnológica**. Capítulo "ARToolKit: conceitos e ferramenta de autoria colaborativa". SBC, Porto Alegre, p. 178-276, 2008.

TORI, Romero; KIRNER, Claudio; SISCOOTTO, Robson Augusto. **Fundamentos e tecnologia de realidade virtual e aumentada**. Editora SBC, 2006.

ZORZAL, E. R.; BUCCIOLI, A. A. B.; KIRNER, C. **Usando Realidade Aumentada no desenvolvimento de quebra-cabeças educacionais**. In: SVR2006-VIII Symposium on Virtual Reality, 2006.

CRIAÇÃO DE AMBIENTES DINÂMICOS EM JOGOS 2D UTILIZANDO GERAÇÃO DE REGRAS

Addam Cauê Peres RAFACHO¹; Guilherme de Cleve FARTO²

*^(1,2)Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis/SP (Brasil)
addamcaue@hotmail.com¹, guilherme.farto@gmail.com²*

A área de jogos tem ganhado mais espaço nos últimos anos, influenciando a sociedade atual, ainda que o crescimento do Brasil nesta área represente apenas uma parcela do que é realizado nos Estados Unidos.

Uma das grandes barreiras que as empresas encontram em muitos jogos é o controle do prazer e frustração. A diversão nos jogos é facilmente afetada pela sua dificuldade e mecânica, pois o jogo pode se tornar fácil ou difícil demais, frustrando a comunidade de jogadores.

Os objetivos desta pesquisa são (i) explorar e investigar os conceitos de árvores de decisão, em especial a abordagem ID3, bem como (ii) projetar e implementar mecanismos de apoio a jogos por meio da estratégia da árvore de decisão ID3.

De acordo com Winston (1988), em seu livro sobre inteligência artificial, o sistema baseado em regras é um excelente meio para síntese e análise de informações. O uso do sistema em duas situações, a de análise e a de solução de problemas. A análise usará conhecimentos adquiridos para gerar conclusões. Já o método de solução de problemas usará condições para tomar certas atitudes.

As árvores de decisão são representações do conhecimento obtido. Elas têm a função de classificar instâncias a partir de nodos e ramos. Além da classificação, elas têm grande importância na inferência indutiva, ou seja, na geração de conclusões (GARCIA; ALVARES, 2001).

A metodologia da pesquisa baseia-se, inicialmente, em pesquisas exploratórias em artigos e livros sobre produção de jogos, bem como materiais que investigam o uso da inteligência artificial.

Os sensores ou dispositivos espalhados na fase serão utilizados para coletar dados gerados pelo jogador. Dessa forma, a implementação da abordagem do ID3 possibilitará efetuar cálculos e verificações sobre as decisões que podem ou devem ser executadas no jogo. Por fim, o protótipo do jogo será construído na plataforma Unity 3D, ambiente para a implementação de jogos e computação gráfica.

REFERÊNCIAS

GARCIA, S.; ALVARES, L. **Árvores de decisão - Algoritmos ID3 e C4.5**. 2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdeinformatica/article/view/v1n1p52-55/8809>>. Acesso em 03 de Setembro de 2016.

WINSTON, P.H. **Inteligência Artificial**. Tradução de Carlos Octavio Pavel. Livros Técnicos e Científicos, 1988.

UMA ALTERNATIVA PARA A RETENÇÃO DE ALUNOS EM CURSOS DE COMPUTAÇÃO

Gabriel Batistela BERTO¹; Luiz Carlos BEGOSSO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis - Imesa
gabriel.B.Berto@hotmail.com¹, begosso@gmail.com²

A evasão escolar tornou-se um tema de grande abrangência, pois ocorre em diversas universidades do mundo e por esse motivo é foco de preocupação dos gestores e coordenadores de curso. A busca pelas suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais. Na maioria das vezes, as altas taxas de evasão refletem o mal uso dos recursos pedagógicos e apontam para deficiências na gestão. SILVA FILHO et al (2007) lembram que a evasão no setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas, porém em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. No Brasil, as taxas de evasão total são maiores nas instituições privadas que alcançam índice de 25%. Em relação às instituições públicas, a desistência média dos estudantes atinge 11% (INEP, 2013). A evasão dos estudantes é um fenômeno complexo que vem ocorrendo em praticamente todas as universidades do mundo, e suas causas podem estar relacionadas a inúmeros fatores, que vão desde a falta de motivação para realizar o curso, situação financeira familiar, até dificuldades de aprendizado, especialmente das disciplinas básicas de lógica de programação. O estudo desenvolvido neste trabalho tem por objetivo explorar as potencialidades das ferramentas computacionais para o ensino de programação de computadores: Scratch, Kodu, Robocode e Alice. Verificou-se se as ferramentas de auxílio pedagógico para o ensino de técnicas de programação, podem, de fato, contribuir com a retenção de estudantes em cursos de computação. Espera-se que a adoção destas práticas possa gerar resultados consistentes que auxiliarão, positivamente, o processo de retenção de estudantes.

REFERÊNCIAS

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses e Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2013**. Brasília: INEP/MEC. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 12 out. 2015.

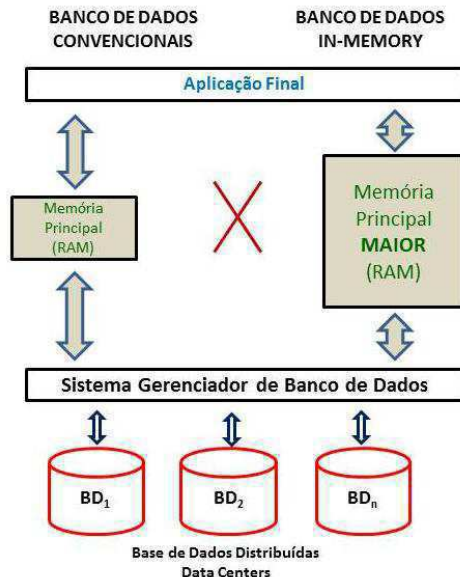
SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. Fundação Carlos Chagas. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, set/dez, 2007.

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DE BANCO DE DADOS IN-MEMORY COMPARADO AOS BANCOS DE DADOS CONVENCIONAIS

Jonathan dos Santos MARTINS¹; Alex Sandro Romeo de Souza POLETO²

^(1,2)Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil
jonathan.santosmartins@gmail.com¹, apoletto@femanet.com.br²

O presente trabalho tem por objetivo traçar um comparativo entre Bancos de Dados In-Memory e os Sistemas de Bancos de Dados Convencionais. Através desse comparativo, pretende-se demonstrar soluções desenvolvidas em Bancos de Dados In-Memory para melhor atender a desafios gerados pelo corrente uso de um volume cada vez maior de dados. Dentre esses desafios estão, maior rapidez no acesso aos dados; diminuição do tempo de processamento de aplicações complexas, aumentando assim, seu desempenho; acesso a grandes bases de dados para BI (Business Intelligence); e criação de conhecimentos mais precisos e completos para trabalho com informação em tempo real, necessidades que os Modelos Convencionais, até certo ponto, deixam a desejar.



REFERÊNCIAS

YU, William E. Computação In-Memory - Evolução, oportunidades e riscos. In: **ISACA JOURNAL**, volume 5, 2013.

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. **Sistemas de Bancos de Dados**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

PEREZ, Joel; QULUZADE M., Mahir; SOARES, Flavio, **Oracle Database 12c: InMemory** pt1 e pt2
<http://www.oracle.com/technetwork/pt/articles/database-performance/oracle-database-12c-in-memory-2595527-ptb.html>

DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA GRÁFICA PARA ANÁLISE DO TRÁFEGO DE REDE E DETECÇÃO DE ANOMALIAS

Aleff Martins dos SANTOS¹; Wesley da Silva NOVAIS²; Fábio Eder CARDOSO³

^(1,2,3)FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
scientist.technology19@gmail.com¹, wesley_computacao@hotmail.com², fabio.eder@hotmail.com³

O uso massivo de comunicação de dados e a alta conectividade entre dispositivos por meio da Internet expõe esses dispositivos à exploração de vulnerabilidades. No meio corporativo onde o acesso é maior, torna-se muito mais vulnerável aos ataques. Monitorar, controlar e gerir as redes de computadores se tornou um fator extremamente importante, principalmente no que tange à segurança da informação, visto que diferentes serviços de rede são utilizados todos os dias. Por conta do tráfego intenso e variado, há uma quantidade volumosa de dados que apresentam padrões análogos e, simultaneamente, geram informações comportamentais no acesso da rede. [1]

O processo de captura de pacotes que trafegam na rede e análise de detecção de intrusão por meio da captura destes pacotes demanda ferramentas que auxiliem o administrador da rede na identificação, em tempo real, de ataques e comportamentos maliciosos no tráfego de rede. Neste contexto, a presente pesquisa visa o desenvolvimento de uma ferramenta que permita a visualização gráfica do comportamento do tráfego de rede que foi capturado e armazenado em um conjunto volumoso de dados, facilitando a análise e identificação de anomalias neste contexto. [2]

Com o desenvolvimento desta ferramenta, espera-se que a representação gráfica demonstre, de forma clara, o comportamento da rede, tendo como base os parâmetros obtidos durante o processo de captura das sessões da rede, facilitando a leitura por parte do administrador, pelo processo de comparação do tráfego normal e do tráfego anômalo apresentados na interface do sistema.

REFERÊNCIAS

[1] KIM, S.S.; REDDY A. L. N. **A Study of Analyzing Network traffic as Images in Real-Time**. Department of Electrical Engineering - Texas A&M University, 2005.

[2] CHAVES, M. H. P. **Análise de Estado de Tráfego de Redes TCP/IP para Aplicação em Detecção de Intrusão**. Dissertação de Mestrado em Computação Aplicada - INPE, set 2002.

DESMISTIFICANDO O MUNDO DO BIG DATA

Matheus Batista FURLAN¹; Alex Sandro Romeo de Souza POLETTO²

*(1,2)Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil
mbfurlan@hotmail.com¹, apoletto@femanet.com.br²*

O objetivo do trabalho é fazer um estudo teórico sobre os conceitos de Big Data e Data Mining, bem como do termo NoSQL que descreve os bancos não-relacionais, com foco no sistema gerenciador de banco de dados MongoDB.

O Big Data é representado pelo volume enorme de dados que é gerado, pela velocidade em que é produzido, por sua variedade, pois existem dados estruturados e não estruturados, além da veracidade visto que é necessário saber se os dados são autênticos. Por fim o valor, pois é preciso que o investimento feito em um projeto Big Data obtenha retorno.

O conceito de Data Mining anda lado do Big Data, pois a gigantesca quantidade de dados produzidos pelo Big Data só passa a ter valor quando é possível extrair conhecimento a partir deles. Por este motivo, é que é realizado o processo de Descoberta de Conhecimento em Banco de Dados ou KDD (Knowledge Discovery in Databases), onde a mineração de dados é a principal fase que consiste na combinação de métodos tradicionais de análise de dados com algoritmos sofisticados para grande quantidade de dados.

Essa quantidade de dados gerados diariamente criou uma necessidade que os bancos de dados tradicionais não podiam suprir, por esse motivo, várias empresas aderiram aos bancos de dados NoSQL, que foram projetados para armazenar grandes quantidades de dados.

Bases de dados NoSQL possuem tamanhos, e formas diferentes e muitas soluções para eventuais problemas podem ser facilmente adequados a suas características. Portanto, NoSQL nos dias de hoje não passa de apenas uma nova adoção, que adequa-se ao fato de estarem ligados diretamente às aplicações que necessitam de alto desempenho na Web. [BARASUOL, 2012].

REFERÊNCIAS

BARASUOL, Érion Ricardo. **MongoDB uma base de dados orientada a documentos que utiliza orientação a objetos**. 2012. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2012.

Tan, P., Steinbach, M., and Kumar, V. (2006). **Introduction to Data Mining**. Pearson international Edition. Pearson Addison Wesley.

TAURION, Cezar. **Coletânea de posts publicados no Blog developerWorks em2012developerWorks Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibm.com/developerworks/blogs/page/ctaurion>>. Acesso em: 07 outubro. 2013.

USO DO SERVIÇO SAMBA 4 EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Amanda Nogueira MACIEL¹; Vinicius Nunes MACIEL²; Fábio Eder CARDOSO³

^(1,2,3)FATEC - Faculdade de Tecnologia de Assis
amanda.n.93@hotmail.com¹, vinicius_nmaciell@hotmail.com², fabio.eder@hotmail.com³

Atualmente as empresas necessitam mais que computadores e impressoras, elas necessitam de sistemas de informações que possam gerir toda a empresa e seus processos. O uso da tecnologia da informação deve garantir níveis de eficácia quando da utilização dos recursos computacionais, para que estes possam auxiliar todos os processos de alinhamento estratégico para que se alcance os objetivos determinados. No contexto de gestão de recursos computacionais, quanto mais centralizadas as informações e também as bases de usuários, mais será importante para uma boa administração destes recursos, uma vez que esta necessidade tornou-se uma constante dentro de qualquer empresa de porte pequeno, médio ou grande. [1]

Baseado nestas primícias, a Faculdade de Tecnologia de Assis, FATEC, adotou o uso de um recurso que, de forma gratuita, consegue administrar todos seus usuários em um sistema de diretórios, trata-se do Samba4 um sistema totalmente *opensource* que substitui os serviços de administração de diretórios da Microsoft conhecido com *Active Directory e Group Policy Object*. O seu uso tem-se tornado importante para a referida Instituição e está correspondendo às expectativas, possibilitando, assim, a implementação de uma ferramenta alternativa, unindo a flexibilidade, estabilidade e confiabilidade de um sistema gratuito com a redução de custos. [2]

Basicamente, o Samba é um servidor que possui um conjunto de informações e ferramentas que permite o compartilhamento de arquivos e impressoras entre os sistemas operacionais Windows e Linux. Outra característica importante sobre o Samba, é que ele pode ser configurado como controlador primário de domínio, armazenando perfis de usuários, controlando acesso de usuários ao domínio sendo suas configurações tão efetivas quanto um servidor Windows. [3]

REFERÊNCIAS

[1] STONER, James A. F; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. Edição. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

[2] VIEGAS, Alberto. **SAMBA 4 - o gigante chegou**. Disponível em: <<http://www.viegas.eti.br/?p=197>> Acesso em: 29.09.2016.

[3] BURGARDT, Flávio. **Infraestrutura com samba 4**. São Paulo: UNASP, 2010.

DESENVOLVIMENTO DE JOGOS USANDO CONCEITOS DE TECNOLOGIAS ADAPTATIVAS

Leonardo Khenaiques Zaccarelli JUBRAN¹; Almir Rogério CAMOLESI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA
leonardokzj@gmail.com¹, camolesi@femanet.com.br²

A adaptabilidade em jogos é utilizada há vários anos e vem sendo aprimorada com o tempo, tendo como objetivo uma melhor interação do jogador com o jogo o adaptando conforme a habilidade do jogador.

Assim foi estudado os tipos de adaptabilidade e desenvolvido um jogo chamado 21, também conhecido como *blackjack*, onde uma forma dessas técnicas foi aplicada através da alteração do valores de cartas, demonstrando o estudo da técnica.

Jogo

Cada jogador por sua vez pede uma carta e o objetivo é chegar mais próximo de 21 pontos sem estourar sua pontuação.

A pontuação são os mesmos do número das cartas, já a dama, valete e reis valem 10 pontos e o ÁS vale 1 ou 11 de acordo com as cartas da mão do jogador.

Desenvolvimento

O Jogo foi desenvolvido em C#, no programa *VisualStudio*.

Foi feito com o programa *Astah*, uma sequência do que o jogo irá fazer de acordo com a jogada e todo o trajeto de entrada de cartas, apostas, contagem de pontos, ganhador, entre outras.

Objetivo

Desenvolver uma modalidade de jogo que permita ao jogador, desde o mais inapto até o mais experiente, um maior entusiasmo ao brincarem com um jogo que possui um comportamento adaptativo.

REFERÊNCIAS

CAMOLESI, A.R.; NETO, J.J. **An adaptive model for specification of distributed systems**. IX Congreso Argentino de Ciencias de la Computación, La Plata, Argentina, 6-10 de Outubro, 2003.

CAMOLESI, A.R.; NETO, J.J. **Modelagem Adaptativa de Aplicações Com-plexas**. XXX Conferencia Latinoamericana de Informática - CLEI'04. Arequipa - Peru, Setiembre 27 - Octubre 1, 2004a.

GAMIFICAÇÃO NA ENGENHARIA DE SOFTWARE

Sabrina Aparecida Gonçalves BALDO¹; Luiz Ricardo BEGOSSO²

*(1,2)Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil
sabaldo@hotmail.com¹, begosso@femanet.com.br²*

Com o intuito de formar profissionais que atendam às necessidades requeridas pela indústria do software, o ensino de conceitos de Engenharia de Software é um aspecto primordial para focar na prevenção de defeitos bem como solução imediata dos problemas que possam ocorrer no processo de seu desenvolvimento. Uma nova metodologia de ensino-aprendizagem – a “gamificação” – vem sendo aplicada na área educacional e até mesmo em empresas, visando a motivação dos estudantes e funcionários no processo educacional e carreira profissional. É importante que os cursos de Engenharia de Software pensem em estratégias para formar seus alunos adequadamente para o mercado de trabalho; sendo assim, a utilização de gamificação neste contexto pode contar com o auxílio de uma ferramenta modelada para este fim, SimSE (Software Engineering Simulation Environment), que consiste em um ambiente de simulação para suporte ao ensino de conceitos de Gerenciamento de Projetos de Software, o qual visa auxiliar no suprimento da deficiência de aprendizado pelos alunos de Engenharia de Software, fazendo com que passem de sujeitos passivos a ativos no processo ensino-aprendizagem, atraindo seu interesse para estudar e aprender o grande volume de conceitos dessa área.

Este trabalho teve o objetivo de realizar um estudo sobre os conceitos de gamificação e, posteriormente, foi estudado o ambiente de simulação SimSE, para que pudesse ser aplicado aos alunos da disciplina de Engenharia de Software do curso de Bacharelado em Ciência da Computação.

REFERÊNCIAS

FADEL, L. M.; ULBRICHT, V. R.; BATISTA, C. R.; VANZIN, T. **Gamificação na Educação**. Ed. Pimenta Cultural, São Paulo, 2014.

GAVRIUSHENKO, M; KARILAINEN, L; KANKAANRANTA, M. **Adaptive systems as enablers of feedback in English language learning game-based environments**. Proceedings of the 2015 IEEE Frontiers in Education Conference. 535 - 542. EUA, 2015.

SANTOS, S. A. **Gamificação: Introdução e Conceitos Básicos**. Livro virtual disponível em <www.gamificando.com.br>. Acesso em 03/12/2015.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 9ª ed. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2011.

OBJETO DE APRENDIZAGEM: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES PARA AUXÍLIO NO ENSINO DE TECNOLOGIA ADAPTATIVA

Leandro César da CRUZ¹; Dr. Almir Rogério CAMOLESI²

*(1,2)Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil
leandrocesardacruz@yahoo.com¹, camolesi@femanet.com.br²*

O uso da tecnologia no meio acadêmico é um assunto relativamente novo, haja vista que só passou a ganhar notoriedade com o advento deste novo século, quando os recursos eletrônicos começaram a fazer parte de nossas vidas de forma mais relevante. Em tempos em que se torna impossível a separação entre aluno e tecnologia, cabe ao educador buscar uma harmonia entre as partes a fim de tornar o ambiente educacional mais coeso e menos exaustivo. Hoje muitas formas estão sendo estudadas com esta finalidade e o Objeto de Aprendizagem (OA) sem dúvida vem sendo uma das mais eficientes nesse processo. Com o Objeto de Aprendizagem, a partir de animações e simulações, podemos criar um auxílio nas salas de aula e tornar a tarefa de educar mais fácil e prazerosa.

Uma das características fundamentais do objeto de aprendizagem é sua versatilidade, que possibilita sua implementação sobre temas extremamente simples e/ou temas mais elaborados e complexos - conforme sua necessidade.

Neste projeto foi colocado em uso o Objeto de Aprendizagem para melhorar a metodologia de ensino da Tecnologia Adaptativa (TA) já que se trata de um tema muito teórico, e em muitos momentos, completamente abstrato para quem está iniciando neste novo campo do saber.

A Tecnologia Adaptativa é o campo de pesquisa que visa resolver problemas complexos buscando a simplicidade em problemas de estruturas bem elaboradas. Em sua essência está contido um sistema capaz de mudar seu próprio funcionamento (regras) dinamicamente de forma espontânea em tempo de execução ou funcionamento (sendo assim um sistema com regras fixas não é adaptativo).

A união destas duas áreas é o tema deste projeto e sua finalidade é desenvolver um sistema que por meio de animação e simulação demonstre resultados mais visível e práticos a ponto de tornar o aprendizado o mais lúdico possível.

REFERÊNCIAS

[1] LOPES, Carlos Roberto. **Aspectos conceituais, empíricos e metodológicos**. 1ª ed. Uberlândia: Editora EduFu, 2010.

[2] CAMOLESI, Almir Rogério. **Proposta de um Gerador de Ambientes para a Modelagem de Aplicações usando Tecnologia Adaptativa**. In: Tese USP, São Paulo, Brasil, 2007

QUÍMICA



DETERMINAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE GORDURAS TOTAIS EM AMOSTRAS DE BISCOITOS RECHEADOS

Anna Beatriz Sabino FERRARI¹; Rosângela Aguilard da SILVA²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
anna.ferrari2@hotmail.com¹, rosangelaaguilardasilva@yahoo.com.br²

Os alimentos industrializados vêm ocupando um espaço cada vez maior no mercado brasileiro, substituindo uma alimentação saudável por alimentos ricos em gorduras e açúcares, com destaque para os biscoitos recheados [1]. Essas alterações nutricionais influenciam negativamente na vida de crianças, uma vez que estas acabam desenvolvendo algum tipo de obesidade e adquirindo problemas de saúde gravíssimos como as doenças cardiovasculares, diabetes e colesterol [2].

O objetivo deste trabalho é determinar o teor de gordura presente em diversas amostras comercializadas em Assis\SP e verificar se estas quantidades estão de acordo com as informações nutricionais contidas nos rótulos.

As análises foram feitas em duplicatas e seguiram os métodos descritos nas Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz (IAL, 2008) [3]. Foram utilizadas 6 amostras diferentes, que sofreram uma extração pelo método de Soxhlet. As amostras foram inicialmente trituradas e pesadas com aproximadamente 5,0 gramas cada, onde foram envolvidas em papel filtro, e inseridas no aparelho extrator com solvente de éter etílico. A extração durou um período de 8 horas. Após o término foi evaporado o solvente restante nos balões previamente tarados em estufa de 105°C, e pesados novamente para posterior cálculo. Como resultado a amostra com maior teor de gordura apresentou 26%, seguida de 21%, 22% e 19%, e com o menor teor encontrou-se 16% de gordura, sendo que todas estavam dentro dos valores apresentados em seus rótulos nutricionais.

REFERÊNCIAS

[1] LOBANCO, Cássia Maria; VEDOVATO, Gabriela Milhassi; CANO, Cristiane Bonaldi; BASTOS, Débora Helena Markowicz. Fidelidade de rótulos de alimentos comercializados no município de São Paulo, SP. *Saúde Pública*, v. 43, n° 3, 2009, 499-505.

[2] PEREIRA, Paulo Jorge de Almeida. LOPES, Liliana as Silva. **Obesidade Infantil**: estudo em crianças num atil. Doente do departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais. Universidade Católica Portuguesa. Pólo de Viseu da Universidade católica Portuguesa, 2012.

[3] IAL, INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 4^o ed. São Paulo: IAL, 2008.

GOMA XANTANA COMO AGENTE COAGULANTE NO PROCESSO DE FLOCULAÇÃO EM TRATAMENTO DE ÁGUA

Fabiane FRANCO¹; Patrícia Cavani Martins de MELLO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
fabianefranco_bia@hotmail.com¹, patricia_cavani@hotmail.com²

Estudos verificaram desvantagens no uso contínuo de agentes coagulantes que contenham alumínio, pelo fato do mesmo ser um reagente químico não biodegradável [1]. Como alternativa, existem a goma xantana (GX) que é um polímero natural e biodegradável que pode ser utilizada no processo de tratamento de água, fornecendo água de qualidade e tratada de forma sustentável [2]. Este trabalho teve como objetivo avaliar o potencial de substituição do policloreto de alumínio (PAC) pela GX. Amostras de água bruta provenientes da estação de tratamento de água da cidade de Assis foram submetidas a 3 testes de jarros, onde variou-se as doses de coagulantes (T1 - GX como floculante e T2 - PAC e GX como floculantes) e pH de floculação (T3 - GX como floculante). Posteriormente foi realizada análise de pH, cor, turbidez, ferro e sulfato nas amostras provenientes de cada jarro. Os resultados foram submetidos a análise estatística (Teste F) onde se verificou diferença significativa ($P < 0,05$) entre os testes realizados, para os parâmetros pesquisados. O teste onde se verificou maior diminuição da turbidez e da cor, foi aquele onde a GX foi utilizada como auxiliar de floculação para o PAC, com um pH inicial de 8,2.

REFERÊNCIAS

[1] RITTER, Cintia Maria. **Estudo da utilização de polímeros naturais no tratamento de água de abastecimento**. 2013. 52p. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2013.

[2] SCARIOTTO, Mônica Carminate. **Estudo da goma xantana como auxiliar no processo de floculação em tratamento de água para abastecimento**. 2013. 60p. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2013.

ATIVIDADE ANTIMICROBIANA E CARACTERIZAÇÃO DE FILMES DE AMIDO DE MANDIOCA/QUITOSANA, REFORÇADOS COM FIBRAS DE CANA-DE-AÇÚCAR

Paula C. I. FRANCO¹; Mary L. de FARIA²; Ana P. BILCK³; Elaine A. Soares MENEGON⁴

^(1,2,4)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis-SP-Brasil

³Universidade Estadual de Londrina - Londrina - PR - Brasil

paulaconsolif@hotmail.com¹, ml.faria@uol.com.br², ap.bilck@gmail.com³

Filmes produzidos de amido de mandioca, plastificados com glicerol e com a adição de 15% fibras de cana de açúcar (F15) levaram à formação de compósitos poliméricos que, embora tenham perdido resistência à tração, apresentaram boas propriedades de barreira. Contudo, ensaios em massa de pastel indicaram que os filmes ainda se apresentavam bastante higroscópicos para serem empregados como embalagem ativa. Vásconez et al [1] observaram que a adição de quitosana reduziu a permeabilidade ao vapor de água e a solubilidade de filmes de amido. Assim, com a finalidade de se obter filmes com melhores propriedades físicas e funcionais, o objetivo deste trabalho é verificar a influência da quitosana nas propriedades mecânicas e de barreira da blenda polimérica amido/quitosana/fibra de cana-de-açúcar, bem como na atividade antimicrobiana destes filmes contra *E. coli*. Os filmes foram produzidos com amido de mandioca (3 g/100g solução filmogênica), glicerol (30g/100g de amido), fibra (15 g/100g de amido) e quitosana, completando-se com água para obter 100g de solução filmogênica. Foram realizadas três formulações para os filmes, variando a concentração de quitosana (0,25g, 0,5g e 1g/100g de solução filmogênica). Cada formulação foi submetida à gelatinização e posterior secagem em estufa de ar forçado a 40 °C. A quitosana foi adicionada após a gelatinização e ajuste do pH das soluções para 4,0 com ácido acético 50%. A atividade antibacteriana dos filmes foi realizada pelo método de difusão de disco. Todos os filmes foram produzidos pela técnica de *casting* e se mostraram contínuos, sem fraturas ou rupturas e sem ondulações. A adição de quitosana melhorou as propriedades mecânicas dos filmes, porém piorou as propriedades de barreira, aumentando a permeabilidade ao vapor de água quando comparado ao filme controle (F15). Através do teste do halo para atividade antimicrobiana constatou-se que todos os filmes apresentaram atividade contra a bactéria testada, sendo o filme com 1g de quitosana o que apresentou maior halo de inibição (14,5 mm). Os resultados obtidos indicam que interações do tipo ligações de hidrogênio entre quitosana e fibra devem prevalecer sobre as mesmas interações quitosana amido, deixando os filmes com mais grupos -OH livres no amido para interagir com a água, o que aumenta a permeabilidade ao vapor de água.

REFERÊNCIAS

[1] vasconez, m. b.; flores, s. k.; campos, c. a.; alvarado, j.; gerschenson, l. n., Antimicrobial activity and physical properties of chitosan-tapioca starch based edible films and coating, **Food Research International**, v. 42, 2009, p. 762-769

EXTRAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTOCIANINAS EM FRUTA, POLPA, RESÍDUO E EXTRATO GLICÓLICO DE AMORA-PRETA (*RUBUS SP*)

Mayara Thereza Félix SILVA¹; Alexandre Vinicius Guedes MAZALLI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA-IMESA) - Assis/SP - Brasil
mayaratfelix@hotmail.com¹, ale_mazalli@hotmail.com²

O produto do processamento industrial de frutas é destinado principalmente para bebidas prontas para o consumo, matéria-prima na composição de outros alimentos industrializados e também na indústria de cosméticos, porém esses processos geram grandes quantidades de resíduos, dos quais podem ser reutilizados pela própria indústria, obtendo-se outros produtos, gerando uma opção de renda e benefícios ao meio ambiente e ao homem [1]. A amora-preta pertence à família Rosáceas, do gênero *Rubus*, sendo rica em minerais e vitaminas A e B, apresentando também grande quantidade de antocianinas, que são pigmentos vegetais pertencentes ao grupo dos flavonoides [2]. Devido ao aumento do cultivo nacional, a quantidade de resíduos gerados pela industrialização e a grande variedade de biocompostos, principalmente antocianinas e aos benefícios que estes trazem à saúde, o presente trabalho teve por finalidade extrair e quantificar antocianinas presentes em fruta, polpa, resíduo e extrato glicólico de amora-preta, utilizando os métodos de pH Único e de pH Diferencial. Efetuou-se a análise de antocianina de acordo com o método de Teixeira; Stringheta & Oliveira (2008) [3], mediante extração com etanol acidificado com HCl e leitura em espectrofotômetro em 535 nm. Através dos resultados obtidos observou-se que a concentração de antocianina foi satisfatória em todas as extrações, com valores maiores nas amostras de resíduo úmido e desidratado do que na de polpa e fruta. O método de pH Único mostrou-se mais eficiente para extração de antocianina em amora-preta. Os resultados obtidos por esse método variaram de 71,81 a 12,78 mg/100g de amostra, sendo estes valores maiores do que os encontrados em extratos de outros frutos ou vegetais, como o morango e a berinjela.

REFERÊNCIAS

[1] LAURINO, Paulo Mendes e Marcelo **Polpa de fruta - legislação**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010, 13p.

[2] VIZZOTTO, Márcia; BIALVES, Tatiane Senna; ARAUJO, Vanessa Fernandes; KROLOW, Ana Cristina. **Compostos bioativos e atividade antioxidante em genótipos de amoreira-preta**. In: XXII Congresso Brasileiro de Fruticultura, 12, 2012. Bento Gonçalves, Brasil.

[3] TEIXEIRA, L. N.; STRINGHETA, P. C.; OLIVEIRA, F. A. Comparação de métodos para quantificação de antocianinas. **Revista Ceres**, v. 55, n.º. 4, jul/ago., 2008, p.297- 304.

CONTROLE DE ESPOROS BACTERIANOS NO PROCESSO DE CULTURA DE LEVEDURA INDUSTRIAL

Ismar Teodoro VAZ¹; Alexandre Vinicius Guedes MAZALLI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA-IMESA) – Assis/SP – Brasil
ismarvaz@live.com¹, ale_mazalli@hotmail.com²

Os processos industriais de alimentos, quando não controlados corretamente, podem conter diversos tipos de micro-organismos, inclusive na água, ocasionando algum tipo de doença ou adversidade nas pessoas que consomem esses produtos [1]. O processo de formação de esporos ou endósporos, conhecido como esporulação, ocorre quando as bactérias são expostas a condições desfavoráveis no meio em que elas estão, criando assim uma resistência/proteção em volta da bactéria [2]. São do gênero *Bacillus* e *Clostridium* os principais formadores de esporos. Na fase vegetativa são bactérias patógenas à saúde humana, mas na fase esporulada não são consideradas patógenas, porém a quantidade de bactérias esporuladas no meio aumenta o número de bactérias totais nas análises, fazendo com que o produto ultrapasse o limite de especificação técnica, trazendo prejuízos à indústria [3]. O presente trabalho teve por objetivo, identificar os fatores que propiciam a esporulação das bactérias e a quantificação de esporos bacterianos no processo industrial de reprodução de levedura, sendo realizada coleta com swab na superfície dos equipamentos antes e após a realização do processo de higienização CIP, constituindo-se de análises microbiológicas de *Bacillus Cereus*, *Clostridium*, Sulfito Redutor e Esporos, identificando a presença de microrganismos indesejados no procedimento. Através dos resultados obtidos observou-se que a presença de células vegetativas e células esporuladas após o processo CIP foram nulas, comprovando a eficiência do processo de higienização. Porém a contagem de células esporuladas no creme de levedura, no creme pré-fermentação e no creme após produção de biomassa se apresentaram presentes, podendo estar associados a contaminação de insumos adicionados no processo. No entanto, os valores encontrados não são significativos, sendo considerados conformes aos padrões industriais.

REFERÊNCIAS

[1] CREDÍDIO, E. Leitz: **O elixir da vida**. Itu: OTTONI, 2008, 27 p. Pública, v. 4, nº. 4, 1988.

[2] CARDOSO, T. et al. Botulismo alimentar: estudo retrospectivo de cinco casos. **ACTA Médica Portuguesa**, Lisboa, v. 17, 2004, p.54-58.

[3] GALLO, E., et al. **Reforma sanitária**: uma análise de viabilidade. Cadernos de Saúde.

COMPARAÇÃO DO PERFIL DE COMPOSTOS FENÓLICOS E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE CHÁS VERDE COMERCIAIS E *IN NATURA* COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE ASSIS-SP

Anna Beatriz Sabino FERRARI¹; Elaine Amorim Soares MENEGON²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
anna.ferrari2@hotmail.com¹, eamorim@femanet.com.br²

O chá, além de ser uma das bebidas mais antigas, também é uma das mais consumidas no mundo. Segundo a literatura sua composição é rica em compostos fenólicos, conhecidos por apresentarem atividade antioxidante [1]. Estes compostos enzimáticos são responsáveis por impedir o processo oxidativo das células causado pelos radicais livres produzidos pelo corpo humano, o que diminui a suscetibilidade de doenças degenerativas e cardiovasculares [2]. Desta forma o presente trabalho tem por objetivo comparar o perfil de compostos fenólicos e a atividade antioxidante presente em amostras de chás verdes comerciais e *in natura* comercializados na cidade de Assis-SP. O perfil de compostos fenólicos foi determinado pelo método espectrofotométrico de Folin Ciocalteu e a atividade antioxidante pelo DPPH descrito por Coutinho et al.(2008) [3]. Foram utilizadas 6 amostras distintas de chá verde, sendo elas, 2 tradicionais e 1 torrada, 1 com folhas inteiras desidratadas, 1 com folhas trituradas, e 1 solúvel. Para o perfil fenólico foram adicionados 500µl da amostra diluída (1:100), 2,5 mL de reagente de Folin Ciocalteu diluído (1:9) e 2 mL de CaCO₃ à 75%. Foi deixado em banho-maria à 50°C, por 15 minutos, e resfriado rapidamente em banho de gelo para posterior leitura à 765nm em espectrofotômetro UV/VIS. Como resultado as amostras tradicionais 1 e 2 apresentaram 14,27% e 20,75%, a torrada 15,39%, a solúvel 11,90%, as folhas trituradas 11,51%, e as folhas desidratadas 9,27%. Já para determinação da atividade antioxidante foram adicionadas 0,15mL da amostra diluída a 2,85mL da solução metanólica de DPPH. A solução foi deixada ao abrigo da luz por 4 horas. Foram realizadas leituras à 515nm em espectrofotômetro UV/VIS. Como resultados a amostra de folhas trituradas apresentaram 88,23%, a tradicional 1 87,07%, a amostra líquida 87%, a desidratada 86,48 %, a torrada 85,18%, e por ultimo a amostra tradicional 2 com 82,21%.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, Luciana. **Estudo do poder antioxidante em infusões de ervas utilizadas como chás**. 2013. 64p. Dissertação (pós-graduação) - Universidade Federal de Santa Maria- Programa de pós-graduação em Ciências e tecnologia dos alimentos. Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2013.
- [2] PERON, A. P.; MARCOS, M.C.; CARDOSO, S.C.; VICENTINI, V.E.P. Avaliação do potencial citotóxico dos chás de *Camellia sinensis* L. e *Cassia angustifolia* vahl em sistema teste vegetal. **Arquivos de Ciências e Saúde Unipar**, v. 12, n. 1, p. 51-54, 2008

[3] COUTINHO, I. D.; COELHO, R. G.; KATAOKA, V. M. F.; HONDA, N. K.; SILVA J. M. R.; VILEGAS, W. Determinação da concentração de compostos fenólicos e a evolução dos antioxidantes. **Eclet Química**. V. 33, p. 53-60, 2008.

DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA: METODOLOGIA E FORMAÇÃO DOCENTE

Israel Peres GOMES¹; Maria Beatriz Alonso do NASCIMENTO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
israelperes1@hotmail.com¹, bia@femanet.com.br²

A formação profissional de professores, especialmente neste contexto, os professores de Química, considerados agentes articuladores do processo ensino-aprendizagem, deve favorecer a criação de mecanismos apropriados para torná-lo livre de obstáculos, impedindo o fracasso do trabalho realizado e apresentado como resultado satisfatório o aumento do rendimento e do interesse dos alunos [1]. Nesta perspectiva pretendeu-se fazer uma breve caracterização da docência universitária em Química, explicitando aspectos relevantes da formação dos profissionais e suas consequências na prática docente no Ensino Médio, evidenciando também caminhos para a formação de professores que favoreçam sua atuação, o aproveitamento e o rendimento escolar de seus alunos [2]. A referida pesquisa, realizada através de questionário com perguntas objetivas, teve como sujeitos, professores que atuam nas instituições da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo e professores que atuam no curso de Licenciatura em Química do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA/Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA, analisando suas práticas no contexto da Educação. Após tabulação, análise e quantificação dos dados obtidos, foi possível observar que as metodologias utilizadas pelos professores participantes que atuam no Ensino Médio, atingem os objetivos previstos e considerados não só pelos docentes e escolas, mas também pelas referidas Secretarias Estaduais de Educação e o Ministério da Educação. Porém, alguns fatores presentes no contexto escolar devem ser considerados como comprometedores no que se refere ao rendimento dos alunos na disciplina de Química, entre eles deve-se elencar a indisciplina, considerada causa do fracasso do rendimento escolar e da aprendizagem; assim como dificuldades de relacionamento entre professores e alunos e das práticas, pouco estimuladoras, desenvolvidas em salas de aula.

REFERÊNCIAS

- [1] FREITAS, M. N. de C. **Organização Escolar E Socialização Profissional De Professores Iniciantes**, Cad. Pesqui. no.115 São Paulo, Mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100z15742002000100006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 23 abril-2015.
- [2] VASCONCELOS, C.S. **Formação Didática Do Educador Contemporâneo: Desafios E Perspectivas**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v.9, 2011, p.33-58.

DETERMINAÇÃO DO TEOR DE PROTEÍNA BRUTA DA *BRACHIARIA BRIZANTHA SATRF* E SUA VIABILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE RAÇÃO ANIMAL E SUPLEMENTO ALIMENTAR

Rafael Nardotto dos SANTOS¹; Flávia Augusta MARQUEZINI²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMAIMESA) - Assis - SP - Brasil
rafaelsantosquimica2012@gmail.com¹, flaviamarquezini@hotmail.com²

A *Brachiaria* é comumente classificada como “erva daninha” por várias atividades agrícolas [1], mas de importância indubitável ao criador de ruminantes de corte/leite. Na região geoeconômica do centro oeste paulista, essas plantas silvestres possuem ótimos potenciais proteicos. O objetivo deste trabalho foi determinar o teor de proteína da *Brachiaria brizantha satrf* encontrada em Ourinhos e Platina-SP e compará-las às analisadas de outras regiões do estado e do país, a fim de propor novas formas na produção de ração animal e suplementação sustentável. As amostras das parcelas foram coletadas, processadas e quantificadas pelo método de micro Kjeldahl. A identificação das espécies de *Brachiaria* foram efetuadas com base na morfologia, fisiologia e taxonomia do padrão da planta e da região de potencial hidrométrico sedimentar propício [2]. Os resultados mostraram que a *Brachiaria* encontrada foi de alto potencial proteico na matéria orgânica bruta seca. O estudo Bioquímico/Bromatológico das amostras revelou que as mesmas estão condizentes com valores propostos pela literatura de 9 a 10% [3], estatisticamente viável, para desenvolvimento de produto *blend* suplementar de proteína destinado a este nicho e quiçá investimento industrial nesse ramo. As amostras coletadas, em uma das fazendas envolvidas (Santa Terezinha-MS), atingiram em suas melhores condições 9,50% e 10,75% de proteína bruta, e na região de Platina-SP, 7,93% resultado expressivo de g por kg (%) de proteína bruta, levando-se em consideração os fatores inerentes e interferentes na determinada época do ano. Assim sendo, fora desenvolvido um produto *blend* na forma de suplemento mineral proteico e realizado teste bromatológico e quantificação das matérias minerais anexadas.

REFERÊNCIAS

[1] BRIGHENTI, Alexandre Magno; OLIVEIRA, Murilio Fernandes. **Biologia de Plantas Daninhas**. EMBRAPA-Juiz de Fora MG. 2011. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/45445/1/Biologia-plantas-daninhas.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2015.

[2] FERRI, Mário Guimarães. **Fisiologia vegetal** 1. 2^o ed. São Paulo: EPU, 1985

[3] BIN, Márcia. **Determinação de Proteína Bruta pelo Método de Micro-Kjeldahl**. 2011.p 6. UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados - MG. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeI_OAJ/determinacao-proteina-bruta-pelo-metodo-micro-kjeldahl> Acesso em: 04 abr. 2015.

ANÁLISE DA ÁGUA DO RIO DAS CINZAS EM BANDEIRANTES-PR

Ane Caroline FREIRE¹; Patrícia Cavani Martins de MELLO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
carol.bc.95@hotmail.com¹, patricia_cavani@hotmail.com²

A poluição dos rios provoca sérios problemas no abastecimento das cidades, trazendo riscos à saúde e ao bem estar da população [1]. Nesse aspecto o presente trabalho teve como objetivo avaliar a influência de despejos de uma indústria sucroalcooleira na qualidade da água do Rio das Cinzas por meio de medições de pH, amônia, nitrato, nitrito, fosfato total, DBO, coliformes fecais e totais e bactérias heterotróficas e comparou-se os resultados com os padrões estabelecidos para na Resolução CONAMA 357/2005 para águas doces de classe II [2]. As coletas foram realizadas em três pontos distintos, à montante (ponto 1) e à jusante (pontos 2 e 3) ao despejo de efluentes, em junho, julho e agosto de 2016 e levadas ao laboratório para análise de parâmetros microbiológicos e físico químicos, como recomendam os métodos oficiais [3,4]. Na primeira coleta, as concentrações DBO no ponto 1 e 2, fosfato nos pontos 2 e 3 e coliformes fecais nos pontos 1 e 2 excederam os limites estabelecidos pela legislação. Na segunda coleta observou-se que as concentrações dos coliformes fecais nos pontos 1, 2 e 3 apresentaram-se fora dos padrões exigidos pelo CONAMA. Na terceira coleta, as concentrações de DBO nos pontos 1 e 3, e coliformes fecais nos pontos 1, 2 e 3 excederam os limites estabelecidos pela legislação. Todos os outros parâmetros analisados na água, nas três coletas realizadas, estiveram dentro do que é estabelecido pela resolução.

REFERÊNCIAS

- [1] ARAÚJO, Ester Luiz de. **Poluição da água**. Disponível em: <http://www.hidro.ufcg.edu.br/twiki/pub/CADayse/MaterialDaDisciplina/PoluicaodaAgua_Ester.pdf>. Acesso em 09 mar. 2015.
- [2] **Resolução nº 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterado pela Resolução CONAMA 397/2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/conama>>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- [3] AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION. **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 20. ed. Washington: American Public Health Association; AWWA; WPCF, 2005. 1569 p.
- [4] SILVA, N; JUNQUEIRA, V.C.A.; SILVEIRA, N.D.A. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. 3.ed. São Paulo: Varela, 2007.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DOS BEBEDOUROS DE ALGUMAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR

Thais Idem MORETTI¹; Patrícia Cavani Martins de MELLO²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
thaisidem@hotmail.com¹, patricia_cavani@hotmail.com²

A água é essencial para a manutenção da vida, sendo ela um recurso de extrema importância para o ser humano [1]. O fornecimento de água de má qualidade e o mau saneamento constitui a maior causa mundial de morte infantil [2]. Este trabalho teve o objetivo verificar a qualidade da água ofertada nos bebedouros das escolas do município de Andirá-PR. As amostras foram coletadas a cada 60 dias, em quatro escolas municipais, levadas ao laboratório para análise de parâmetros microbiológicos Coliformes Totais e *Escherichia Coli*, e os parâmetros físico-químicos pH, cor, turbidez, dureza total, amônia, nitrato, nitrito, ferro, flúor e cloretos, como recomendam os métodos oficiais [3,4]. Após as análises, as amostras tiveram seus resultados comparados com a Portaria MS 1.469/2005 [5]. Nas duas coletas realizadas, verificou-se ausência de coliformes totais e *E. Coli*. Os padrões físico-químicos dureza total, cloreto, cor, turbidez, pH, amônia, nitrito, nitrato e ferro obtiveram valores abaixo do máximo permitido, pela Portaria. O parâmetro flúor esteve dentro do que é estabelecido em metade das amostras coletadas, o que pode se apresentar como um risco à preservação da saúde bucal dos consumidores.

REFERÊNCIAS

- [1] FARIA, Tatiane; PAULA, Ramom Alves de Oliveira; VEIGA, Sandra Maria Oliveira Moraes. **Qualidade microbiológica da água para consumo humano em unidades de alimentação escolar**. Três Corações, v. 11, n.º. 1, jan/jul, 2013, p. 135-144.
- [2] CASALI, Carlos Alberto. **Qualidade da água para consumo humano ofertadas em escolas e comunidades rurais da região central do Rio Grande do Sul**. 2008. 173 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Maria-Centro de Ciências Rurais, Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2008.
- [3] AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION. **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 20^o ed. Washington: American Public Health Association; AWWA; WPCF, 2005. 1569 p.
- [4] SILVA, N; JUNQUEIRA, V.C.A.; SILVEIRA, N.D.A. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. 3^o ed. São Paulo: Varela. 2007.
- [5] **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Portaria N^o 2.914, De 12 De Dezembro De 2011. Disponível em: <http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso em: 7, ago. 2016.

ANÁLISE DO TEOR DE PROTEÍNAS DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES

Lincoln Gozzi MORO¹; Elaine Amorin Soares MENEGON²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
lincolnmoro@yahoo.com.br¹, eamorin@femanet.com.br²

O setor de vendas de suplementos alimentares vem crescendo cada vez mais nos dias de hoje. As pessoas estão se interessando e buscando por dietas saudáveis seja para uma melhor qualidade de vida ou para estética corporal, e para suprir o déficit de determinados nutrientes, a busca por suplementos é cada vez maior. Dentre a grande variedade de suplementos alimentares que encontramos no mercado, os mais buscados são os à base de proteínas (Whey Protein) e aqueles que aceleram o metabolismo ajudando na redução de peso (termogênicos). O objetivo deste trabalho é analisar a quantidade de proteínas em whey proteins e hipercalóricos de marcas variadas (nacionais e internacionais) e verificar se o produto possui realmente a quantidade de proteínas informada em sua respectiva tabela nutricional.

Para as análises foram coletadas nove amostras sendo elas seis Whey Proteins e três hipercalóricos, todas de marcas diferentes. As análises foram feitas em triplicatas no laboratório utilizando o método convencional e mais preciso para quantificar proteínas chamado de "método de Kjeldahl", onde uma pequena quantidade de amostra passa por uma série de reações e no final através de um cálculo de conversão podemos chegar ao resultado final. De acordo com os resultados obtidos, cinco apresentaram resultados satisfatórios (de acordo com a tabela nutricional) e quatro insatisfatórios (diferente do apresentado na tabela nutricional).

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos**. Edição IV. Instituto Adolfo Lutz. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 32, de 13 de janeiro de 1998. **Regulamento Técnico para Suplementos Vitamínicos e ou de Minerais**. Brasília, DF, 15 jan. 1998.

[3] SANTOS; Miguel Angelo Alves. SANTOS; Rodrigo Pereira. Uso de Suplementos Alimentares como forma de melhorar a performance em programas de atividade física em academias de ginástica. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 2, nº.16, jul/dez, 2002, p.174-185.

AVALIAÇÃO DO PODER CALORÍFICO DO RESÍDUO SÓLIDO PROVENIENTE DA MANDIOCA

Sabrina Ingrid Gomes de OLIVEIRA¹; Gilcelene BRUZON²

^(1,2)Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA/IMESA) - Assis - SP - Brasil
sabrinaingrid2008@hotmail.com¹, gilcebruzon@femanet.com.br²

O uso de fontes de energia alternativa aos combustíveis fósseis vem recebendo destaque no Brasil e no mundo, principalmente após os grandes impactos no custo do petróleo na década de 1970. A biomassa vem ganhando destaque dentre estas energias, pois a sua decomposição libera CO₂ na atmosfera, que no decorrer no seu ciclo é transformado em hidratos de carbono, através da fotossíntese realizada pelas plantas, processo este que não agride o meio ambiente [1].

No Brasil existe a biomassa agrícola que é proveniente de variadas culturas, tais como: mandioca, algodão, milho, arroz, cana-de-açúcar, amendoim, etc. Estes resíduos tem um alto poder calorífico, sendo capazes de liberar energia na queima direta nas caldeiras, e também após compactação para formação de briquetes, substituto da lenha no Brasil. O briquete é um biocombustível sólido, originário de um processo de fabricação feito a partir da compactação de resíduos lignocelulósicos que são ótimos devido ao mínimo volume, e ideal para uso em caldeiras industriais, fornos de padarias, pizzarias, cerâmicas, lareiras e outros, facilitando o manuseio e limitando o custo com o transporte [2].

Primeiramente foram realizados o cálculo de geração de resíduo da casca de mandioca, na qual 10% é de resíduo gerado [1]. Os resíduos foram doados pela fábrica de amidos do interior de SP, onde as amostras foram secas ao sol, e após secagem foram trituradas para a realização das análises físico-químicas de densidade, umidade, teor de cinzas e poder calorífico. Obteve-se um valor de umidade de 12,37%, o qual está favorável para conservação deste resíduo, pois um alto teor de umidade faz com que o processo de combustão seja mais baixo.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, Darline Arbuquerque de Holanda. **Avaliação do potencial energético de resíduos de produção agrícola provenientes do beneficiamento da mandioca e do milho**, 2014. p. 80. Dissertação de (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Maceió, 2014.

[2] ASSIS, Cláudia Olímpia; BALIZA, Ana Elisa Rodarte; PAULA, Luana Elis de Ramos; TRUGILHO, Paulo Fernando; REZENDE Raphael Nogueira. Produção e avaliação de briquetes de resíduos lignocelulósicos. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Minas Gerais, Abr/Jun., v. 31. n.º. 66, 2011, p.103-112.

SAÚDE/ENFERMAGEM

GRADUANDOS DE ENFERMAGEM COM FUNÇÃO DE CUIDADOR: UMA CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SOBRECARGA FÍSICA, EMOCIONAL E SOCIAL

Sabrina Pereira Campos TOZO¹; Maria José Caetano F. DAMACENO²; Fernanda Cenci QUEIROZ³

¹ Discente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA.

^(2,3) Docentes do Curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA
sabrina_tozo@hotmail.com¹, marin.mjcf@hotmail.com², nandacq@hotmail.com³

O crescimento da população idosa é visualizado mundialmente e em nosso país, as modificações ocorrem de forma bastante acelerada. Diante da transição demográfica, caracterizada por um contingente maior de pessoas idosas com algum grau de dependência em suas atividades diárias, tem demandado cada vez mais cuidadores formais ou informais. Haja vista que o ato de cuidar é inerente ao ser humano, já que desde o nascimento necessita-se de cuidados e isso perdura por toda vida, mesmo que este se faça pouco notável em algumas fases, mas que não deixa de existir [1].

Em decorrência desse contexto, o qual nota-se o crescente número de cuidadores, sejam formais ou informais, bem como a importância de um olhar ampliado para a saúde destes, a presente pesquisa pretende identificar no curso de enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior do município de Assis-SP quantos graduandos atuam como cuidador de idosos, seja formal ou informal. Assim como caracterizar o nível sócio-demográfico destes, e posteriormente avaliar naqueles que atuam como cuidadores informais o nível de sobrecarga física, emocional e social, relacionando a sobrecarga identificada com algumas variáveis sócio-demográficas.

REFERÊNCIAS

[1] ABREU, Carolina Becker Bueno; PIRES, Nivia R; RIBEIRO, Miriam Ikeda. **Cuidando de quem já cuidou: o papel do cuidador.** São Paulo, 2009.

MUDANÇAS NO CALENDÁRIO VACINAL: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

Sabrina Pereira Campos TOZO¹; Eduardo Raone Evangelista NEGRÃO²; Priscila de Cássia Nunes FERREIRA³; Rosilene Nunes CARDOZO⁴; Sebastião Tavares de FREITAS⁵; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA⁶

(1,2,3,4,5) Discentes do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

⁶ Docente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

sabrina_tozo@hotmail.com¹, eduardofemaenfermagem@gmail.com², prii.scilinha@hotmail.com³, rosi-lene-cleide@hotmail.com⁴, marianacvastag@yahoo.com.br⁶

A Atenção Básica à Saúde caracteriza-se por promover ações de cunho coletivo ou mesmo individual que promovam a saúde, de modo a prevenir doenças ou agravos, proteger, diagnosticar, tratar e reabilitar [1]. Entre os instrumentos de política de saúde pública, tem-se a vacina como um método em destaque. É através da vacinação que muitas doenças se tornaram praticamente extintas em nosso território, uma vez que ao ser vacinado, o indivíduo torna-se imune e evita assim, o contágio pela doença [2]. O presente trabalho analisou, através de uma revisão bibliográfica, analisar as mudanças no calendário vacinal da criança de 0 a 5 anos, de acordo com a epidemiologia e identificou as causas que levaram às mudanças no calendário vacinal, e seus benefícios para as suas mudanças. Concluiu-se que a vacinação é realizada de acordo a proporcionar imunização do indivíduo contra doenças que se pode prevenir, assim as mudanças se fazem periódicas em função dos diferentes contextos, aonde sempre que houver alteração na situação epidemiológica as indicações de vacinação se modificam, isto faz-se necessário para então continuar a garantir os princípios do PNI.

REFERÊNCIAS

[1] SANTOS, Cintia da Conceição. **Imunização na atenção básica**: propostas de um plano de intervenção. Corinto-MG, 2013.

[2] PORTO, A. e PONTE, C. F. **Vacinas e campanhas**: imagens de uma história a ser contada. História, Ciências, saúde. Manguinhos, vol. 10. 2003.

CONHECIMENTO DO HOMOSSEXUALISMO NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Fernando Roger de SOUZA¹; Denise Pereira RODRIGUES²; Karin Rodrigues da Silva VELOSO³; Leslie Aparecida Bueno dos SANTOS⁴; Mayara Rodrigues de MEDEIRAS⁵; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA⁶

(1,2,3,4,5) Discentes do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

⁶ Docente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

fernando_roger@hotmail.com¹, denisinhagta@hotmail.com², karinpinkveloso@hotmail.com³, leis-hsm@hotmail.com⁴, mayara-medeiros@hotmail.com⁵, marianacvastag@yahoo.com.br⁶

Apresente pesquisa, tratou-se de uma revisão de literatura crítica-reflexiva visando sobre a importância de discutirmos acerca do entendimento da sexualidade. Desta forma, compreendeu-se que a sexualidade se trata de um conjunto de valores e práticas corporais culturalmente legitimadas na história da humanidade [1]. Mais do que pertinente a atividade sexual e sua dimensão biológica, ela diz respeito a uma dimensão íntima e relacional que compõe a subjetividade das pessoas e suas relações com seus pares e com o mundo. O homossexualismo foi considerado patologia e teve, no código internacional de doenças a classificação [2]. Nesse interim, os homossexuais foram vitimizados pela doença ignorância e preconceito que lhes causaram grandes sofrimentos físicos e morais. Acredita-se que a falta de informação referente ao homossexualismo é um dos fatores agravantes, sendo necessário que os futuros profissionais de saúde estejam preparados e capacitados para enfrentar os preconceitos, conscientizando a população frente a opção sexual, podendo assim mudar o conceito de homossexualismo para esses. Para obter o levantamento de dados referente ao homossexualismo na formação do profissional de enfermagem, nota-se a importância de se tratar o tema proposto, não somente pelo número de pessoas homossexuais ter crescido, mas também devido ao grande preconceito que ainda é um fato no mundo atual, bem como, o atendimento da diversidade sexual é uma realidade na contemporaneidade e devemos garantir os direitos da vida com dignidade humana.

REFERÊNCIAS

[1] ALBUQUERQUE, G. A.; GARCIA, C. L.; ALVES, M. J. H.; QUEIROZ, C. M. H. T.; ADAMI, F. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516- 524, jul/set 2013.

[2] Brasil MS. **Política Nacional de Saúde Integral LGBT**. Brasília, 2010.

NOVAS DIRETRIZES DO SUPORTE AVANÇADO DE VIDA DA AMERICAN HEART ASSOCIATION 2015

Izabela Aparecida Moro da SILVA¹; Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI²

¹Graduanda em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.

²Enfermeira. Mestre em Saúde Pública (USC). Docente no curso de Bacharelado em Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis.
izinhamoro@hotmail.com¹, caroline_lat@hotmail.com²

Segundo Oliveira (2011), a parada cardiorrespiratória (PCR) é a cessação violenta das funções cardíacas, respiratórias, neurológicas, definida pela inconsciência, ausência de pulso, respiração ausente ou anormal. Após uma PCR ser identificada é necessário aplicar Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP), com uma sequência de manobras que são atualizadas a cada cinco anos, por meio de vários estudos, pela American Heart Association (AHA) para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência.

O objetivo do presente estudo foi apresentar as novas diretrizes da AHA 2015, identificando as principais atualizações.

Tratou-se de um estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, nos quais foram acessados base de dados SciELO, BIREME, LILACS, BDNF. Foram utilizados 2 artigos, disponíveis online em texto completo. Os descritores usados foram: urgência e emergência, ressuscitação cardiopulmonar, leigos, ACLS, AHA.

O presente trabalho trouxe como resultado o uso de time de resposta rápida (TRR) intra-hospitalar, usado como sistemas de sinais de alerta iniciais. A AHA atualizou em 2015 programas comunitários de DEAs para socorristas leigos, diante dos estudos mostrou evidência de maior sobrevivência à PCR quando é utilizado precocemente o DEA. As compressões torácicas deverá ser aplicadas no mínimo 100 e no máximo 120 por minuto. O uso de naloxona foi aprovado para socorristas leigos treinados e profissionais de saúde.

Através do trabalho realizado podemos concluir a extrema importante de profissionais de saúde se manterem atualizados, e de leigos serem treinados e capacitados para realizar o suporte básico de vida. Nota-se que os protocolos eram atualizados a cada cinco anos, e agora serão atualizados periodicamente, trazendo dados importante e significativos para o atendimento a urgência e emergência.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Antônio Claudio. **Manual do socorrista**. 1^o ed. São Paulo: Editora Martinari, São Paulo, 2011.

INVESTIGAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DE MULHERES IMUNIZADAS NO PERÍODO FÉRTIL, PRÉ-NATAL E PUERPERAL

Francielle Thays dos SANTOS¹; Luciana Pereira SILVA²

¹Bolsista PIC; Graduanda do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

²Bióloga, Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de Enfermagem da FEMA, Assis, SP.

francydmn@gmail.com¹, sraregildo@yahoo.com.br²

O estudo das coberturas vacinais segundo condições de vida fornece uma oportunidade para a investigação acerca da concretização de políticas públicas compensatórias, isto é, intervenções programadas e executadas, preferencialmente pelo Estado, buscando diminuir as diferenças entre os grupos sociais produzidas por diferentes inserções na organização social. O presente estudo teve como objetivo investigar a cobertura vacinal de mulheres em idade fértil, pré-natal e puérperas como importante instrumento de políticas públicas para prevenção de doenças pela imunização e Avaliar os fatores de risco que propiciaram a vacinação inadequada sem cumprimento do calendário nacional de vacinação. Foi realizado um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa da cobertura vacinal de 75 mulheres imunizadas no período fértil, pré-natal e puerperal com idade variando entre 19 e 42 anos. A vacina em mulheres na idade reprodutiva, antes ou durante a gestação, confere a elas resistência a doenças e, ao recém-nascido, uma imunidade passiva. Todas as mulheres (100%) entrevistadas possuíam carteira de vacinação e todas as puérperas (100%) receberam orientações médica e da equipes multiprofissional enfermagem. A vacinação na idade fértil, pré-natal, puérperas é fundamental para a prevenção de várias doenças transmissíveis. No grupo de mulheres em idade fértil 10 (13%) não consideraram importante a vacinação com Hepatite B. A identificação da cobertura vacinal e dos fatores responsáveis pelo retardo ou pela falta de imunizações é ação fundamental para a adequada monitorização dos programas de vacinação principalmente em adultos [1]. A imunização deve ser realizada preferencialmente antes dos tratamentos de infertilidade, pois algumas delas não podem ser administradas no período da gestação.

REFERÊNCIAS

[1] RIBEIRO, M.C.S. Programa Nacional de Imunização - PNI. In: DAVID, R.; ALEXANDRE, L.B.S.P. **Vacinas: Orientações Práticas**. São Paulo: Martinari, 2008.

A VISÃO DOS ENFERMEIROS DOCENTES DIANTE DA EDUCAÇÃO CONTINUADA

Cinara B. VIEIRA¹; Kethilin T. P. ARAGÃO²; Leonardo M. PLANTIER³; Narayane A. dos SANTOS⁴; Elizete Mello da SILVA⁵

^(1,2,3,4)Discente do curso de Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

⁵Professora da FEMA e Doutora em história e sociedade pela Universidade Estadual Paulista
vieira_pallazyn@hotmail.com¹, kethelin_talita@hotmail.com², leomonteiro17@hotmail.com³,
narayane.s2@hotmail.com⁴, dedemelo@femanet.com.br⁵

A OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde de 1978, define educação continuada como sendo um processo permanente e constante de educação, que vem acompanhado de uma formação básica em atualizar e melhorar as capacidades das pessoas ou dos grupos, frente às mudanças técnicas e científicas perante as necessidades sociais propostas. O objetivo desse estudo é observar a atitude dos mesmos diante a educação continuada e verificar se é aplicada como busca de atualização de conhecimento. Este projeto foi desenvolvido com intuito de aprender sobre o processo de ensino e aprendizagem na didática aplicada a profissão enfermagem como requisito na disciplina de didática aplicada à enfermagem e Educação em Saúde. Através de uma pesquisa exploratória que será realizada com os docentes do curso de graduação de Enfermagem na Fundação Educacional do município de Assis. Acredita-se que com a pesquisa esses profissionais que ainda não aplicam ou não participam de educações continuadas, comecem a dar maior importância, usando-a como recurso para obter conhecimento tanto na assistência quanto na docência, melhorando assim a qualidade dos seus atendimentos e de suas aulas.

REFERÊNCIAS

[1]OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Declaração de Alma-Ata**. Alma-Ata: OMS, 1978. 3 p. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 17/08/2016

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA CRIANÇA NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PERÍODO INTEGRAL

Narayane Alves dos SANTOS¹; Luciana Pereira SILVA²

¹Bolsista PIC/CNPq; Graduanda do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

²Bióloga, Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de Enfermagem da FEMA, Assis, SP.

*narayane.s2@hotmail.com*¹, *sraregildo@yahoo.com.br*²

A possibilidade de abordar a criança nos espaços de sua vida cotidiana (domicílio e instituições de educação infantil) amplia a capacidade de atuação na prevenção de doenças, na promoção da saúde e identificação de necessidades especiais em tempo oportuno [1]. Este estudo objetivou descrever a assistência de enfermagem realizada em instituição de educação infantil particular do município de Assis (SP). Trata-se de um estudo exploratório-descritivo e transversal, de abordagem qualitativa. A clientela atendida foram crianças entre 0 a 6 anos institucionalizadas, os responsáveis e funcionários. A ficha de inscrição das crianças foram utilizadas para apurar a realidade sócio-econômico-cultural em que estão inseridas. Posteriormente foram elaboradas práticas educativas, para a saúde como: capacitação das educadoras e estagiárias; grupos de discussão com as mães, pais ou responsáveis, enfocando temas da saúde infantil com a utilização de cartões ilustrativos e descritivos; pesagem periódica das crianças com análise e planejamento de intervenções; acompanhamento do cartão de vacina; higiene corporal para as crianças utilizando teatro com fantoches, cartazes e desenhos. Através de encontros com os profissionais da instituição foram levantados junto aos mesmos os temas de saúde prioritários, bem como os pontos de preocupação em relação à saúde das crianças, que as educadoras gostariam de ser ajudadas a enfrentar. Neste sentido, os temas escolhidos foram: vacinação, diarreia, desidratação, desnutrição, febre, exame físico e higiene. Após comunicação sobre o estudo e autorização das chefias mediatas e imediatas, foram realizadas as atividades programadas. Através dos temas levantados foi possível capacitar as educadoras, analisar o estado nutricional das crianças realizando as intervenções juntamente com a nutricionista responsável pelo cardápio da escola, monitoramento do cartão de vacina bloqueando um surto de catapora e conjuntivite, melhoria da higiene corporal das crianças.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Agenda de compromissos para a saúde da criança e redução da mortalidade infantil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 80 p.

CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM QUANTO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Izabela Aparecida Moro da SILVA¹; Caroline Lourenço de Almeida PINCERATI²

¹Graduanda em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.

²Enfermeira. Mestre em Saúde Pública (USC). Docente do curso Bacharelado em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.
izinhamoro@hotmail.com¹, caroline_lat@hotmail.com²

A Parada Cardiorrespiratória (PCR), segundo Oliveira (2011) é definida como cessação violenta das funções cardíacas, respiratórias e neurológicas. A realização da Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) é de extrema importância para a sobrevivência do paciente, a assistência vai depender do conhecimento dos profissionais para identificar a PCR, realizar manobras adequadas e agilidade. E geralmente os profissionais de enfermagem são os primeiros que presenciam uma PCR.

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar a percepção dos alunos graduandos de enfermagem sobre o autoconhecimento a respeito do atendimento em urgência e emergência, identificar as deficiências e fortalezas no conhecimento dos alunos sobre protocolo RCP, apresentar o novo protocolo de RCP conforme AHA e avaliar o conhecimento dos discentes quanto à identificação e o protocolo de PCR.

O trabalho foi realizado através de uma pesquisa com abordagem quantitativa, através de um questionário estruturado pela autora, com questões aplicadas aos discentes do curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), nos dois últimos anos do curso, ao total foram 41 participantes, regularmente matriculados.

Na análise das amostras, foram observados que os discentes têm um déficit no conhecimento básico para realizar um atendimento de qualidade a uma vítima em PCR, pois não sabem qual a abordagem inicial para identificar uma PCR, não sabem quais os passos a serem seguidos quando a PCR é identificada, e também mostraram não saber qual carga de choque inicial deve ser aplicado com um desfibrilador monofásico. Diante dos dados da pesquisa, os discentes não se encontram preparados teoricamente para atender com eficácia e qualidade uma vítima em PCR, quanto às últimas atualizações do protocolo de RCP segundo a AHA 2015.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Antonio Claudio. **Manual do socorrista**. 1ªed. São Paulo: Editora Martinari, São Paulo, 2011.

OBESIDADE INFANTIL

Amanda Lemes de ABREU¹; Alessandra Aparecida de Oliveira dos SANTOS²; Ariane Greice SILVEIRA³; Caroline Leite e SILVA⁴; Flavia Barreiros Amorim SILVA⁵; Nayara de Souza Santos de LIMA⁶; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA⁷

(1,2,3,4,5,6)Discentes do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA

⁷Docente do curso de Enfermagem do Instituto Município de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA

amanda_laof@outlook.com¹, marianacvastag@yahoo.com.br⁷

Introdução: Obesidade infantil tem algumas relações sobre à ingestão de alimentos inadequados muito cedo, distúrbios na alimentação, relação familiar instável e problemas genéticos. A criança está mais vulnerável para o surgimento da obesidade entre o primeiro ano de vida até a fase pré-escolar. **Objetivos:** Identificar segundo os autores o conhecimento das mães sobre o risco de uma má alimentação. **Justificativa:** A busca por conhecimento e pesquisas cada vez mais frequentes são essenciais no processo de prevenção da obesidade infantil, nota-se o crescente interesse de profissionais de saúde e sociedade em geral em buscar métodos que incentive e visem a qualidade de vida de crianças com a patologia. Torna-se de grande valia os estudos relacionados a essa temática, pois quanto maior o conhecimento sobre determinado assunto, maior a eficácia das técnicas exercidas para combater. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo qualitativo, exploratório bibliográfico, que irá conter análise de dados. Foi realizada a busca de trabalhos científicos confiáveis, através da base de dados LILACS. **Resultados finais:** Evidencia-se a dificuldade que a criança vítima de obesidade possui acerca de muitos aspectos, não somente físicos, e sim relacionados ao convívio social-afetivo e maior ainda aspectos psicológicos. O prejuízo no modo em que a criança obesa é criada, torna-se evidência de uma estrutura familiar mal desenvolvida, em que os pais utilizam da autoridade e o julgamento para dominar os filhos na tentativa de suprir as carências concretas (alimento) em detrimento das afetivas.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Ana Mayra A. et al. Sobrepeso e Obesidade Infantil: Influência de Fatores Biológicos e Ambientais em Feira de Santana, BA. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 47, n. 2, abril 2003.

ÚLCERA DE MEMBROS INFERIORES: LEVANTAMENTO DE CASOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP

Juliana Cristiane Bomfim HATOS¹; Rosângela Gonçalves da SILVA²

¹Discente Curso de enfermagem da FEMA - Assis - SP - Brasil

*²Mestre Universidade Estadual Paulista (UNESP), Professora e Coordenadora do Curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP - Brasil
jubomfimh@gmail.com¹, rosezequinelli@hotmail.com²*

Introdução A úlcera de perna é considerada uma síndrome que se caracteriza pela perda irregular ou circunscrita do tegumento, que pode atingir o tecido subcutâneo e outros tecidos subjacentes, acomete as extremidades dos membros inferiores e pode ser desencadeada por diversos fatores. [1]

As úlceras venosas são consideradas um problema de saúde pública mundial, pois possui incidência elevada, apresentando um alto custo no tratamento e interferindo na qualidade de vida dos pacientes tanto nos aspectos físicos, emocionais e sociais, podendo até levar a perda da capacidade laboral e ao aumento das aposentadorias precoces. [2]

Hipótese A partir dessa pesquisa será possível disponibilizar uma informação recente e atualizada acerca do número de pessoas com úlcera de membros inferiores no município de Assis-SP.

Objetivos Identificar as principais dificuldades de levantamento do número de pessoas com úlcera de membros inferiores pela rede de atenção básica.

Metodologia Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter quanti-qualitativo. O cenário da pesquisa abará todas as Estratégias de Saúde da Família (E.S.F), e todas as Unidades Básicas de Saúde (U.B.S) do município de Assis-SP. Os dados serão coletados por meio de aplicação de formulário elaborado para atingir os objetivos do trabalho, após aprovação do CEP indicado pela Plataforma Brasil, em consonância com a Resolução 466/2012.

Descritores: úlcera de membros inferiores, úlcera de perna.

REFERÊNCIAS

[1]. SILVA, F.A.A et al. **Enfermagem em estomaterapia: cuidados clínicos ao portador de úlceras venosas**. 2009; nov-dez;62(6):889-93. Revista Brasileira Enfermagem, São Paulo, v.62, p.889-893, Nov-Dez. 2009.

[2]. RIBEIRO, A.P et al. **Efetividade dos géis de papaína a 2% e 4% na cicatrização de úlceras venosas**. 2015;49(3):395-402.Artigo Revista Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PROMOÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS

Amanda Lemes de ABREU¹; Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduanda em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.

²Enfermeiro. Mestre em Ciências (UNIFESP). Docente no curso de Bacharelado em Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis.
amanda_laof@outlook.com¹, daniel.augustoo@live.com²

O envelhecer é uma etapa da vida do homem natural onde ocorrem processos naturais e mudanças como, físicas, sociais e psicológicas e modificações como tecnologia de uma vida agitada.

Temos uma Sociedade despreparada para a mudança do perfil populacional, a qualidade de vida não acompanha a evolução mesmo que elas estejam vivendo mais. Fato preocupante para a população idosa é o envelhecimento sem qualidade e carência e falta de suporte para um envelhecer com saúde. Partimos da hipótese que idoso que pratica atividade física e participa de grupo de interação social, apresenta maior índice de qualidade de vida.

Os objetivos são caracterizar a qualidade de vida na população idosa; avaliar a qualidade de vida do idoso; identificar os fatores de proteção e promoção a qualidade de vida de idosos; identificar os riscos a qualidade de vida de idosos; apontar ações de promoção a qualidade de vida de idosos.

Trata-se de pesquisa, seguindo metodologia qualitativa, exploratória bibliográfica, que combina as características básicas dos estudos, ou seja, a busca de trabalhos científicos confiáveis, e de revistas respeitadas e indexadas. A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados.

REFERÊNCIAS

BUENO, Ermelinda Maria; GOMES, Sandra Maura; LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. A percepção dos idosos sobre a qualidade de vida no ambiente institucional. **Revista Portal de Divulgação**, n. 22, p. 39-49, junho, 2012.

SOUSA, Gisele Maria. Consequências causadas pelas quedas à qualidade de vida do idoso. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. **Universidade Federal de Minas Gerais**. Dom Cavati, Minas Gerais, 2011.

A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO NO AMBIENTE FAMILIAR

Amanda Lemes de ABREU¹; Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduanda em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.

²Enfermeiro. Mestre em Ciências (UNIFESP). Docente no curso de Bacharelado em Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis.
amanda_laof@outlook.com¹, daniel.augustoo@live.com²

A violência contra a pessoa idosa, é aquilo que se faz em omissão e ações realizadas uma vez ou muitas vezes, que prejudicará o idoso de alguma forma.

Temos como objetivo geral, caracterizar a violência, no ambiente familiar, a qual os idosos estão expostos.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória bibliográfica, com síntese de produções científicas através de revisão integrativa, realizada nos meses de abril e maio de 2016, através da base de dados LILACS, chegou-se a amostra final de 10 artigos.

Temos como resultado o perfil da vítima em que a maioria foi mulheres com 66,7%, ao estado civil a maioria eram casados 50%, debilitados fisicamente 25%, os agressores eram em maior quantidade os filhos 36%. O fator causador da violência foi à dependência financeira 26,3% e o principal tipo de violência foi à psicológica, as consequências e suporte ao idoso não foram abordados nos artigos.

Pode-se observar que existe violência contra o idoso no ambiente doméstico a violência e que ela está crescendo. É de suma importância que o idoso receba um suporte adequado, para superar a triste realidade de estar sendo violentado nessa fase da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**; Brasília, 2014.

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SOCORRISTAS DE UM SERVIÇO MÓVEL DE EMERGÊNCIA SOBRE A RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR

Priscila de Cassia Nunes FERREIRA¹; Caroline Lourenço Almeida PINCERATI²

¹Discente do curso de Enfermagem na FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis¹

²Docente do curso de Enfermagem na FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis²
prie.scilinhaa@hotmail.com¹, caroline_lat@hotmail.com²

Há uma emergente necessidade dos profissionais se manterem atualizados e realizarem capacitações a respeito da técnica Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP). Aonde tais aspectos configuram-se como elementos essenciais para uma melhor qualidade na prestação de atendimento extra-hospitalar com a diminuição de sequelas e por proporcionarem a sobrevida dos pacientes caracterizados como vítimas de uma parada cardiopulmonar, os quais necessitam de atendimento imediato para não evoluir ao óbito.

Assim, o presente estudo teve como intuito avaliar o conhecimento dos profissionais de saúde quanto à última atualização do protocolo de RCP 2015 publicado pela organização American Heart Association (AHA), através de um estudo de campo com abordagem quantitativa que utilizou como instrumento de pesquisa um questionário estruturado e elaborado pela autora e aplicado nos profissionais de saúde que atuam na intervenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Apesar da avaliação aos profissionais serem limitadas por serem perguntas fechadas, observou-se após a correção que a uma deficiência dos colaboradores de conhecimento teórico. A situação pode refletir na qualidade do cuidado prestado, deixando de atingir os objetivos que deveriam ser garantidos pelo serviço de atendimento conforme estabelece a organização regulamentadora.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques da American Heart Association 2015 Atualização das Diretrizes de RCP e ACE: Guidelines CPR & ECC 2015.** 36 p. Disponível em: <<https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 18 Fevereiro 2016.

HABILIDADE DE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL TERAPÊUTICA NA VISÃO DOS DOCENTES DE ESTÁGIO EM ENFERMAGEM DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP

Ana Paula Barbosa DAGUANO¹; Anne Caroline GUEDES²; Ariele Cristina de SOUZA³; Débora de Oliveira GASPARINO⁴; Juliana Cristiane Bomfim HATOS⁵; Rodrigo Aparecido da COSTA⁶; Elizete Mello da SILVA⁷

(1,2,3,4,5,6)Discente do curso de Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

⁷Professora da FEMA e Doutora em história e sociedade pela Universidade Estadual Paulista anapauladaguanoo@gmail.com¹, akgc13@hotmail.com², arielevieira14@hotmail.com³, gasparino_debora@yahoo.com⁴, jubomfimh@gmail.com⁵, rodrigocosta.palmital2012@hotmail.com⁶, dedemelo@femanet.com.br⁷

A habilidade de comunicação interpessoal terapêutica deve ser um dos requisitos desenvolvidos pelos enfermeiros para lidar com suas emoções e os sentimentos dos pacientes. O presente trabalho trata-se de uma revisão literária, de caráter qualitativo, com o objetivo de observar as dificuldades e as habilidades de comunicação interpessoal e terapêutica. Este projeto foi desenvolvido com intuito de aprender sobre o processo de ensino e aprendizagem na didática aplicada a profissão enfermagem como requisito na disciplina de didática aplicada à enfermagem e Educação em Saúde. A pesquisa será realizada na base de Lilacs, Scielo e Bireme. A necessidade da criação do vínculo terapêutico no campo de estágio da turma do 4º ano de enfermagem FEMA fez com que houvesse o interesse em pesquisar sobre esse assunto, onde nos deparamos com a difícil tarefa de se prestar um atendimento terapêutico sem expor opiniões pré formadas sobre os casos clínicos dos pacientes e seus familiares. Comunicar com qualidade passa pela compreensão do que queremos trocar com as pessoas, o que queremos colocar em comum, qual a nossa capacidade de estar trocando com o outro, qual o nível de troca que somos capazes de fazer com alguém que está precisando de ajuda, da disponibilidade e do conhecimento de alguém que se dispõe a ser um profissional de saúde [1].

Palavras chave: Habilidade, comunicação, interpessoal.

REFERÊNCIAS

[1] Silva MJP. Qual a mensagem que quero transmitir quando cuido? Rev Soc Bras Cancerologia 1999;2(8):3-8.

UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A TERORIA DO DÉFICIT DO AUTOCUIDADO (DOROTHEA OREM)

Marcia Maria Santos Nunes de MELLO¹; Ronaldo José PEREIRA JUNIOR²; Carla Verônica de Almeida BARBOSA³; Fernando Ribeiro da SILVA⁴; Selma de Lourdes FRANCELINO⁵; Elizete Mello da SILVA⁶

(1,2,3,4,5)Discente do curso de Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

⁶Professora da FEMA e Doutora em história e sociedade pela Universidade Estadual Paulista mellganisha8@hotmail.com¹, ronaldopereirajunior@hotmail.com², selma.francelino@hotmail.com⁵, dedemelo@femanet.com.br⁶

Nos anos de 1950 Dorothea Elizabeth Orem já enfocava o papel dos enfermeiros quanto às necessidades humanas básicas dos doentes propondo que os diagnósticos de enfermagem deveriam ser diferentes dos diagnósticos médicos. A pesquisa teve como objetivo expor de forma clara uma das teorias dentro da enfermagem denominada: Teoria do Déficit do Autocuidado (Dorothea Orem) e propor uma reflexão acerca da importância da sua utilização na prática diária da enfermagem. Este projeto foi desenvolvido com intuito de aprender sobre o processo de ensino e aprendizagem na didática aplicada a profissão enfermagem como requisito na disciplina de didática aplicada à enfermagem e Educação em Saúde. Em uma revisão bibliográfica dos últimos cinco anos foram analisados reflexivamente a Teoria do Déficit do Autocuidado segundo Dorothea Orem [1]. Dentro da teoria proposta pelo trabalho sua composição se dá a partir dos seguintes conceitos centrais e inter-relacionados: capacidade de autocuidado, ações de autocuidado, demandas de autocuidado terapêutico, déficit de autocuidado e capacitação em enfermagem [2]. Acredita-se que com a pesquisa, podemos proporcionar e compreender de forma objetiva a implementação da teoria no que diz respeito à manutenção da vida diária, saúde e de bem estar psicossocial.

REFERÊNCIAS

[1] SILVA, José Vitor da; SILVA, Cristiane Giffoni Braga (org). **Teorias de Enfermagem**. 1 ed. São Paulo, SP, 2011.

[2] PIRES, Alessandra Fontanelli; Santos, Bruna Novais dos; Santos, Patricia Novais dos; Brasil, Vanessa Rocha; Luna, Alize Affonso. A Importância da Teoria do Autocuidado de Dorothea E. Orem no Cuidado de Enfermagem. **Rev. Rede de Cuidados em Saúde**, Rio de Janeiro, RJ, 2015, p. 1-4. Disponível em: publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rccs/article/viewFile/2533/1292. Acesso: 19/09/2016.

DIFERENÇA ENTRE GRUPO E COMPORTAMENTO DE RISCO NA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Andrea FORCATO¹; Englismeire Carlos RODRIGUES²; Gabriela Pretel da SILVA³; Gisele Porto de SOUZA⁴; Regina Lucia da SILVA⁵; Suelen Almeida de SOUZA⁶; Thaysa Rafaela Squarso CRISTOVÃO⁷; Elizete Mello da SILVA⁸

(1,2,3,4,5,6,7)Discente do curso de Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

*⁸Professora da FEMA e Doutora em história e sociedade pela Universidade Estadual Paulista
bia_forcato@hotmail.com¹, meire.rodrigues.14@gmail.com², gabi.pretel@hotmail.com³,
gijulia1@hotmail.com⁴, reginalucia.rls@hotmail.com⁵, suelen-souza98@hotmail.com⁶, rafaela-
squarso@bol.com.br⁷, dedemelo@femanet.com.br⁸*

Nos dias atuais não há especificamente grupo de risco pra o vírus HIV e sim comportamento de risco. Este projeto foi desenvolvido com intuito de aprender sobre o processo de ensino e aprendizagem na didática aplicada a profissão enfermagem como requisito na disciplina de didática aplicada à enfermagem e Educação em Saúde no tema prevenção de doença, mecanismo de transmissão de DST e doenças infectocontagiosas. Portanto, o objetivo deste estudo foi observar a diferença entre grupo e comportamento de risco para infecção pelo vírus HIV. Foi realizado um levantamento bibliográfico com base nos dados de artigos retirados do Google e Scielo, analisando também a dificuldade dos profissionais de enfermagem em trabalhar a prevenção nesta questão. Constatou-se que houve um grande aumento de infectados pelo HIV entre idosos, heteros e adolescentes comparados com os anos de 1980 quando havia um grupo característico homossexual e usuários de drogas. Conclui-se que há uma diferença entre grupo e comportamento de risco nas diferentes faixas etárias e também a forma de trabalhar a prevenção.

REFERÊNCIAS

<<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/casos-de-hiv-entre-jovens-aumentam-mais-de-50-em-6-anos-no-brasil.html>>.

CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA ACOMPANHANTES HOSPITALARES

Amanda Carolina PAES¹; Ana Carolini Bernardo de OLIVEIRA²; Carlos Fabiano Munir GOMES³; Cintia Gasparino de CAMARGO⁴; Josiane Viana da SILVA⁵; Kiara Marceline de Assis FRANCO⁶; Thatyane Natália Cruz MARQUÊS⁷; Elizete Mello da SILVA⁸

(1,2,3,4,5,6,7)Discente do curso de Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

⁸Professora da FEMA e Doutora em história e sociedade pela Universidade Estadual Paulista amanda-paes12@live.com¹, offalim.offalim@hotmail.com², carlos.fabiano93@gmail.com³, cintiiacamargo@hotmail.com⁴, Josiane.jv11@gmail.com⁵, bellinhafranco@hotmail.com⁶, thatyanacruz@gmail.com⁷, dedemelo@femanet.com.br⁸

Este trabalho tem como objetivo conscientizar e educar aconselhando os possíveis problemas que os acompanhantes hospitalares ocasionam por falta de informação dentro do âmbito hospitalar, a partir de uma cartilha explicativa sobre a "Conscientização e educação para acompanhantes hospitalares". Este projeto foi desenvolvido com intuito de aprender sobre o processo de ensino e aprendizagem na didática aplicada a profissão enfermagem como requisito na disciplina de didática aplicada à enfermagem e Educação em Saúde. Será entregue uma cartilha autoexplicativa de conscientização para mudanças comportamentais a fim de estimular funcionários e pacientes a manter o bom andamento da rotina hospitalar. Espera-se que a partir da educação continuada possamos alcançar os acompanhantes pois enfermeiros serão os disseminadores desta conscientização e regras aplicada à melhoria do cuidado.

REFERÊNCIAS

[1]

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM E SUAS PECULIARIDADES ENTRE O AMBIENTE HOSPITALAR E EM ESF

Mariana Cordeiro DIAS¹; Cintia Domingues Neves TINEU²; Debora Maiara de Azevedo CHAVES³; Fernanda Leite TRINDADE⁴; Terezinha Soares de Melo BARROS⁵; Mariana Carolina Vastag Ribeiro de OLIVEIRA⁶

(1,2,3,4,5) Discentes do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA

*⁶ Docente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA
goat_mcd@hotmail.com¹, marianacvastag@yahoo.com.br⁷*

O estudo objetivou identificar o conceito de qualidade na assistência de enfermagem hospitalar e na estratégia de saúde da família na perspectiva dos acadêmicos que se encontram no Programa de Supervisão de estágio nos dois últimos anos do curso de Bacharelado em Enfermagem, bem como, a sua diferenciação na perspectiva literária com os avanços na tecnologia do cuidado [1]. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa dos dados, realizada com a finalidade de avaliar o conceito de qualidade na assistência de enfermagem em ESF na perspectiva de alunos de graduação em enfermagem. [2] Entende-se se que a qualidade da assistência de enfermagem é de extrema importância no processo de saúde-doença, devendo assim, receber grande atenção voltada para a ação dos profissionais de saúde. Diante desse contexto, é necessário destacar o papel das instituições de ensino na busca de melhoria da qualidade dos serviços de saúde, sendo fundamental o desenvolvimento do raciocínio crítico e reflexivo do estudante, tornando-os capazes de desenvolver ações centradas na integralidade do cuidado e de programar formas de avaliar os processos de trabalho e gestão em saúde baseados em resultados assistenciais, o que permite atingir excelência nos serviços prestados. Considera-se a temática relevante devido ao fato de que um serviço de qualidade é igual a, paciente satisfeito através de um atendimento humanizado, e alunos que realizam estágios e observam a ação dos profissionais de saúde no local de serviço em que estão inseridos, colaboram para uma visão que contempla os inúmeros aspectos que devem ser desenvolvidos pelos enfermeiros para o alcance de uma assistência segura e de qualidade, através de competência técnica, cuidado holístico e humanizado, promoção do autocuidado e gerenciamento adequado da equipe e unidades.

REFERÊNCIAS

[1] Padilha KG. Ocorrências iatrogênicas na UTI e o enfoque de qualidade. *Rev Latino-am Enfermagem* 2001 setembro-outubro; 9(5):91-6

[2] Paiva SMA. **Qualidade da assistência hospitalar**: avaliação da satisfação dos usuários durante seu período de internação [tese]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2006.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SUA FAMÍLIA

Mariana Cordeiro DIAS¹; Viviane Lameu Ribeiro PACCINI²

¹*Discente do curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA*

²*Docente do curso de Enfermagem do Instituto Município de Ensino Superior de Assis da Fundação Educacional do Município de Assis- FEMA*

goat_mcd@hotmail.com¹, vivipaccini@gmail.com²

Esse estudo trata-se de uma pesquisa de campo e teve como objetivo compreender o papel do enfermeiro em relação à orientação à família do portador de Síndrome de Down (SD), entender o processo de aceitação da síndrome pela família através do aconselhamento do enfermeiro sobre a SD e as repercussões dessa deformidade congênita no âmbito familiar. [1] O impacto emocional negativo emerge fortemente ao descobrir a condição do filho recém-nascido; porém, posteriormente, surge um conformismo em relação à situação, levando a família experimentar sentimentos ambivalentes. Acredita-se que a orientação constitua o primeiro passo para a superação da nova situação de vida dessas pessoas. O diagnóstico de Síndrome de Down pode ser feito em berçário. [2] A presença da criança atípica leva a desagregação da família. A intervenção da enfermeira, ensinando técnicas higiênicas, alimentares e de estimulação precoce, poderá permitir um ajuste melhor por parte da família. Pode-se apreender que o enfermeiro tem um papel imprescindível quanto ao aconselhamento e orientação a essa família, sendo, portanto, de responsabilidade dos pais a estimulação da independência futura de seus filhos, sob a supervisão do profissional enfermeiro.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 60 p.

[2] WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo**: um livro sobre as pessoas com síndrome de Down. Rio de Janeiro: WVA, 1995. p.280.

IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS DE ENFERMAGEM UTILIZADAS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP

Lucio Henrique D'avila MOREIRA¹; Rosângela Gonçalves da SILVA²

¹Graduando. Em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis(FEMA)

²Enfermeira. Mestre em Biociências pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
uciodavela@hotmail.com¹, roseziquinelli@hotmail.com²

A Enfermagem até alguns séculos atrás era vista apenas como uma simples arte de cuidar, entretanto, desde Florence até a atualidade a Enfermagem vem ganhando seu espaço, enquanto profissão embasada em ciência específica ao cuidado produzindo conceitos capazes de atender às necessidades humanas, consolidando-se como uma das principais ciências da saúde. Para que o trabalho do profissional de enfermagem, tenha o devido respaldo e reconhecimento científico, a aplicação das teorias no desenvolvimento das práticas de enfermagem, desempenham um papel fundamental. As práticas de enfermagem, segundo critérios legais, éticos e profissionais devem ser embasadas cientificamente e as teorias de enfermagem sustentam essa ciência. Entretanto existe um abismo entre a teoria e a prática do cuidado a partir de uma ciência estruturada, levando-nos a investigar as possíveis causas que afastam os profissionais desse conhecimento em detrimento a uma prática mecanicista e muitas vezes empírica. Os objetivos para este estudo serão: levantar junto aos profissionais enfermeiros do município de Assis, as principais teorias de Enfermagem que utilizam em suas práticas assistenciais; identificar as principais dificuldades para seleção da melhor teoria a ser aplicada de acordo com o nível de atenção à saúde; e levantar os principais problemas apontados como barreiras para utilização de teorias. Trata-se de um estudo qualitativo que abordará o conhecimento dos enfermeiros acerca da utilização das teorias de enfermagem.

REFERÊNCIAS

SCHAURICH, D; CROSSETTI, M.G.O. Produção do Conhecimento sobre Teorias de Enfermagem. **Rev Enferm Esc Anna Nery**, 2010, jan-mar; 14 (1):182-88.

BRAGA, C.G.; SILVA, J.V. **Teorias de Enfermagem**. 1. Ed. São Paulo: Iátria;2011.

GARCIA, T.R.; NÓBREGA, M.M.L. **Contribuição das teorias de enfermagem para a construção do conhecimento da área**. **Rev Bras Enferm**. 2004 mar-abr; 57(2):228-32.

A SUPERLOTAÇÃO NO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: VISÃO DOS USUÁRIOS

Gabrielle Helloyse de Novaes MENDONÇA¹; Caroline L. de Almeida PINCERATI²

¹Graduanda em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis

²Enfermeira. Mestre. Docente no curso de Bacharelado da Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

gabriellehnmrbd@hotmail.com¹, caroline_lat@hotmail.com²

A superlotação em serviço de urgência e emergência vem causando muito desconforto por parte dos usuários e também por parte dos profissionais. A constante procura a esses serviços vem aumentando devido às facilidades que o mesmo apresenta, ou seja, além de ser um serviço disponível 24 horas, onde possuem médicos e demais profissionais de prontidão a atenderem, os pacientes saem desses lugares com seus problemas resolvidos rapidamente.

A pesquisa teve como objetivo relatar a visão dos usuários de Assis em relação às atribuições do serviço de urgência e emergência e a atenção primária, bem como, identificar a satisfação do atendimento dos usuários do serviço de U.E e relacionar a satisfação ou insatisfação de acordo com as atribuições do serviço.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, transversal e quantitativa, composta por usuários do serviço da Unidade de Pronto Atendimento de Assis, independente do sexo e maiores de idade. A pesquisa foi realizada na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), da cidade de Assis. Foi utilizado como instrumento, um questionário estruturado com 6 perguntas fechadas elaborado pela autora.

Evidenciou-se que 77% dos atendimentos que são realizados dentro do serviço de urgência e emergência, são de competência da atenção básica. Juntamente com isso, o maior motivo de insatisfação dos usuários, é a demora no atendimento. Explicando assim, a superlotação do serviço de urgência e emergência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS 1863 de 29 de setembro de 2003. **Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.** Diário Oficial da União 2003: 29 set.

MARIN, Maria José Sanches, et al. **Fortalezas e fragilidades do atendimento nas Unidades de Saúde Tradicionais e da Estratégia de Saúde da Família pela ótica dos Usuários.** Texto e Contexto. Jul-Set, Enferm. Florianópolis, 2013.

USO DA ESCALA DE BRADEN E SUA APLICAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO

Helôisa Helena de Almeida Sanches Pinheiro de BRITTO¹; Luiz Fernando de Andrade SILVA²; Mariana Cordeiro DIAS³; Adriana Avanzi Marques PINTO⁴; Fernanda Cenci QUEIROZ⁵

^(1,2,3)Graduandos em Enfermagem na Fundação Educacional do Município de Assis.

⁴Enfermeira e Docente no curso de Enfermagem na Fundação Educacional do Município de Assis.

⁵Enfermeira e Docente no curso de Enfermagem na Fundação Educacional do Município de Assis. helobritto_sanches@outlook.com¹, dri1981@yahoo.com.br², nandacq@hotmail.com³

Os estudos voltados para avaliação da lesão por pressão na Atenção Primária a Saúde (APS) se mostram escassos, principalmente com o uso da escala de Braden como instrumento de pesquisa. Portanto, o objetivo do estudo é analisar, através de uma pesquisa de campo, o uso da escala de Braden para avaliar o risco de desenvolver lesão por pressão nos pacientes acamados e avaliar as ações de prevenção realizadas tanto pela equipe de saúde como por familiares ou cuidadores.

Ao analisar como a equipe de enfermagem realiza a avaliação do risco de um paciente acamado em desenvolver lesão por pressão, identificamos as seguintes temáticas nos resultados parciais, como: Avaliação mediante encaminhamento de outro serviço, busca pelos familiares de pacientes que possuem lesão por pressão; Avaliação baseada nas condições clínicas e de patologias de base em conjunto com quem realiza o cuidado; Avaliação médica ou de enfermagem por meio de visitas que não faz parte da rotina da unidade; O serviço que identifica a necessidade do paciente e o Planejamento do cuidado pela equipe com base nas necessidades do paciente.

Mediante a isso, observa-se a busca do serviço pelos familiares e não pela identificação por parte da equipe de saúde. Evidência a inexperiência dos enfermeiros da APS em realizar a avaliação para a prevenção de lesões por pressão em pacientes acamados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREITAS, J. P. C.; ALBERT, L. R. Aplicação da Escala de Braden em domicílio: incidência e fatores associados a úlcera por pressão. *Acta paul. enferm.* v.26, n. 6, p. 515-521, 2013.

MEDEIROS, A. B.F.; LOPES, C. H. A. F.; JORGE, M. S. B. Análise da prevenção e tratamento das úlceras por pressão propostos por Enfermeiros. *Rev. Esc. Enferm. USP.* v. 43, n. 1, p. 223- 228, 2009.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL, HÁBITOS DE VIDA E CO-MORBIDADES RELACIONADAS À OBESIDADE

Guilbert Barcelo de OLIVEIRA¹; Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduando em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.

²Enfermeiro. Mestre em Ciências (UNIFESP). Docente no curso de Bacharelado em Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis. guils494@gmail.com¹, daniel.augustoo@live.com²

O acúmulo de gordura em um indivíduo denominado como obesidade, pode levar ao surgimento de outras patologias. Seu diagnóstico na maioria das vezes é dado pelo cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). É uma doença multifatorial que atualmente tem alto índice epidemiológico. O tratamento para obesidade envolve dietas alimentares, medicamentos, cirurgias entre outros métodos e o mesmo tem como dificuldades a pouca adesão. Tem-se como hipótese que a obesidade não é vista como uma doença, trazendo assim maiores riscos por conta da baixa adesão ao tratamento e cuidados que poderiam preveni-la se fossem realizados. Os objetivos deste trabalho são avaliar o estado nutricional e as patologias consequentes da obesidade de funcionários de uma instituição de ensino. Tratou-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, que verificou peso e altura para cálculo do IMC, hábitos de vida alimentar e atividades praticadas, por meio de questionário elaborado. Participaram da pesquisa os funcionários de uma instituição, onde pôde-se observar alto índice de obesos com hábitos de vida não saudáveis e co-morbidades relacionadas a obesidade. É indispensável concentração de esforços em mediações diante da situação encontrada.

REFERÊNCIAS

SIQUEIRA, Kali; GRIEP, Rosane Harter; ROTENBERG, Lúcia; COSTA, Aline; MELO, Enirtes; FONSECA, Maria de Jesus. Inter-relações entre o estado nutricional, fatores sociodemográficos, características de trabalho e da saúde em trabalhadores de enfermagem. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.20, n.6, 2015.

A ENFERMAGEM E O ERRO DE MEDICAÇÃO: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA DO PACIENTE

Fernanda Leite TRINDADE¹; Daniel Augusto da SILVA²

¹Graduanda em Enfermagem pela Fundação Educacional do Município de Assis.

²Enfermeiro. Mestre em Ciências (UNIFESP). Docente no curso de Bacharelado em Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis.
fer.nanda.agape987@gmail.com¹, daniel.augustoo@live.com²

Erro de medicação é considerado qualquer evento evitável que pode causar ou conduzir à utilização inadequada de medicação ou dano ao doente enquanto o mesmo esta sobre controle do profissional de saúde (WHO, 2009).

O objetivo do presente estudo foi compreender o envolvimento da equipe de enfermagem em relação à segurança do paciente, no que se diz respeito aos erros de medicação.

Tratou-se de um estudo qualitativo, exploratório bibliográfico, que combinava as características básicas dos estudos. A população estudada constitui-se da área da saúde, principalmente os profissionais de enfermagem que apresentam grande contribuição para a administração de medicamentos.

Os resultados obtidos foi um total dos erros de 37,03% em administração de medicamentos, 29,25% preparação de medicamentos, erro de dispensação ficou responsável por 12,48% das ocorrências, 12,14% com erro de prescrição e 9,10% em erro de monitoração.

Constatou-se como resultado que o erro de medicação é um fato existente na assistência e pode estar presente em qualquer fase da terapia medicamentosa, porém, as fases de preparação e administração de medicamentos onde a enfermagem está inserida apresentou um alto índice de erros, podendo ter associação com fatores de risco na qual prejudicam a assistência porém, podem ser evitados. Algumas medidas adotadas pelas unidades como educação em saúde, capacitação e treinamento, realização dos nove certos, prescrição eletrônica, reconciliação de medicamentos, entre outras, colaboram para que os erros sejam evitados.

REFERÊNCIAS

WHO -World Health Organization: World Alliance for Patient Safety. **Taxonomy. The Conceptual Framework for the International Classification for Patient Safety**. Final Technical Report. Geneva, January 2009, version 1.1